UNISEPE – UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LOURENÇO
UNI – SÃO LOURENÇO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
PDI 2024-2028

SÃO LOURENÇO (MG)

“A Educação é a força transformadora da sociedade, humanizando o mundo”

“À medida que o país cresce em complexidade, ele se ressente de uma melhor qualificação de recursos humanos, em todas as áreas, nelas se incluindo a educação, ponto de partida e chegada dessa qualificação. ”

Arnaldo Niskier

APRESENTAÇÃO

Atenta às transformações das políticas educacionais que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos, a Faculdade de São Lourenço buscou implementar um processo de modernização que fortaleça sua posição institucional, considerando a significativa relevância social, tanto no Sul do Estado de Minas Gerais, quanto na microrregião que a circunda, abrangendo outros municípios.

Tal processo de modernização é um entre os vários motivos que levaram os seus Mantenedores a solicitar a transformação da organização acadêmica da Faculdade de São Lourenço para Centro Universitário, no ano de 2023.

A IES constitui-se em corpo social, a serviço da sociedade, cuja visão consolida como Instituição capaz de debater e intervir no contexto político, econômico, social, cultural e ambiental, tendo como desafio garantir a produção de conhecimento inovador e crítico, fruto do respeito à diversidade, à heterogeneidade e à pluralidade de ideias que, somados às diretrizes norteadoras relacionadas aos princípios básicos de gestão, garantem o alcance da sua missão.

A IES que já é recredenciada para a modalidade de ensino presencial, a partir de 2019 passou aos trâmites para credenciar para ofertar a modalidade a distância (EaD) e em 2023 se deu a publicação da portaria, buscando compreender amplamente as diferentes realidades nas quais está inserida. Somente assim pode preparar-se para responder às suas demandas internas e externas, visando cumprir sua missão, e contribuir para o desenvolvimento humano, com ênfase na responsabilidade social e no empreendedorismo.

Mantendo a tradição de sucesso da modalidade de ensino presencial, por mais de 30 anos, a Faculdade de São Lourenço se destaca pelos resultados positivos no ensino superior na região do Sul de Minas Gerais e assim será como Centro Universitário. Diante de todo esse histórico, a IES continuará a buscar a expansão da oferta do ensino superior de qualidade na própria região e também para outras áreas mais distantes por meio da modalidade de ensino a distância.

É necessário que a IES, por ser um dos principais agentes de transformação social, busque compreender amplamente a realidade na qual está inserida. Só assim poderá preparar-se para responder às suas demandas internas e externas, visando cumprir sua missão, visão e valores contribuindo para o desenvolvimento humano, com ênfase na responsabilidade social.

É neste contexto que o PDI, construído para o período de 2023-2027 está formatado pela legislação atual, ou seja, o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017 e Portaria Normativa 11 de 20 de junho de 2017, Decreto 9.235 de 15 de dezembro de 2017 e Portarias 20, 21 e 23 de 21 de dezembro de 2017 e Portaria 315 de 04 de abril de 2018, na Portaria MEC nº 92 de 31 de janeiro de 2014, nos Instrumentos de Avaliação Externa e no atendimento às exigências legais para a habilitação em todos os atos regulatórios da Instituição junto ao MEC, no Sistema Eletrônico de Acompanhamento dos Processos que regulam a Educação Superior do Brasil e, sobretudo, foi elaborado para que sua operacionalização se torne instrumento de gestão e tomada de decisões.

Levando em consideração a experiência acumulada com a elaboração e execução de Planos de Desenvolvimento Institucionais anteriores e documentos que por terem um amplo espectro de objetivos, estratégias e ações nas áreas de Graduação, Pós-Graduação, Iniciação Científica, Extensão, Recursos Humanos e de Gestão, foram aproveitados os pontos positivos e realizadas correções pontuais não contempladas e/ou que não obtiveram êxito anterior.

Também foi realizada analiticamente a situação atual de todos os aspectos que contemplam os segmentos acadêmico-administrativos, visando à projeção daquilo que a Instituição quer e pode ser. Isto implicou um processo crítico e de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), entre outros, para torná-los referenciais dos ambientes interno e externo, na identificação de fatores que possam contribuir para o desenvolvimento institucional e pontualidades que devem ser enfrentadas ou superadas para que isso se concretize.

Trata-se, portanto, de um planejamento estabelecido e relativo ao quinquênio 2024-2028 para orientar as ações em todas as dimensões da Instituição, na perspectiva de, assegurando a necessária flexibilidade, não tolher seu dinamismo.

SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL 8
2. HISTÓRICO DA MANTENDORA/MANTIDA 8
2.1 HISTÓRICO DA MANTENEDORA 8
2.2 HISTÓRICO DA MANTIDA 9
2.2.1 Implantação e Desenvolvimento da Instituição 10
3. MISSÃO, VISÃO, VALORES, OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO, EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 12
3.1 OBJETIVOS 13
3.2 METAS – ANEXO 2 14
3.3 CURSOS DE GRADUAÇÃO MANTIDOS PELA INSTITUIÇÃO 16
3.4 CURSOS PRESENCIAIS DE PÓS GRADUAÇÃO "LATU SENSU": 18
3.5 COMPROMISSO COM A EXCELÊNCIA 18
4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 20
4.1 INSERÇÃO REGIONAL 20
4.1.1 Contexto Educacional de São Lourenço 24
4.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO 25
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO 31
5.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA E ESTRUTURAL PARA O ENSINO PRESENCIAL 31
5.1.1 Perfil do Egresso da modalidade de ensino presencial 31
5.1.2 Seleção de Conteúdos Curriculares da modalidade de ensino presencial 32
5.1.3 Princípios Metodológicos da modalidade de ensino presencial 33
5.1.4 Processo de Avaliação da modalidade de ensino presencial 34
5.1.5 Inovações significativas, especialmente quanto a Flexibilidade dos Componentes Curriculares da modalidade de ensino presencial 37
5.1.6 Práticas Curriculares, Estágios e Atividades Complementares para a modalidade de ensino presencial 39
5.1.7 Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos para a modalidade de ensino presencial 40
5.1.8 Incorporação de Avanços Tecnológicos para a modalidade de ensino presencial 40
5.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA E ESTRUTURAL PARA O ENSINO À DISTÂNCIA 41
5.2.1 Fundamento de uma Educação Flexível 41
5.2.2 Estruturação dos Cursos e Matrizes Curriculares da modalidade de ensino a distância 44
5.2.3 Perfil do Egresso da modalidade de ensino a distância 44
5.2.4 Seleção de Conteúdos Curriculares da modalidade de ensino a distância 45
5.2.5 Estruturação das Matrizes Curriculares da modalidade de ensino a distância 46
5.2.6 Flexibilidade dos Componentes Curriculares da modalidade de ensino a distância 46
5.2.7 Pré-requisitos da modalidade do ensino a distância 47
5.2.7.1 Disciplinas Optativas da modalidade do ensino a distância 48
5.2.7.2 Atividades Complementares da modalidade do ensino a distância 48
5.3 METODOLOGIA DE ENSINO 48
5.3.1 Aplicada nas disciplinas (EAD) 48
5.4 REFERENCIAL PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA A MODALIDADE DE ENSINO A DISTÂNCIA 49
5.4.1 Materiais Curriculares (EAD) 49
5.4.1.1 Problematização Inicial (EAD) 50
5.4.1.2 Teoria/Prática (EAD) 50
5.4.1.3 Síntese (EAD) 51
5.4.1.4 Problematização Final (EAD) 52
5.4.1.5 Referências Bibliográficas para o ensino a distância 52
5.4.1.6 Materiais Suplementares para o ensino a distância 52
5.5 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PARA O ENSINO A DISTÂNCIA 53
5.5.1. Na Metodologia de Avaliação, destacamos, a Avaliação processual, formativa e a auto avaliação 53
5.5.2 AVO (Avaliação *On-line*) 54
5.5.3 AVP (Avaliação Presencial) 55
5.6 ESTRUTURA DIDÁTICA DAS DISCIPLINAS (EAD) 56
5.6.1 Matriz Didática para o ensino a distância 57

5.6.2 Fluxograma de estruturação de uma disciplina (EAD) 58
5.7 ESTRUTURA DIDÁTICA E FUNCIONAL DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (EAD) 58
5.7.1 Implementação para o ensino a distância 60
5.7.2 Usuários (EAD) 60
5.7.3 Funcionalidades (EAD) 61
5.7.4 Funcionamento do ensino a distância 62
5.7.5 Práticas Curriculares, Estágios e Atividades Complementares para o ensino a distância 62
5.8 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS (MODALIDADE DE ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA) 63
5.8.1 Políticas de Ensino 64
5.8.2 Política de Pós-Graduação 66
5.8.3 Política de Desenvolvimento Econômico e Social 67
5.8.4 Política de Pesquisa 67
5.8.5 Política de Extensão 70
5.8.6 Parceria com a Comunidade 71
5.8.7 Políticas de Gestão 72
5.8.8 Política de Recursos Humanos 75
5.8.9 Política de Qualificação, Educação Continuada e Plano de Carreira 76
5.8.10 Política de Capacitação, Formação e Qualificação Permanente do Corpo Técnico Administrativo 79
5.8.11 Políticas de Incentivo e Difusão à Produção Intelectual Docente e Discente 79
5.8.12 Política de Acessibilidade 80
5.8.13 Políticas Afirmativas 81
5.8.14 Políticas de Direitos Humanos 81
5.8.15 Políticas de Educação Ambiental 83
5.8.16 Políticas de Educação para a Diversidade, a Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena 85
5.8.17 Políticas de Educação a Distância 86
5.8.18 Política de Monitoria 86
5.8.19 Política de Estágio 87
5.8.20 Política da Avaliação da Aprendizagem 88
5.8.21 Política de Egressos 89
5.8.22 Política de Ouvidoria 90
5.8.23 Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista . 91
5.8.24 Política de Atendimento ao Discente 91
5.8.25 Política de Internacionalização 92
6 CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IES E DOS CURSOS 93
6.1 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI: 2024 – 2028 93
7. PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO 94
7.1 CORPO DOCENTE 94
7.1.1 Requisitos de Titulação 94
7.1.2 Plano de Carreira 95
7.1.2.1 A Estrutura do corpo docente / tutor é constituída pelas seguintes categorias: 95
7.1.2.2 O Quadro de Carreira Docente (QCD) é composto pelas seguintes categorias: 95
7.1.2.3 O Quadro de Carreira Docente permite o enquadramento em três níveis com suas respectivas faixas salariais: 96
7.1.2.4 Dos critérios para Promoção de Docentes / Tutores no Plano de Carreira Docente. 96
7.1.2.5 Critérios de Seleção e Contratação 97
7.1.2.6 Procedimentos para Substituição Eventual dos Docentes do Quadro 97
7.1.3 Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho considerada a vigência do PDI 98
7.1.4 Políticas de Qualificação Docente 98
7.1.5 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente 99
7.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO 99
7.2.1 Plano de Carreira 99
7.2.1.1 A Estrutura do Plano de Carreira Técnico Administrativo estabelece os seguintes cargos 100
7.2.1.2 As especificações das categorias funcionais são as seguintes 101
7.2.1.3 Os níveis salariais 102
7.2.1.4 Promoção 102

7.2.2 Cronograma e plano de expansão do técnico-administrativo considerada a vigência do PDI 103
7.2.3 Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (PQTA) 103
8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL 103
8.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA MODALIDADE PRESENCIAL 103
8.1.1 Organograma 104
8.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS 105
8.2.1 CONSU 105
8.2.2 CONSEPE 106
8.2.3 Reitoria 106
8.2.4 Colegiado de Curso 108
8.2.5 Núcleo Docente Estruturante 109
8.2.6 Comissão Própria de Avaliação – CPA 110
8.2.7 Colegiado do Instituto Superior de Educação – ISE 111
8.2.8 Coordenador de Curso 113
8.3 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA MODALIDADE ENSINO A DISTÂNCIA 114
8.3.1 ORGANOGRAMA E ATRIBUIÇÕES 114
8.3.1.1 Coordenador NEAD 114
8.3.1.2 Analista EAD (CPD) 115
8.3.1.3 Coordenação de Curso 115
8.3.1.4 Corpo Docente 116
8.3.1.5 Tutores a Distância 116
8.3.1.5.1 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância 117
8.3.1.6 Monitoria 117
8.3.1.7 Coordenação 117
8.3.1.8 Conteudistas 118
8.3.1.9 Web Designer 118
8.3.1.10 Revisor 118
8.3.1.11 Coordenador Te 119
8.3.1.12 Analista Pleno 119
8.3.1.13 Analista Jr 119
8.3.1.15 Supervisor PAP (Polo de Apoio Presencial) 119
8.3.1.16 Coordenador de Polo 120
8.4 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – MODALIDADE DE ENSINO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA 121
8.4.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação 121
8.4.2 Etapas 122
8.4.3 Dimensões 123
8.4.4 Instrumentos a serem utilizados no processo de Auto avaliação 124
8.5 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS 128
8.5.1 Secretaria de Registros Acadêmicos 128
8.5.2 Coordenadoria de Estágios 129
8.5.3 Coordenadora de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão 129
8.5.4 Coordenadoria de Produção e Extensão (CPEX) 129
8.5.5 Núcleo de Capacitação e Pós Graduação (NCP) 130
8.5.6 Núcleo de Responsabilidade Social e Empreendedorismo (NRSE) 130
8.5.7 Núcleo de Comunicação Institucional (NCI) 130
8.6 AUTONOMIA DA IES EM RELAÇÃO A MANTENEDORA 130
8.7 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS 131
8.8 APOIO AO DISCENTE 132
8.8.1 Formas de Acesso 132
8.8.2 Das Matrículas 133
8.8.3 Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos 134
8.8.4 Programas de Apoio Pedagógico 136
8.8.5 Programas de Bolsas 137
8.8.5.1 Programa Universidade para Todos - ProUni 137
8.8.5.2 Programa FIES 137
8.8.5.3 Programa Extensionista de Responsabilidade Social - PROERS 137
8.8.5.4 Bom Filho à Casa Torna 137
8.8.5.5 Programa de Pagamento Diferido - PPD 138
8.8.5.6 Convênio Empresa 138

8.8.6 Estímulos à Permanência 138
8.8.6.1 Programa de Nivelamento 138
8.8.6.2 Atendimento Psicopedagógico 138
8.8.6.3 Acompanhamento dos Egressos 139
8.8.7 Ouvidoria 139
8.8.8 Internacionalização 140
8.9 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO) 141
9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS 142
9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA 142
9.1.1 Localização 142
9.1.2 Instalações específicas 142
9.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA 144
9.2.1 Polo de Apoio Presencial 148
9.2.1.1 Estudo para implantação dos Polos de Apoio Presenciais 148
9.2.1.2 Estrutura dos Polos de Apoio Presencial 148
9.2.1.3 Estrutura de Pessoal dos Polos de Apoio Presenciais 150
9.2.2 Biblioteca 151
9.2.2.1 Espaço Físico 151
9.2.2.2 Funcionamento 152
9.2.2.3 Instalações para Estudos Individuais 152
9.2.2.4 Instalações para Estudos Coletivos 152
9.2.2.5 Acervo 152
9.2.2.6 Livros 153
9.2.2.7 Informatização 154
9.2.2.8 Base de Dados 154
9.2.2.9 Política de Expansão e Atualização do Acervo 155
9.2.2.10 Plano de Contingência 155
9.2.2.11 Repositório Institucional 155
9.2.3 Atendimento a Alunos com Deficiência 155
9.2.3.1 Atendimento para Acessibilidade Arquitetônica 155
9.2.3.2 Atendimento para a Acessibilidade nas Comunicações, Pedagógica e Atitudinal 156
9.2.4 Sala(s) de Apoio de Informática ou Infraestrutura Equivalente 157
9.2.4.1 Inovações Tecnológicas significativas e Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação 157
9.2.4.2 Rede Administrativa 157
9.2.4.3 Rede Acadêmica 159
9.2.4.4 Recursos Audiovisuais e Multimídia 162
9.2.4.5 Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos 163
9.2.4.6 Plano de expansão e atualização de equipamentos 163
9.2.5 Recursos Tecnológicos de Comunicação Institucional 164
9.2.5.1 Avaliação e Atualização Continuada 166
9.2.5.2 O Ambiente Virtual 167
9.2.5.3 Inovação com Integração de Tecnologias 167
10 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 168
10.1. ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA 168
10.2. PLANOS DE INVESTIMENTOS 170
10.3. DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 171
ANEXO 01 - Acessibilidade 173
ANEXO 02 175

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Mantenedora:
UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda.
CNPJ: 67.172.676/0001-33
End.: Rodovia "João Beira" SP95 - Km 46,5 - Bairro Modelo – Amparo/SP - CEP: 13905-529
Mantida:
Faculdade de São Lourenço
CNPJ: 67.172.676/0005-67
End.: Rua Madame Schimidt, 90 – Nossa Senhora de Fátima CEP: 37.470-000 – São Lourenço (MG)
Representante Legal da Mantida:
Aderbal Alfredo Calderari Bernardes
CPF: 467.526.336-49
Fone: (35) 3332 3355
E-mail: aacbernardes@scelisul.com.br

2. HISTÓRICO DA MANTENDORA/MANTIDA

2.1 Histórico da Mantenedora

A Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda – ASMEC, Entidade Educacional com sede e foro no município de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais, com seu contrato social devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e Pessoas Jurídicas da comarca de Ouro Fino (MG), no Livro A, Fl. 01, número 203 em 12 de maio de 1999, foi constituída em sucessão à Associação Sul Mineira de Educação e Cultura, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, constituída em 16 de dezembro de 1974, com seus atos societários registrados no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Ouro Fino, Estado de Minas Gerais.

Tradição no Ensino Superior

A Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda – ASMEC, é mantenedora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ouro Fino, da Faculdade de Economia de Ouro Fino, da Faculdade de Tecnologia de Ouro Fino e do Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino. A primeira foi autorizada em 8 de agosto de 1972 pelo Parecer 828/72 do então Conselho Federal de Educação sendo o Decreto Federal de autorização, de 3 de Outubro de 1972, de nº 71.188, publicado no DOU de 4/10/72. A segunda foi autorizada em 1998 através da Portaria 620/98. A Faculdade de Tecnologia de Ouro Fino – FATEC, credenciada como Centro de Educação

Tecnológica de Ouro Fino – CETEC Ouro Fino através da Portaria 3.099 de 30/10/2003, iniciou suas atividades em 2004. Finalmente o Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino, foi credenciado pela Portaria 2.869 de 13/09/2004.

Portanto a Sociedade Sul Mineira de Educação e Cultura S/C Ltda tem uma longa história de serviços prestados à educação superior na região Sul de Minas Gerais e as suas quatro unidades são conhecidas como Faculdades ASMEC e funcionam na cidade de Ouro Fino (MG).

Nesta trajetória acompanhou a evolução da educação brasileira, cumprindo sua missão ao entregar à sociedade regional milhares de profissionais, possibilitando ainda o acesso ao ensino superior a pessoas que pretendendo qualificar-se não tinham - muitos ainda hoje não têm, condições de deslocamento ou fixação de residências em outras cidades maiores.

A Instituição sempre procurou a integração com a sociedade onde está inserida, formando diplomados aptos para inserção em setores profissionais, motivados para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando em sua formação contínua, com vistas ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, de maneira a desenvolver o entendimento do homem e sua integração ao meio em que vive. Para tanto, realiza projetos de extensão, e oferece cursos e serviços especiais.

Em maio/2017 houve a mudança de Mantenedora, no único intuito de unificar as Mantidas sob uma só Mantenedora, para a UNISEPE – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda; denominação (Registrada na Junta Comercial de São Paulo sob n° 462.028/07/0, de 11/11/2007) da Sociedade Acadêmica Amparense Ltda que através da Portaria SESu n° 889 de 18/10/2008, assumiu então a mantença das IES mantidas. A saber:

- Instituto de Educação Superior de Pouso Alegre: Pouso Alegre – MG;
- Faculdades Integradas ASMEC: Ouro Fino – MG;
- Faculdade de São Lourenço: São Lourenço – MG;
- Centro Universitário Amparense: Amparo – SP (SEDE);
- Centro Universitário do Vale do Ribeira: Registro – SP;
- Faculdade de Peruíbe: Peruíbe – SP;
- Faculdade Sul Paulista de Itanhaém: Itanhaém – SP.

2.2 Histórico da Mantida

Denominação: Faculdade de São Lourenço
Endereço: Rua Madame Schimidt, 90 – Nossa Senhora de Fátima.
CEP: 37.470-000 – São Lourenço (MG)

Recredenciamento: Portaria Nº 781 de 26 de Junho de 2017, publicada no DOU de 27/06/2017.

Recredenciamento em trâmite no e MEC, Processo e MEC nº 202002311, aguardando transformação para Centro Universitário.

Credenciamento EAD: Portaria 1.045 de 31 de Maio de 2023, publicada no DOU em 02 de Junho de 2023.

2.2.1 Implantação e Desenvolvimento da Instituição

De janeiro de 1992 a janeiro de 2007 a história da Instituição foi escrita tendo como autora a Faculdade Santa Marta. Através da Portaria nº 75 de 24 de janeiro de 2007, publicada no D.O.U de 25 de janeiro de 2007, o MEC/SEsu tornou oficial a transformação da Faculdade Santa Marta em Faculdade de São Lourenço, denominação atual da Instituição.

As efetivas atividades de ensino da IES se iniciaram em 1992 com a implantação do curso de Administração, o primeiro curso superior a ser ministrado na cidade de São Lourenço, atendendo dessa maneira um grande anseio da comunidade local. Este fato ocorreu através da publicação do Decreto s/n de 28 de janeiro de 1992, publicado no Diário Oficial da União em 29 de janeiro de 1992. No segundo semestre de 1992 foi, então, realizado o primeiro vestibular para ingresso no Curso de Administração da Faculdade de São Lourenço.

O segundo passo foi dado em 1994 com a autorização para funcionamento do curso de Pedagogia, o que se deu através do Decreto s/n, de 14 de dezembro de 1993 e publicado no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 1993, consolidando, com este ato, a implantação da Faculdade de São Lourenço como instituição de educação superior no sul das Minas Gerais. Neste mesmo ano de 1994 a Mantenedora entrega um moderno prédio destinado ao funcionamento da Faculdade de São Lourenço. Este prédio, com 3.690 m² de área construída, foi erguido uma área nobre da cidade e com instalações capazes de atender de modo confortável e funcional todos os usuários do prédio, inclusive deficientes físicos, já que conta com acessos especiais e sanitários exclusivos.

Os cinco anos seguintes foram de estruturação e consolidação dos dois cursos autorizados. O reconhecimento dos cursos ocorreu no ano de 1996 sendo o de Administração reconhecido pela Portaria MEC 1009, de 02 de outubro de 1996 devidamente publicadas no Diário Oficial da União em 04 de outubro de 1996 e o de Pedagogia reconhecido pela Portaria MEC 1119, de 01 de novembro de 1996 e publicada no Diário Oficial da União em 04 de novembro de 1996.

Em 1999 um antigo sonho da comunidade regional se concretizou com a implantação do curso de Direito da Faculdade de São Lourenço. O mérito da iniciativa foi ratificado pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que emitiu juízo favorável à autorização do curso - fato extremamente raro de acontecer, através do Parecer 583/98, publicado no Diário Oficial da Justiça em 01 de dezembro de 1998. Após a decisão da OAB o processo voltou para o Ministério da Educação e através da Portaria MEC nº. 932 de 22 de junho de 1999, publicada no Diário Oficial de União de 24 de junho de 1999 o curso de Direito teve sua autorização de funcionamento concedida.

No ano de 2000 foi a vez da Faculdade de São Lourenço oferecer para a micro região onde está inserida um curso voltado para a realidade econômica desta com a oferta do curso de Turismo e Hotelaria. Nada mais lógico do que dar para esta região a formação necessária para a melhoria e qualificação da mão-de-obra do setor econômico que sempre a caracterizou: o turismo e a hospedagem. Assim, através da Portaria MEC 700 de 26 de maio de 2000, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2000 foi autorizado o funcionamento do curso de Turismo e Hotelaria, um dos poucos no Brasil e oferecer dois bacharelados em um único curso.

Em 2001, a primeira etapa de ofertas de cursos superiores, dentro do projeto de expansão da Faculdade de São Lourenço, é coroada com a autorização para funcionamento do curso de Sistemas de Informação, que se deu através da Portaria MEC 290, de 15 de fevereiro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 2001. A implantação efetiva do curso ocorreu somente no ano de 2002, pois foram necessárias adequações nas instalações físicas para o início do funcionamento do curso.

O crescimento da Instituição, na oferta de seus cursos superiores, gerou a necessidade de ampliação do espaço físico obrigando a IES iniciar no ano de 2001 a construção de mais um prédio. Este novo prédio foi totalmente concluído no final do ano de 2002 e conta com 3.296 m² de área construída.
Em 2005, a antiga Faculdade Santa Marta foi incorporada aos atuais mantenedores e em 2007, ocorreu a troca do nome para Faculdade de São Lourenço, bem como a troca da razão social de sua Mantenedora, a antiga Sociedade Acadêmica Amparense.

Em 2010 foram autorizados os cursos de Enfermagem, Ciências Biológicas, Educação Física, Nutrição, Ciências Contábeis, Serviço Social e, posteriormente, em 2011 os de Biomedicina e Gestão de Recursos Humanos.

Em 2015 foram autorizados os Cursos Superior de Tecnologia em Estética e Cosmética, Gestão Hospitalar e Marketing e o Curso de Bacharelado em Psicologia.

No ano de 2016 foi autorizado o Cursos Superior de Tecnologia em Agroindústria e no ano seguinte, o Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema.

Em 2018 foi autorizado o Curso de Educação Física na modalidade Bacharelado.

No ano de 2019, deu-se o processo de Credenciamento para o EaD, com portaria publicada no ano de 2023.

A Instituição assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social.

Tem como finalidade responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa e o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas à pesquisa e à extensão ao alcance e serviço da comunidade, para dela merecer o respeito e reconhecimento.

Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, além de proporcionar uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

3. MISSÃO, VISÃO, VALORES, OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO, EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Missão:

Formar cidadãos com competência técnica e compromisso social, e transmitir valores éticos de disciplina, de respeito, de liberdade e de seriedade.

Visão:

Ser referência em práticas educacionais; ser reconhecida pela excelência qualidade educacional, gestão acadêmica e administrativa, no respeito à sustentabilidade e às relações interpessoais.

Valores:

A Instituição fundamenta-se na defesa dos valores éticos universalmente aceitos, destacando-se honestidade, tolerância, qualidade, solidariedade, comprometimento, transparência e responsabilidade social.

3.1 Objetivos

- Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- Congregar cursos de graduação, pós-graduação, oferecidos em nível superior, bem como outros programas especiais em seus diversos níveis;
- Preparar profissionais com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores e na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis a sua formação;
- Incentivar a investigação científica, visando o desenvolvimento da educação e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade através da educação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Promover a extensão, aberta à participação da população visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- Manter relações com estabelecimentos congêneres e instituições de pesquisa, quer sejam públicas, particulares, nacionais ou internacionais, para intercâmbio de ideias; e

- Desenvolver as metodologias de educação à distância.

3.2 Metas – Anexo 2

Gestão Acadêmica e Pedagógica preparados para o ensino presencial e à distância

Criar e aperfeiçoar durante os anos de 2024 até 2028 os mecanismos de gestão acadêmica e pedagógica para o ensino presencial e a distância, sempre tentando operar em 100% de sua eficiência, considerando dentro do processo a criação dos órgãos de apoio acadêmico e o aperfeiçoamento das equipes gestoras que gerenciam os programas acadêmicos institucionais.

Gestão Administrativa preparada para o ensino presencial e à distância

Criar e aperfeiçoar durante os anos de 2024 até 2028 os procedimentos administrativos, melhorando a comunicação institucional e os serviços de secretaria presencial e à distância, e sempre tentando operar com 100% de sua eficiência por meio de inovações.

Dentro das metas, considerar sempre a preocupação com a Educação Ambiental nos processos de gestão administrativa e pedagógica.

Metas Gerais:

- Ampliar a oferta de cursos de graduação, programas especiais de formação pedagógica, de pós-graduação (lato sensu) e de extensão, em sintonia com as demandas do mercado de trabalho e com a missão institucional;
- Promover permanentemente a qualificação do Corpo Docente, através de medidas de incentivo ao estudo e à iniciação científica, visando à capacitação continuada, com relevância para o uso das novas tecnologias educacionais;
- Atualizar e expandir o acervo bibliográfico da Instituição, investindo tanto em seu crescimento quantitativo quanto qualitativo, complementando-o com a crescente utilização das redes de informação;
- Expandir a infraestrutura física da Instituição, de acordo com o crescimento do alunado e dos espaços acadêmicos e administrativos de apoio, buscando-se sempre otimizar a sua utilização;
- Modernizar continuamente a infraestrutura tecnológica, visando ao melhor desenvolvimento dos cursos e projetos de investigação científica e extensão da Instituição, em parceria com empresas;
- Incentivar a investigação científica como forma de produção de novos conhecimentos e de criação de oportunidades para a sua prática pelos alunos da Instituição, através de

iniciativas próprias e de parcerias nacionais e internacionais;

- Buscar de forma permanente a excelência da qualidade do ensino, através do estabelecimento de adequadas diretrizes curriculares, da integração com o mundo e mercado de trabalho, do uso de novas tecnologias educacionais e da promoção de efetivas condições para a realização da prática profissional e da iniciação científica por parte dos alunos;
- Manter a instituição sob permanente auto avaliação, de acordo com as dimensões propostas pelo SINAES, visando o conhecimento dos seus problemas, restrições e oportunidades, adotando medidas concretas de correção e/ou adequação de seus processos;
- Manter uma estrutura administrativa eficiente, buscando sempre a racionalização dos custos e a otimização dos recursos existentes;
- Divulgar suas ações, consolidando sua reputação e preservando sua imagem institucional na comunidade em que se insere, principalmente através das redes sociais e do site institucional e meios digitais;
- Ampliar o número de empresas conveniadas, com o objetivo de atender a um maior número de alunos para Estágios (curriculares e extracurriculares);
- Buscar melhoria continua nos cursos de extensão, palestras, semanas acadêmicas e encontros científicos para todos os cursos da Instituição e em sintonia com as demandas da sociedade;
- Criar e ofertar Cursos de Graduação, Pós-Graduação (lato sensu) e Extensão à distância a fim de ampliar sua capacidade no cumprimento de sua missão, metas e objetivos;
- Acompanhamento e atualização permanente dos Projetos Pedagógicos de Cursos pelos Núcleos Docentes Estruturantes;
- Garantir a sustentabilidade econômico-financeira para investir no desenvolvimento de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologias;
- Aperfeiçoar o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - AVA;
- Propor Cursos e Programas de Capacitação em Educação à Distância para Docentes, Discentes, Técnico-Administrativos e Comunidade em geral;
- Implantar polos de apoio presencial em outros municípios do Estado de Minas Gerais e fora deste;
- Desenvolver Projetos de Iniciação Científica e Extensão em Educação à Distância;
- Incentivar e apoiar Docentes, Discentes e Técnico-Administrativos em ações voltadas para Educação à Distância;
- Promover a elaboração de recursos didático-pedagógicos voltados para a Educação à Distância;

- Incentivar a produção científica em Educação à Distância, canalizando os melhores trabalhos para publicações nas Revistas Indexadas do Grupo UNISEPE;
- Instituir e fomentar grupos de Iniciação Científica em todos os Cursos de Graduação e o grupo de Iniciação Científica em EAD e promover eventos técnico-científicos nesta modalidade;
- Articular convênios com instituições públicas e privadas para oferecimento de Cursos e Programas à distância de forma interinstitucional.

Equipe de docentes

Melhorar no decorrer da vigência do PDI (2024-2028) a titulação "**Stricto Sensu"** até atingir 80% do total de docentes da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos, sempre observando a qualidade do ensino e da extensão ofertada pela IES.

Melhorar no decorrer da vigência do PDI o regime de trabalho docente "parcial ou integral" em até atingir 80% do total de docentes da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos.

Na ocasião da seleção, priorizar a busca por docentes com experiência profissional até atingir 80% ou mais do total de docentes da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos.

Na ocasião da seleção, priorizar a busca por docentes com experiência no magistério até atingir 80% ou mais do total de docentes da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos.

Equipe de tutores

Melhorar no decorrer da vigência do PDI (2024-2028) a titulação "Stricto Sensu" até atingir 60% do total de tutores da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos, sempre observando a qualidade do ensino e da extensão ofertada pela IES.

Melhorar no decorrer da vigência do PDI a experiência dos tutores em educação a distância até atingir 60% ou mais do total de tutores da IES, considerando o crescimento das turmas dos cursos.

3.3 Cursos de Graduação mantidos pela Instituição

Curso	Modalidade	Ato Regulatório	Vagas	Turno
Administração	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES n° 386 de 13/08/2024, publicada no DOU de 14/08/2024	80	Noturno
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnólogo	Reconhecido pela Portaria SERES n° 891 de 20/09/2022, publicado no DOU de 21/09/2022	60	Noturno
Biomedicina	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES n°110 de 04/02/2021, publicado no DOU de 05/02/2021	60	Noturno
Ciências Contábeis	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES n° 386 de 13/08/2024, publicada no DOU de 14/08/2024	50	Noturno
Direito	Bacharelado	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES n° 386 de 13/08/2024, publicada no DOU de 14/08/2024	120	Noturno
Educação Física	Licenciatura	Reconhecido pela Portaria SERES n° 151 de 21/06/2023, publicado no DOU de 23/06/2023	50	Noturno
Educação Física	Bacharelado	Reconhecido pela Portaria SERES n°86 de 17/04/2023, publicado no DOU de 18/04/2023	60	Noturno
Enfermagem	Bacharelado	Renovação de Reconhecido pela Portaria SERES n° 257 de 06/01/2022, publicado no DOU de 11/01/2022	50	Noturno
Estética e Cosmética	Tecnólogo	Reconhecido pela Portaria SERES n° 258 de 06/01/2022, publicado no DOU de 11/01/2022	60	Noturno
Gestão em Recursos Humanos	Tecnólogo	Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES n° 207 de 25/06/2020, publicada no DOU de 07/07/2020	60	Noturno
Nutrição	Bacharelado	Reconhecido pela Portaria SERES n° 524 de 26/07/2018, publicado no DOU de 27/07/2018	50	Noturno
Pedagogia	Licenciatura	Reconhecido pela Portaria SERES n° 151 de 21/06/2023, publicado no DOU de 23/06/2023	80	Noturno
Psicologia	Bacharelado	Reconhecido pela Portaria SERES n° 413 de 26/10/23, publicada no DOU de 27/10/23	50	Noturno

3.4 Cursos Presenciais de Pós Graduação “Latu Sensu”:

Curso	Modalidade	Vagas	Qtd turmas	Turno	Ano previsto
Análises Clínicas	PRES.	30	1	Diurno	2024
Gestão, Supervisão e Administração Escolar	PRES.	30	1	Diurno	2024
Treinamento Físico: Performanece, Rendimento e Saúde	PRES.	45	1	Diurno	2024
Finanças Corporativas	PRES.	30	1	Diurno	2024
Gestão e Educação Empreendedora	PRES.	30	1	Diurno	2025
Direito Processual Civil: família e Sucessões	PRES.	45	1	Diurno	2025
Saúde Pública	PRES.	30	1	Diurno	2026
Psicopedagogia Clínica e Institucional	PRES.	30	1	Diurno	2026
Gestão em Marketing	PRES.	40	1	Diurno	2027
Controladoria e Finanças	PRES.	30	1	Diurno	2027
Gestão e Tecnologia da Informação	PRES.	40	1	Diurno	2028

3.5 Compromisso com a excelência

Ao buscar o equilíbrio entre o local e o global, para atingir a – excelência – almejada, os cursos levam em consideração a heterogeneidade de formação e de expectativas da clientela.

As práticas pedagógicas deverão priorizar o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento, garantindo, assim, o “aprender a aprender” e, a partir das aplicações da teoria na prática, estimular tanto o conhecimento de “outros” saberes quanto a percepção de suas interdependências, buscando o comprometimento e o desenvolvimento do educando como pessoa.

Os cursos assentam-se em uma pedagogia de concepção mais crítica sobre as relações existentes entre educação, sociedade e trabalho, a qual possibilite:

- despertar o interesse e o gosto pela área de modo a possibilitar uma aprendizagem significativa;
-

- demonstrar que o processo de aquisição de conhecimento é compreendido como decorrência da interação do Acadêmico com o meio no qual está inserido, cabendo ao professor mediar o processo e articular essa interação;
- utilizar métodos de ensino fundamentados nos princípios da psicologia cognitiva, que privilegie a atividade e iniciativa dos Acadêmicos, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo desses mesmos Acadêmicos;
- utilizar uma abordagem que privilegie a dimensão crítica e criativa, permitindo resgatar a dimensão humana do trabalho, a intervenção nos processos e o fortalecimento do exercício da cidadania;
- adotar procedimentos que visem à problematização dos assuntos tratados e à assimilação ativa dos conhecimentos, visando preparar o Acadêmico para um desempenho profissional e ético coerente;
- criar condições para o desenvolvimento das capacidades de abstração e reflexão sobre a atividade realizada, no sentido de expandir senso crítico e analítico no Acadêmico em relação aos fatos da área do curso;
- orientar o Acadêmico no processo de aprendizagem, e capacitá-lo a ter maior controle sobre sua disposição de receber e de processar informações.

Considerando o perfil desejado, as práticas pedagógicas não se atêm às estratégias didáticas tradicionais. Ao invés de simplesmente despejar conteúdos e esperar que o Acadêmico assimile maior quantidade de informações possíveis, é necessário, levá-lo a uma participação ativa, por meio da aprendizagem interativa no processo de ensino e aprendizagem.

O ensino deverá estar sintonizado com o mundo real, com as necessidades da comunidade e com as mudanças que ocorrem na área. Essa sintonia pode e deve fazer parte do cotidiano das aulas a distância. O Acadêmico deve ser estimulado ao questionamento, à procura de “outras verdades”, a não se contentar com o óbvio, a “buscar” o mundo no seu processo de aprendizagem. Dessa forma, após a conclusão do curso, ele continuará buscando, por si mesmo, seu aperfeiçoamento pessoal e técnico.

Para tanto, serão utilizadas dentre outras, para a consecução dos objetivos qualitativos de excelência dos cursos, as seguintes estratégias didáticas:

- ✓ aulas dinâmicas com recursos de multimeios;

- ✓ aprendizado a partir de experiências práticas envolvendo, sempre que possível e necessário, atividades em laboratórios, simuladores virtuais ou físicos, e experiências de campo;
- ✓ leituras de livros, artigos e revistas especializadas;
- ✓ aplicação e utilização de tecnologias de informação;
- ✓ atividades colaborativas e interativas;
- ✓ atividades extraclasse e complementares ao processo educativo;
- ✓ desenvolvimento de pesquisas de campo e realização de trabalhos científicos (iniciação científica);
- ✓ estruturação e desenvolvimento de projetos e estudos de casos;
- ✓ transbordo do aprendizado para a comunidade.

4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

4.1 Inserção Regional

A IES está situada na cidade de São Lourenço, localizada ao Sul do Estado de Minas Gerais, no conhecido Circuito das Águas Mineiras que é composto ainda dentre outras, pelas estações de Lambari, Cambuquira, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Pouso Alto, Passa Quatro e Águas de Contendas. São Lourenço é considerada a maior e mais jovem estância hidromineral do país sendo sua grande atração o Parque das Águas. As seis fontes de água mineral, cada uma com propriedades medicinais curativas específicas são ideais para quem deseja cuidar da mente e do corpo.

São Lourenço possui uma área total de 58,01 Km2 e segundo dados do IBGE em 2017, sua população total era de 45.457 habitantes (zonas rural e urbana). Os municípios limítrofes são Soledade de Minas, Carmo de Minas, São Sebastião do Rio Verde e Pouso Alto, sendo as principais rodovias que compõem sua malha viária as BR-460, BR-381, BR-116, BR-354 e MG-347.

Em relação aos principais centros, a cidade de São Lourenço está localizada a 285 Km do Rio de Janeiro, 387 Km de Belo Horizonte, 395 Km de São Paulo, 800 Km de Vitória e 1.108 km de Brasília. Possui um aeroporto com pista asfaltada de 1.300m de comprimento e 30m de largura.

Pertencente à Bacia do Rio Grande, a cidade de São Lourenço, tem como principais rios, o Ribeirão do Taboão e o Rio Verde. Possui altitude máxima de 1352 m (Morro dos Lobos) e altitude mínima de 947 m (Foz do Córrego dos Poços), sendo que no ponto central da cidade possui altitude de 873,27 m. A temperatura média anual é de 19,1º C.

São Lourenço se firmou como uma das mais importantes estâncias do Brasil. O turismo traz pujança e arrojo, perceptíveis nas construções, qualidade de vida, nas ruas, no comércio. Muitos acreditam que de suas terras fluem poderosas energias que regem a evolução humana, como a Sociedade Brasileira de Eubiose, que a escolheu como sede. A magia de suas águas – e a variedade delas, faz do Circuito das Águas um lugar único, tendo como capital esta cidade, que de santo não tem só o nome. A cidade impressiona pela excelente infraestrutura hoteleira. São mais de 60, variando de pousadas mais simples até verdadeiros complexos de lazer e entretenimento. Em épocas de férias e de festas a população chega a dobrar.

A atividade econômica da cidade está baseada na água mineral (seu principal recurso natural), na indústria, na agropecuária no turismo e serviços. O abastecimento de energia elétrica é feito pela Concessionária CEMIG e suas telecomunicações (telefonia) são realizadas pela OI, possuindo ainda 02 emissoras de rádio e 02 Jornais. Os serviços de água são realizados pela Concessionária SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto). Possui 01 hospital Público e 192 estabelecimentos de saúde, prestando serviços ou não ao SUS.

Segundo dados do Tesouro Nacional, a cidade de São Lourenço obteve no ano de 2016 a seguinte receita tributária: R$ 24.145.33,35, sendo R$ 19.247.302,00 de impostos e R$ 4.897.731,35 de taxas. Com relação a Instituições Financeiras, a cidade de São Lourenço possui 07 agências bancárias.

> OBS: As fontes utilizadas para apuração dos dados acima não citadas no corpo do texto são: Instituto de Geociências Aplicadas - IGA (CETEC); Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM; Secretaria de Estado de Comunicação Social; Companhia de Saneamento de Minas Gerais; e SUS - Ministério da Saúde.

Conhecedora de suas responsabilidades enquanto Instituição de Ensino Superior inserida neste contexto regional e coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes do Centro Universitário de São Lourenço, busca-se a formação de profissionais com competências e habilidades, aptos para inserção em setores da vida produtiva, que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade regional e brasileira, críticos, participantes ativos em suas comunidades e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Ao mesmo tempo o mesmo, estenderá seu olhar para a função social inerente a uma Instituição de Ensino Superior.

A IES tem consciência da responsabilidade social que a acompanha. Por isso caracteriza suas ações pelo comprometimento com a comunidade, buscando a democratização das oportunidades educacionais e criando condições de inserção social para os egressos do ensino médio da região.

Ao formar profissionais capacitados estará ainda contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentável que é hoje um dos anseios da sociedade. Para se atingir este objetivo várias políticas são concretizadas. Entre elas as que irão contribuir para a permanência do aluno na instituição, como por exemplo, o financiamento estudantil, por meio do programa denominado PPD – Programa de Pagamento Diferido ou então a possibilidade de serem beneficiados com Programa denominado PROERS - Programa Extensionista de Responsabilidade Social - que têm como contrapartida a prestação de serviços em instituições sem fins lucrativos nas cidades de origem, fora do horário de aulas, além das atividades de iniciação científica e extensão, e outras de interesse do curso.

Assim, ao estabelecer como filosofia de trabalho a inserção permanente na realidade social da comunidade onde está localizada, a IES estará contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. Para o desenvolvimento de suas atividades, a Instituição estabeleceu uma série de princípios norteadores, que permitem direcionar de forma clara e objetiva as ações e conduta do seu corpo docente e discente, de acordo com o Regimento Geral do Centro Universitário.

Contexto Socioeconômico de São Lourenço

Municípios	Área / Km 2 2022	População 2022	IDH 2010	PIB 2021
Aiuruoca	649,680	6233	0,668	R$ 21.608,49
Alagoa	161,356	2749	0,649	R$ 17.958,99
Baependi	750,554	18366	0,681	R$ 19.795,44
Carmo de Minas	322,285	13797	0,682	R$ 19.322,94
Carvalhos	282,254	4422	0,646	R$ 18.141,26
Caxambu	100,483	21056	0,743	R$ 17.204,61
Conceição das Pedras	102,206	2772	0,668	R$ 21.692,56
Cristina	311,330	10374	0,668	R$ 22.906,28
Cruzília	522,419	15362	0,695	R$ 20.461,59
Conceição do Rio Verde	369,681	12541	0,665	R$ 25.025,75
Dom Viçoso	113,921	3095	0,687	R$ 13.052,06
Itamonte	431,792	14786	0,705	R$ 74.613,56
Itanhandu	143,363	15236	0,739	R$ 30.315,87
Jesuânia	153,852	5138	0,658	R$ 21.827,32
Lambari	213,110	20414	0,711	R$ 19.293,34
Minduri	219,774	3741	0,658	R$ 42.093,45
Olímpio Noronha	54,633	2555	0,674	R$ 15.528,17

Passa Quatro	277,221	15515	0,715	R$ 28.737,93
Pouso Alto	263,034	6566	0,710	R$ 47.333,42
S. Sebastião do Rio Verde	90,848	2300	0,676	R$ 15.800,11
São Lourenço	58,019	44798	0,759	R$ 25.310,43
Seritinga	114,769	1819	0,660	R$ 24.357,44
Serranos	213,173	1990	0,643	R$ 19.785,54
Soledade de Minas	196,866	5613	0,697	R$ 13.150,84
Virgínia	326,515	8908	0,651	R$ 20.855,96
Total Populacional	**6443,138**	**260146**	**17,108**	**R$ 616.173,35**

Fonte: *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2021/2022.; **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Lourenço é 0,759, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,871, seguida de Renda, com índice de 0,746, e de Educação, com índice de 0,673.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - São Lourenço - MG			
IDHM e componentes	**1991**	**2000**	**2010**
IDHM Educação	0,354	0,552	0,673
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	33,57	44,07	58,77
% de 5 a 6 anos na escola	46,52	91,98	95,56
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	56,59	68,31	88,01
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,83	55,35	65,37
% de 18 a 20 anos com médio completo	12,82	31,58	39,12
IDHM Longevidade	0,738	0,836	0,871
Esperança de vida ao nascer	69,27	75,17	77,28
IDHM Renda	0,634	0,739	0,746
Renda per capita	412,45	796,63	831,32

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Como mostram os dados do MEC, apenas 55% dos concluintes do ensino médio têm procurado a continuidade dos estudos em nível superior. Entre as várias razões para que este número seja baixo, uma delas se sobressai, e é justamente a relacionada com a condição financeira do potencial candidato.

As estatísticas do IBGE por outro lado demonstram que 28,9% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de mais de 10 SM (Salário Mínimo); 27,6% do alunado matriculado

no ensino superior tem renda familiar de 5 a 10 SM; 25,3% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de 3 a 5 SM; 16,4% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de 1 a 3 SM e 1,2% do alunado matriculado no ensino superior tem renda familiar de até 1 SM.

Para que a Instituição possa cumprir de fato sua missão social, não pode deixar de se sensibilizar com esta questão. Assim, além de credenciar todas as instituições de ensino superior atualmente mantidas junto ao MEC para participar dos Programas FIES – Programa de Financiamento Estudantil e PROUNI – Programa Universidade para Todos, a IES instituiu o PPD – Programa de Fundo de Assistência ao Estudante, que nada mais que, um programa de Financiamento da Entidade Mantenedora disponibilizado aos estudantes universitários regularmente matriculados nos cursos de graduação.

Tem por objetivo proporcionar a esses universitários a oportunidade de obterem financiamento para custeio do seu curso, e serve como um efetivo instrumento que proporciona ao aluno, de comprovada carência, a oportunidade de frequentar um Curso Superior.

Outros alunos têm a possibilidade de serem beneficiados com Bolsas Trabalho apresentando como contrapartida a prestação de serviços na Instituição fora do horário de aulas, além das Bolsas de Monitoria, Iniciação Científica, Extensão e outras de interesse dos cursos.

Assim, ao estabelecer como filosofia de trabalho a inserção permanente na realidade social da comunidade, o Centro Universitário de São Lourenço espera contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais assumindo sua responsabilidade social que é inerente à sua condição de instituição de ensino superior.

4.1.1 Contexto Educacional de São Lourenço

Em São Lourenço existem 18 (dezoito) escolas públicas, 13 (treze) particulares.

a) Estadual:

Matrículas anos iniciais (1º ao 5º ano)	Matrículas anos finais (6º ao 9º ano)	Matrículas no ensino médio	Matrículas EJA	Matrículas na educação especial
261	**958**	**1.017**	**400**	**83**

Fonte: Censo Educação Básica 2022.

b) Municipal:

Matrículas em creche	Matrículas na pré-escola	Matrículas anos iniciais (1º ao 5º ano)	Matrículas anos finais (6º ao 9º ano)	Matrículas EJA	Matrículas na educação especial
578	681	1.848	765	17	148

Fonte: Censo Educação Básica 2022.

c) Privada:

Matrículas em creche	Matrículas na pré-escola	Matrículas anos iniciais (1º ao 5º ano)	Matrículas anos finais (6º ao 9º ano)	Matrículas no ensino médio	Matrículas EJA	Matrículas na educação especial
258	272	681	691	427	42	154

Fonte: Censo Educação Básica 2022.

d) Alfabetização da População

Proporção da População Residente Alfabetizada por Faixa Etária		
Faixa Etária	1991	2010
5 a 9	56,0	59,3
10 a 14	96,7	98,0
15 a 19	97,3	98,9
20 a 49	93,5	96,6
50 e +	76,6	84,0
Total	86,7	90,9

Fonte: IBGE/Censos

4.2 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Instituição

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI, que envolve a organização acadêmica, orienta o processo de ensino-aprendizagem, de forma a ser concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado pelos referenciais sócio antropológicos, epistemológicos, administrativos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos.

Os aspectos operacionais da execução do Projeto Pedagógico Institucional são flexíveis e dinâmicos, devendo ser continuamente discutidos pela comunidade da IES, por meio do PDI, para que todos os seus segmentos, em todas as suas dimensões, sejam de fato, agentes transformadores do projeto educativo da Instituição. O que se deve manter e garantir na execução do PDI é a consistência na ação pedagógica, na avaliação dos objetivos propostos e

na unicidade filosófico-educacional deste Projeto, bem como o perfil do profissional que a IES deseja formar. A prática pedagógica deve se caracterizar pelo processo de ensino-aprendizagem em que o educador exerce a tarefa de provocar e orientar o desenvolvimento das potencialidades do educando.

De acordo com o Instrumento de Avaliação Externa das IES, três desafios devem ser superados pelas instituições na construção coletiva de seus projetos e planos:

- ✓ a conjugação do Projeto Pedagógico Institucional com os Projetos Pedagógicos dos Cursos, devendo ambos constituir um processo dinâmico, intencional, legítimo, transparente, em constante interconexão;
- ✓ o Plano de Desenvolvimento Institucional, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional, deve apresentar a forma como a instituição pretende concretizar seu projeto educacional, definindo as metas a serem alcançadas nos períodos de tempo definidos;
- ✓ e, o aperfeiçoamento contínuo desses planos, considerando os resultados dos processos de avaliação.

O Projeto Pedagógico Institucional da IES norteia as ações educativas na busca de formar profissionais com visão mais humanista, que ajam com ética e responsabilidade, com respeito aos princípios básicos e objetivos da Educação Ambiental, empreendendo transformações organizacionais, sociais e de cidadania, atuando com eficiência e competência técnico-científica.

Imbuída do papel de articuladora, orientadora, motivadora e inspiradora de atitudes e atividades, a IES empreende sua marca num contexto de democracia, responsabilidade e consciência social, diante de dois enfoques: “globalização”, impondo pensamento amplo, universal, e “individualização”, estimulando o desenvolvimento de competências para liderar, administrar e transformar o conhecimento em qualidade de vida.

A trajetória ao longo da implementação do Projeto Pedagógico de cada curso se delineia na integração disciplinar horizontal e vertical, possibilitando ao acadêmico a assimilação dos conhecimentos envolvendo conteúdos com formação cidadã e técnico-científicos, com espírito empreendedor. A Reitoria da IES e as Coordenações de Cursos contribuem à consecução dessa caminhada, com a função de assistência pedagógica aos cursos, enquanto a Avaliação Institucional busca uma melhor compreensão da evolução desse processo, identificando os problemas e realimentando propostas de soluções e melhoramentos.

A organização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais, abrange um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem, contemplando disciplinas obrigatórias, atividades complementares, estágios e trabalhos de

conclusão de curso (para estes, as que assim o exigirem), pressupondo-se outras definições teórico-metodológico-operacionais relativas aos estudos que devem ser realizados, concretizando-se no ato pedagógico.

A proposta de construir, coletivamente, uma IES pautada na ética, no respeito às diferenças, no diálogo e no compromisso da excelência, mais digna à vida humana baseia-se nos seguintes princípios básicos:

- primar pela qualidade acadêmica com compromisso social;
- ter autonomia pedagógica e administrativa em relação aos Mantenedores;
- trabalhar a gestão participativa com o objetivo de tornar realidade a ideia de transparência e ação coletiva;
- proporcionar ampla oportunidade de iniciação a pesquisa e extensão articulando-as com as diversas áreas do conhecimento,
- definir uma política de avaliação institucional que possibilite uma tomada de decisão coletiva, que é imprescindível à orientação de novos caminhos para os cursos oferecidos e para a gestão acadêmica da IES.

Partindo desses princípios básicos, foram definidos os seguintes princípios teórico-metodológicos gerais das ações educativas, que são necessárias à sua explicitação em todos os cursos de graduação da IES, quando da sua concepção:

- formação humanista, mantendo a especificidade do conhecimento;
- profissionalismo, ética, transparência e valorização de recursos humanos;
- construção de postura crítico-reflexiva;
- gestão participativa e inclusão social;
- universalidade do conhecimento e fomento à multidisciplinaridade, à interdisciplinaridade e à transdisciplinaridade;
- articulação da teoria com a prática, com valorização à iniciação a pesquisa, incluindo-se o Trabalho de Conclusão de Curso, quando for o caso;
- orientação para os estágios e para a participação em atividades de extensão;

- flexibilização curricular estabelecida na participação das atividades complementares, que atenda à diversidade de tendências, na área, e à pluralidade no ensino;
- estímulo às práticas de autoaprendizagem, aos estudos independentes e à autonomia do acadêmico;
-
- integração das disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas entre os cursos, quando possível;
- sinergia com programas e atividades de pós-graduação quando for o caso;
- excelência, indissociabilidade e qualidade nas atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão;
- busca de atualização contínua dos projetos pedagógicos dos cursos;
- diversificação teórico-metodológica que tenha como foco a aprendizagem, tomando o trabalho prático como forma de ação transformadora da natureza e de constituição da vida social, em conformidade com os princípios básicos e objetivos da Educação Ambiental; aos objetivos de combate ao racismo e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana e também em relação aos objetivos da Educação em Direitos Humanos e a diversidade.
- a formação humanística e visão global que habilite os acadêmicos a compreender o meio-social, político, econômico e cultural onde estão inseridos, e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente.

Tais princípios acompanham as tendências educativas atuais, redefinindo as competências dos docentes, ou seja, que estes detenham um perfil inovador, aberto a mudanças e ao aprendizado permanente, capaz de trabalhar em equipe, apto a construir, executar e avaliar projetos educacionais.

Para a consecução de proposição neste nível é requerida uma concepção de matriz curricular cuja essência seja a compreensão pelo acadêmico do que se passa no mundo e das formas de agir e nele atuar. Assim, a organização curricular necessária à IES deve se constituir nas ferramentas/instrumentos indispensáveis ao processo de desvelamento da realidade.

Para tanto, se faz necessário à IES lançar mão, sabiamente, da autonomia didática e da flexibilidade estrutural e pedagógica conquistadas pela LDB/96, de forma a pautar sua organização curricular, contemplando a captação da “espinha dorsal” de cada área de conhecimento e/ou de atuação profissional; a compreensão dos processos de

assimilação/apropriação do conhecimento, e o domínio dos processos pelos quais se exerce a ação mediadora entre conhecimento e sua assimilação/apropriação.

Neste sentido e na perspectiva de superação da simples tarefa de compor uma matriz curricular a partir de “agrupamento de disciplinas isoladas”, é que as alternativas de proposições curriculares definidas pelos Colegiados de Cursos devem deixar claro o modo como pretende

articular o ensino, a iniciação a pesquisa e a extensão, numa dimensão indissociável, na qual discentes e docentes possam ser engajados num processo de composição de diagnóstico de sua região de influência, do qual derivam projetos de pesquisa, envolvendo descobertas e recriações, além de programas de extensão, ensejando intervenção/inserção na comunidade/sociedade.

A matriz curricular será vista, assim, como um campo de produção de significados que promovam a socialização dos conhecimentos trabalhados nas diversas disciplinas ao mesmo tempo em que permitem a formação de personalidades e subjetividades.

Propõe-se, dessa forma, à IES uma tarefa exigente: a ruptura da centralidade dos elementos cognitivos e de informações na formação do saber, a estruturação de um novo sistema de valores educacionais, a mudança dos valores individuais e, em consequência, globais, sociais e de mercado.

Tal postura, naturalmente, se constitui reflexo da concepção político-metodológica que se quer participativa e democrática, na qual a extensão implica o próprio ensino e a iniciação a pesquisa, desenvolvidos numa perspectiva de ação-reflexão-ação, em que a concepção de ensino se constrói na elaboração do conhecimento (pelos discentes), resultante do confronto com a realidade concreta, enquanto a pesquisa (iniciação) se constrói da sistematização dessa prática que resulta em novos conhecimentos significativos.
O desenvolvimento do ensino, da iniciação a pesquisa e da extensão de forma indissociável, como princípio da ação educativa institucional da IES, vai ao encontro da superação da dicotomia existente entre produção do saber e a sua socialização, bem como deixa clara a opção política de atendimento às demandas sociais da maioria da população, efetivando a transformação social e a formação da cidadania que se quer. Focada nesses princípios norteadores, a IES busca incorporar aos seus cursos abordagens que busquem:

- a recíproca interação com a sociedade caracterizada pela ação educativa e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, em conformidade com os princípios básicos

e objetivos da Educação Ambiental, dos Direitos Humanos e a Diversidade, reafirmando o seu compromisso com o aprimoramento da formação humana, cidadã e profissional;

- a construção coletiva traduzida na intenção e prática de cada segmento institucional, levando em conta a articulação dialética, a diferenciação e integração, a globalidade e especificidade;
- a construção permanente da excelência da qualidade de ensino, entendida e incorporada como processual e cotidiana nos cursos de graduação a distância, e pós-

graduação a distância, indagando continuamente sobre o tipo de sociedade que temos e queremos, a função dos cursos superiores frente às novas relações sociais e de produção, e sobre o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho;

- a unidade entre teoria e prática, por meio do desenvolvimento, por parte de professores e acadêmicos em atividades em diferentes contextos do processo ensino/aprendizagem;
- as atividades de extensão voltadas para seus aspectos fundamentais, quais sejam, tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da iniciação à pesquisa, socializando o saber;
- o desenvolvimento de matriz curricular contextualizada e circunstanciada, expressão da concepção de conhecimento como atividade humana processualmente construída na produção da vida material, em conformidade com os princípios básicos e objetivos dos Direitos Humanos, em conformidade com os objetivos de combate ao racismo e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana.

Portanto, ensino, pesquisa (somente iniciação) e extensão constituem aspectos indissociáveis da ação educativa, que se traduzem em um conceito emergente de sala de aula, que não se limita ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreende todos os espaços dentro e fora da Instituição em que se realiza o processo histórico-social, com suas múltiplas determinações, passando a expressar num conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

A garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa (somente iniciação) e extensão apresenta-se como condição básica para a definição de metas e ações que serão priorizadas pela Instituição. Espera-se que os aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos subjacentes ao presente texto definam, entre outros pressupostos, as concepções de processos de ensino e de aprendizagem, das matrizes curriculares dos cursos de graduação, de planejamento e de avaliação do ensino da IES.

5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

5.1 Concepção Metodológica e Estrutural para o Ensino Presencial

5.1.1 Perfil do Egresso da modalidade de ensino presencial

A IES se propõe a empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para

o trabalho. Prima pela formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente.

A organização dos cursos oferecidos pela Instituição proporciona condições para que o egresso além de dominar a técnica inerente à sua área de conhecimento se diferencie pelas competências e habilidades vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. Busca estimular a criatividade dos discentes, levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional.

Desta forma, a IES possibilita a formação de profissionais com as seguintes competências e habilidades:

- Sólida formação geral pautada por princípios éticos e técnico-científicos, voltados para a complexidade das relações e das demandas sociais;
- Entendimento de que a formação profissional é um processo contínuo de construção de competências que demanda aperfeiçoamento e atualização permanentes;
- Compreensão da profissão como uma forma de inserção e intervenção na sociedade, tendo por base a comunidade regional;
- Atitude crítica, responsável e criativa em relação às questões sociais, étnico-raciais e a Educação Ambiental com vistas à identificação e à resolução de problemas;
- Disponibilidade e competência para o exercício da interdisciplinaridade e para a atuação em equipes multiprofissionais, resguardada a autonomia profissional;
- Capacidade de pensar e de aportar o seu conhecimento no conhecimento já disponível, de maneira crítica, pessoal e consistente;
- Capacidade de utilizar os conhecimentos científicos e tecnológicos existentes e disponíveis e de produzir novos conhecimentos, deles derivando condutas pessoais e profissionais responsáveis, justas e éticas;
- Capacidade de autoanálise tendo em vista o aprimoramento de seu conhecimento e de suas relações interpessoais.

5.1.2 Seleção de Conteúdos Curriculares da modalidade de ensino presencial

A estruturação dos conteúdos curriculares supõe a elaboração de uma seleção, um recorte intencional que sempre tem, explicita ou não, uma lógica justificante. Essa seleção de conhecimentos, atitudes, valores e metodologias, considerados importantes, têm por referência determinados destinatários e contextos, do estado do conhecimento científico e da realidade

cotidiana da cultura. A referida seleção é, portanto, um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos mobiliza as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da área de cada curso. Nesta seleção devem ser observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

- Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;
- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;
- Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos alunos, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
- Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como, da dimensão sócio-cultural, Étnico-raciais e da Educação Ambiental.
- Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do discente em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos discentes, também são critérios centrais considerados na seleção e na organização dos conteúdos ministrados nos cursos oferecidos pela IES.

5.1.3 Princípios Metodológicos da modalidade de ensino presencial

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva, os estudantes passam à condição de sujeitos ativos desse processo, adquirindo conhecimentos de forma significativa pelo contato com metodologias de ensino voltadas à construção de competências vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. O professor, por outro lado, passa a desempenhar o papel de incentivador, garantindo situações que estimulem a participação do discente no ato de aprender; e de orientador, auxiliando a construção do conhecimento.

A pedagogia interativa busca promover um processo de aprendizado mais ativo, capaz de estimular a troca de informações entre professores e estudantes, e entre os próprios discentes, estimulando a criatividade e levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional. Supera, com vantagens, a pedagogia da transmissão passiva de conhecimentos utilizada nos métodos tradicionais de ensino, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo de atitudes, conhecimentos e habilidades dos estudantes. Facilita o desenvolvimento dos seus próprios métodos de estudo, aprendendo a selecionar criticamente os recursos educacionais mais adequados, trabalhar em equipe e aprender a aprender.

A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento desta proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do discente e fornece ao professor uma constante atualização de seu perfil, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do discente, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação-problema que desencadeou a discussão. Nesta perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas

e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os estudantes são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Destacam-se, como metodologia de ensino-aprendizagem as seguintes atividades: aulas dialogadas, dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, ensaios em laboratórios, estudos de meio, pesquisa bibliográfica e iniciação científica.

Além disso, é estimulado o uso de metodologias de ensino baseadas na interação, tais como a discussão, o debate, a mesa redonda, o seminário, o simpósio, o painel, o diálogo, a entrevista, e o estudo de casos; e o uso, em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas, com o estudo centrado em casos reais.

Além das tradicionais práticas amplamente conhecidas, a IES adota no âmbito dos seus cursos, algumas alternativas didático-pedagógicas, tais como: utilização de recursos audiovisuais e multimídia em sala de aula, utilização de equipamentos de informática com acesso à Internet, desenvolvimento de trabalhos em parceria entre os cursos, cujas atuações venham a complementar de forma recíproca a formação do aluno e a utilização complementar ao ensino presencial de portal de conteúdos via AVA.

Os cursos de graduação autorizados pela Direção da IES e devidamente aprovados pelo Conselho Superior poderão introduzir na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade à distância. As disciplinas poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso, conforme Portaria 2.117 de 06 de dezembro de 2019.

A oferta das disciplinas a distância deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. A tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade a distância será feita por profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto neste projeto pedagógico.

5.1.4 Processo de Avaliação da modalidade de ensino presencial

A visão tradicional que considera exclusivamente os conteúdos ministrados nas disciplinas curriculares na prática da avaliação restringe e compartimenta os campos de estudos propostos pela legislação educacional vigente, fundamentado nos princípios preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN/96, os quais consistem de: autonomia, identidade, integração, diversidade, interdisciplinaridade e contextualização.

O processo de acompanhamento dos resultados da aprendizagem busca definir novas dimensões e funções que convergem para uma tomada de consciência, por parte da comunidade acadêmica, de que avaliar implica uma reflexão crítica sobre a prática pedagógica (objetivos, procedimentos, instrumentos, intenções), os avanços, as dificuldades, a efetiva aprendizagem, enfim, um contínuo exercício de (re)pensar e um constante (re)criar de todos os atores envolvidos no ato de ensino-aprendizado.

Tomando por base as ideias e concepções acima preconizadas, a avaliação não se restringe a um julgamento seletivo, mas é concebida como um conjunto de situações, observações, procedimentos, ações e análises que sustenta e realimenta a prática pedagógica, para torná-la concretamente educativa, comprometida com a formação e como processo de aprendizagem individual e coletivo, de forma investigatória, dialógica e construtiva.

Desta forma, a avaliação nesta perspectiva e com estas dimensões requer de todos o compromisso com a aprendizagem real, com o sucesso do discente, com a efetividade das práticas metodológicas, com uma ampla e profunda análise das informações, dos resultados e das observações que compõem o processo em todos os seus tempos e espaços.

Assim, a concepção de avaliação proposta pela IES tem caráter formativo, processual e contínuo, e deverá estar aliada a uma prática educacional ética e a um processo pedagógico compartilhado, que possibilitará o conhecimento da realidade, a crítica, a criação coletiva de soluções e os encaminhamentos que qualificarão cada vez mais o processo pedagógico e as suas respectivas práticas educativas.

O processo sempre será de diagnóstico contínuo com ações imediatas para resolução e correção dos rumos (caráter auto regulatório), preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, contribuindo para a construção do conhecimento do acadêmico e de sua autonomia intelectual, tendo como base a concepção que a avaliação acolhe uma situação, para, a partir dela, ajuizar a sua qualidade, com o objetivo de oferecer suporte de reflexão e mudança.

Como ato diagnóstico, tem como fundamentação a inclusão, a partir da avaliação de atos, situações, pessoas, proporcionando a tomada de decisões, no sentido de criar condições para obtenção de um melhor rendimento daquilo que se esteja buscando ou construindo.

Todos os envolvidos no processo educacional da instituição, que no exercício coletivo do pensar educacional, deverão refletir sobre a sua prática que deverão concretizar, baseados nos princípios educativos do sistema de avaliação proposto, que é determinado pela autorregulação

(formativo), o diagnóstico e a continuidade. Utilizando-se da avaliação como mecanismo de revisão constante, os envolvidos tornar-se-ão mais competentes, deixando de não apenas dizer o que deve ser feito (fala), mas de fazer o que realmente deve ser feito (ação). A participação ativa e o compromisso responsável deverão ser compartilhados por todos, tendo por base formal o próprio Projeto Pedagógico Institucional.

A avaliação diagnóstica deverá se apoiar numa variedade de técnicas, instrumentos e acompanhar os processos de ensino e aprendizagem em diferentes momentos de sua realização, identificando erros, dando sugestões e explicações complementares, revisando sempre as ações tendo em vista a continuidade e o aperfeiçoamento do processo.

Para existir uma avaliação formativa será necessário romper com os modelos tradicionais e quantitativos. A avaliação será considerada formativa quando, a partir das dificuldades analisadas existir a consciência de resolvê-las no momento em que acontecem as dificuldades (autorregulação). Em sentido mais prático, a avaliação formativa deverá ser caracterizada por desencadear situações de autorregulação do discente, ou seja, de se reconhecer que está cometendo um “erro”, já durante o próprio percurso de aprendizagem, sem a necessidade de se finalizar o processo para então diagnosticar e corrigir em uma próxima etapa. Para que realmente seja feita uma avaliação formativa, deveremos observar se as correções das situações de “erro” são feitas de forma imediata.

A construção de critérios de avaliação de modo compartilhado é fundamental para que se compreendam os propósitos do ensino e da aprendizagem. O fundamental é ter clareza da aprendizagem a ser perseguida e da possibilidade dos discentes compreenderem o seu próprio processo de aprendizagem, exercitando a autoavaliação. A avaliação formativa de diagnóstico é contínua e deve estar vinculada ao Projeto Pedagógico de cada curso.

5.1.5 Inovações significativas, especialmente quanto a Flexibilidade dos Componentes Curriculares da modalidade de ensino presencial

Nos cursos da IES, a flexibilidade curricular se reflete em diferentes perspectivas, mas particularmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares, mediante reorganização em nível de ementário para se trabalhar os pré-requisitos necessários para o aprendizado do aluno.

No que diz respeito aos pré-requisitos, é preciso considerar até que ponto eles constituem, de fato e em quais casos, um elemento indispensável ao desenvolvimento dos estudos, de forma a não impedir o movimento dinâmico do cumprimento do estabelecido no plano de execução curricular do curso.

Em relação aos componentes curriculares optativos, estes visam fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do discente. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de sua escolha quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação, com a necessária orientação do Colegiado de Curso.

A flexibilidade curricular permite que a Instituição acompanhe de perto as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão. Por outro lado, a flexibilidade garante oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a possibilidade de seguir um determinado percurso, não tão rígido como uma seriação.

Neste sentido, as Atividades Complementares, previstas para os cursos de graduação, além de constituírem importantes mecanismos de introduzir a flexibilidade também proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso realizadas pelos alunos para a integralização de parcela da carga horária do curso.

Por sua vez, a carga horária destinada ao cumprimento da diferença entre hora/aula e hora/relógio, permitem ao acadêmico a elaboração de atividades supervisionadas por docentes, sobre temáticas de aprofundamento em áreas de saber específicas a cada curso de graduação, com vistas às consolidações cognitiva e postural de conhecimentos.

Em termos de Cursos Superiores de Tecnologia, a IES adotou a forma modular de estudos, proporcionando, à comunidade que os procura, certificações com nomenclaturas específicas a cada módulo cursado, ou a graduação diplomada conferida pela integralização da carga horária de cada curso.

Além do mais, permeia-se a flexibilidade dos componentes curriculares levando-se em consideração a interdisciplinaridade. A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as fragmentações disciplinares, entre teoria e prática, entre ensino e iniciação científica, considerando, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si. Uma das formas de se implementar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que o mesmo possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante. No ato de repensar a prática pedagógica pautada em determinada realidade, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade com outros cursos da IES, por meio de parcerias, conscientizando o acadêmico de que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos. Verticalizando destacamos a importância da inserção nas disciplinas, de conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, de conteúdos relacionados com os princípios básicos e objetivos da Educação Ambiental, assim como Direitos Humanos e Diversidade.

5.1.6 Práticas Curriculares, Estágios e Atividades Complementares para a modalidade de ensino presencial

A formação do acadêmico será concebida na perspectiva de aluno-pesquisador e aluno-extensionista, desenvolvendo competências para empregar seu conhecimento no contexto social e buscar atualização contínua.

Para isso, as matrizes curriculares dos Cursos de graduação são permeadas por práticas que se dividem pela carga horária total dos seus componentes curriculares, ao longo do processo de formação do discente, como forma de articulação entre a teoria e a prática pedagógicas. Laboratórios específicos equipados e montados, também, para tal exercício articulador, fundamentam e concretizam competências e habilidades requeridas ao exercício profissional.

Os estágios obrigatórios e não obrigatórios, devem ser desenvolvidos como uma prática articulada à extensão e à pesquisa (iniciação), a fim de que o acadêmico vivencie as diversidades locais sociais do contexto em que está inserido, preparando-o para o enfrentamento profissional.

A política do ensino de graduação da IES contempla também atividades complementares, como forma de promover a flexibilidade curricular, representadas por seminários de atualização, colóquios de discussões, projetos de extensão, programas de iniciação científica, monitoria de ensino, participação em diversas atividades, além de congressos e outros eventos que assegurem a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

Com o objetivo de concretizar as políticas de estágio e o desenvolvimento de atividades complementares, serão fomentadas as seguintes políticas:

- aperfeiçoamento de programas de iniciação científica na Instituição, de modo a absorver um maior número de acadêmicos e aumentar o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados;
- instituição do estágio não obrigatório como proposta de investigação científica, que poderá ser atribuída carga horária para cumprimento de atividades complementares no item de iniciação à pesquisa;
- aproximação dos acadêmicos da graduação junto aos alunos de pós-graduação mediante a criação de grupos de pesquisa (iniciação) e de atividades compartilhadas;
- incentivo de projetos de aperfeiçoamento de propostas inovadoras de ensino através de parcerias entre a graduação e a pós-graduação, criando e implementando experiências metodológicas renovadas (estágio docência);

- incentivo nas diferentes áreas de atividades sistemáticas de pesquisa (iniciação) e extensão atentas às demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes;
- adoção, na política institucional de ensino e em suas articulações com a extensão e a iniciação à pesquisa, de eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais, destacando a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, e a Educação Ambiental.

Considera-se, portanto, que é necessária a organização interna da Instituição, em coerência com suas políticas e seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto global da sociedade, a fim de criar condições para a implementação de práticas acadêmicas decorrentes de estágios e atividades complementares que revertam em benefício social.

5.1.7 Desenvolvimento de Materiais Pedagógicos para a modalidade de ensino presencial

O material pedagógico utilizado na IES é desenvolvido pelos professores dos cursos, de acordo com a natureza dos componentes curriculares ministrados, dentro de especificações e padrões definidos pelas Coordenações de Cursos.

A IES fomenta o desenvolvimento de novos materiais didáticos para os cursos que são ministrados. Tal iniciativa tem fundamento na lacuna entre o tradicional processo de produção de material didático e as exigências inovadoras dos cursos, em decorrência da Educação Ambiental por que passa todos os setores da IES.

De uma maneira geral, a literatura existente apresenta-se extremamente necessária, porém é insuficiente às crescentes demandas do ensino graduação e pós-graduação. Isto ocorre porque as inovações propostas para os cursos, tais como a interdisciplinaridade, o caráter prático da educação e atualização permanente, não encontram respaldo nos materiais didáticos tradicionais.

O material pedagógico pode também ser adquirido, conforme indicação das Coordenações de Cursos, de acordo com a natureza dos componentes curriculares e do nível tecnológico exigido.

5.1.8 Incorporação de Avanços Tecnológicos para a modalidade de ensino presencial

É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

A IES incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Para tanto, foi destinado percentual de sua receita anual para a aquisição de microcomputadores e softwares utilizados em atividades práticas dos cursos oferecidos.

A Instituição incentiva, também, a participação do corpo docente em eventos que abordem temas relacionados à incorporação de novas tecnologias ao processo de ensino-aprendizagem para que disseminem este tipo conhecimento, promovendo as inovações no âmbito dos cursos.

O avanço tecnológico institucional partirá da reestruturação da área de informática na instituição. O discente e o docente terão acesso por meio do Sistema de Controle Acadêmico - SCA às suas informações de forma on-line (Painel do Discente e Painel do Docente).

O avanço tecnológico mais significativo para a questão pedagógica deu-se pela implementação do Portal Universitário, institucionalizado por meio da criação e regulamentação pela Coordenadoria de Tecnologias Educativas – CTE.

5.2 Concepção Metodológica e Estrutural para o Ensino à Distância

5.2.1 Fundamento de uma Educação Flexível

A Educação a Distância já é uma realidade no Brasil e no mundo. Hoje são milhões de Acadêmicos matriculados no Ensino Superior nesta modalidade e os indicadores são de uma crescente adesão dos acadêmicos para uma formação flexível que combina com as expectativas e tempos de cada um. Este contexto foi se tornando viável com o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais aliadas a novas metodologias de aprendizagem.

Na evolução da educação a distância podemos identificar quatro grandes modelos predominantes a saber: Semipresencial, Híbrido, Satelital e *On-line*.

No modelo Semipresencial, é predominante a necessidade de encontros presenciais com mediação de um tutor geralmente graduado no curso ou com aderência nas disciplinas em que atua. Muito comum neste modelo a entrega de materiais didáticos impressos e avaliações

presenciais impressas. Trata-se de um modelo cuja maior interação se dá com o tutor que fica presente no Polo.

No modelo Híbrido, identifica-se variações no Brasil que podem ir de disciplinas parcialmente presenciais com atividades *on-line*, ou disciplinas integralmente presenciais e disciplinas integralmente *on-line*.

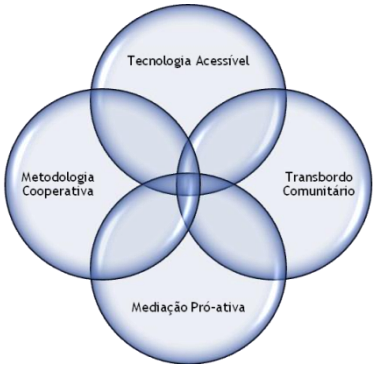
No modelo Satelital, envolve recursos tecnológicos de transmissão de aulas por satélite. O Acadêmico vai ao polo tal como no modelo semipresencial e tem acesso às aulas transmitidas pelos professores da sede da instituição. A presença do tutor é de facilitador dos processos educativos e tecnológicos para que as aulas ocorram dentro dos padrões esperados.

No modelo *On-line*, o Acadêmico conta com um aparato tecnológico que utiliza a internet como principal canal de comunicação. O acadêmico vai ao polo com menos frequência, mas por outro lado tem uma maior fonte de interação com o corpo docente e tutorial, tendo acesso direto por meio da internet. Neste modelo, a prioridade tecnológica está na boa estruturação do Ambiente Virtual de Aprendizagem tanto nos requisitos tecnológicos quanto nas definições metodológicas.

Neste contexto, a proposta escolhida pela instituição é a de adotar um modelo mais interativo, tecnológico e acessível. Partindo das seguintes premissas:

- Não basta “empacotar” conteúdos e distribuí-los.
- A aprendizagem não se dá apenas no âmbito individual.
- A interação entre acadêmicos e corpo docente e tutorial pode ser facilitada.
- O público de acadêmicos está mais jovem e mais familiarizado com as TICs.
- Quanto mais ubíqua for a proposta melhor o engajamento dos acadêmicos.
- Uma boa educação é aquela que impacta e transforma a comunidade.

Assim concebido, estrutura-se um modelo de Educação a Distância que utiliza os recursos das TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação – e que potencializam a Metodologia de Ensino e Aprendizagem. Isto posto, firma-se o propósito de uma Educação a Distância fundada nas seguintes concepções:



A Tecnologia Acessível é parte da concepção fundante deste projeto uma vez que traduz a necessidade de serem desenvolvidos recursos tecnológicos acessíveis aos acadêmicos de

forma que se tenha um conjunto de facilitadores do processo educativo. Quando se toma o tempo do acadêmico para compreender a complexidade dos recursos tecnológicos drena-se tempo e energia que pouco contribuem. O foco deste projeto é estruturar os processos educativos de forma que possam ser traduzidos em soluções tecnológicas dentro dos preceitos de usabilidade, ergonomia e adaptabilidade.

Além dos recursos tecnológicos é preciso estruturar uma metodologia de aprendizagem diferenciada e que faça sentido com a proposta da instituição. Desta forma, sustenta-se a concepção aqui definida a partir da **Metodologia de Aprendizagem interativa.** Trata-se de uma Metodologia que vai além da abordagem convencional e considera a colaboração como uma forma de aprender, desenvolver e superar coletivamente as barreiras do desenvolvimento cognitivo, social e econômico.

A Mediação Proativa é alicerce de uma educação que age ao encontro das demandas e que não espera acontecer para agir. A Mediação é de fato uma atribuição mais evidente do corpo docente e tutorial. Contudo, ao se propor uma concepção proativa deve-se prever um envolvimento sistêmico de todos os atores pedagógicos (diretos e indiretos) antevendo oportunidades de melhoria e desenvolvendo estratégias de inovação gradativa para uma mediação do processo educativo que emancipe o sucesso acadêmico.

Por decorrência e propósito, manifesta-se o **Transbordo Comunitário** como pilar desta concepção. Do que adianta uma educação inovadora que não transforme a realidade do entorno? Assim, objetiva-se como causa maior, o desenvolvimento de acadêmicos que saibam transformar sua comunidade. O transbordo comunitário ocorre quando se elege o desenvolvimento social, a ascensão das pessoas na sua plena cidadania, dignidade e evolução.

Por fim, a concepção de Educação a Distância aqui defendida está fundamentada na referência de uma educação flexível que permita pessoas e grupos sociais a se desenvolverem. Trata-se de uma educação de aproximação: do acadêmico com o conhecimento, com as tecnologias, com os colegas de classe, com o professor, com a comunidade em que vive.

5.2.2 Estruturação dos Cursos e Matrizes Curriculares da modalidade de ensino a distância

A IES se propõe a empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Prima pela formação integral do indivíduo, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir corretamente.

5.2.3 Perfil do Egresso da modalidade de ensino a distância

A organização dos cursos oferecidos pela Instituição proporciona condições para que o egresso além de dominar a técnica inerente à sua área de conhecimento se diferencie pelas competências e habilidades vinculadas ao raciocínio e à reflexão crítica. Busca estimular a criatividade dos discentes, levando-os a desenvolver a habilidade de reagir às novas situações que, de maneira concreta, serão impostas pela prática profissional.

Desta forma, a IES possibilita a formação de profissionais com as seguintes competências e habilidades:

- Sólida formação geral pautada por princípios éticos e técnico-científicos, voltados para a complexidade das relações e das demandas sociais;
- Entendimento de que a formação profissional é um processo contínuo de construção de competências que demanda aperfeiçoamento e atualização permanentes;
- Compreensão da profissão como uma forma de inserção e intervenção na sociedade, tendo por base a comunidade regional;
- Atitude crítica, responsável e criativa em relação às questões sociais, étnico-raciais e a Educação Ambiental com vistas à identificação e à resolução de problemas;
- Disponibilidade e competência para o exercício da interdisciplinaridade e para a atuação em equipes interprofissionais, resguardada a autonomia profissional;
- Capacidade de pensar e de aportar o seu conhecimento no conhecimento já disponível, de maneira crítica, pessoal e consistente;

- Capacidade de utilizar os conhecimentos científicos e tecnológicos existentes e disponíveis e de produzir novos conhecimentos, deles derivando condutas pessoais e profissionais responsáveis, justas e éticas;
- Capacidade de autoanálise tendo em vista o aprimoramento de seu conhecimento e de suas relações interpessoais.

5.2.4 Seleção de Conteúdos Curriculares da modalidade de ensino a distância

A estruturação dos conteúdos curriculares supõe a elaboração de uma seleção, um recorte intencional que sempre tem, explicita ou não, uma lógica justificante. Essa seleção de conhecimentos, atitudes, valores e metodologias, considerados importantes têm por referência determinados destinatários e contextos, do estado do conhecimento científico e da realidade cotidiana da cultura. A referida seleção é, portanto, um processo coletivo, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos mobiliza as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais.

Os conteúdos são selecionados tendo em vista o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais da área de cada curso. Nesta seleção, devem ser observados alguns critérios gerais, entre os quais cabe destacar:

- Relevância social, com vistas a atender às necessidades e condições regionais, guardando-se sua inserção no contexto nacional, bem como considerando as expectativas dos diferentes segmentos sociais no que se refere à atuação dos profissionais da área;
- Atualidade, caracterizada pela incorporação de novos conhecimentos produzidos e pela releitura sistemática dos disponíveis, com referência a padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico e à universalidade do conhecimento;
- Potencialidade para o desenvolvimento intelectual dos discentes, permitindo-lhes lidar com mudanças e diversidades de ordens diversas, e a busca, avaliação e seleção crítica de novas informações em diversificadas fontes;
- Interdisciplinaridade e multidisciplinaridade no desenvolvimento dos conteúdos, possibilitando a abordagem do objeto de estudos sob diversos olhares, incluindo a perspectiva da análise teórica, de questões contemporâneas, bem como, da dimensão sociocultural, Étnico-raciais e da Educação Ambiental.
- Conteúdos estruturantes de diferentes campos de conhecimento, com maiores possibilidades de integração horizontal entre as diferentes áreas de estudos e integração vertical, passíveis de organizar a aprendizagem do discente em níveis crescentes de complexidade.

A cultura, os interesses e as características dos discentes, também são critérios centrais considerados na seleção e na organização dos conteúdos ministrados nos cursos oferecidos pela IES.

5.2.5 Estruturação das Matrizes Curriculares da modalidade de ensino a distância

A matriz curricular deve ser organizada, então, em razão de um plano de etapas de formação intelectual. Uma estratégia para isso pode ser a elaboração de projetos de ensino com o fim de articular disciplinas umas com as outras, em razão de afinidades de conteúdos e pontos de continuidade. A proposição deve ocorrer em dois sentidos:

- horizontal: envolvendo disciplinas diferentes em um mesmo período;
- vertical: envolvendo disciplinas em sequência de períodos.

O estabelecimento de cadeias de conexões horizontais e verticais entre disciplinas incentiva o apoio recíproco entre docentes, dinamiza a aprendizagem e remove a impressão de que as matérias são estanques entre si. Uma das formas de se implementar a prática interdisciplinar é através do que se denomina problematização dos conhecimentos em contato com a realidade por intermédio de um estudo dialógico, tendo em vista que problematizar, tomando como referencial a realidade do acadêmico, significa permitir que ele possa refletir sobre si mesmo enquanto ser pensante. No ato de rever a prática pedagógica pautada em determinada realidade, pode-se, também, recorrer à interdisciplinaridade com outros cursos da IES, por meio de parcerias, possibilitando que o discente perceba que um curso de qualidade não se fundamenta na memorização de conceitos, mas na reflexão ampla e profunda da realidade pautada em aspectos teóricos oriundos de diversos campos científicos. Verticalizando destacamos a importância da inserção nas disciplinas, de conteúdos relacionados à Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, de conteúdos relacionados com os princípios básicos e objetivos da Educação Ambiental e dos Direitos Humanos.

5.2.6 Flexibilidade dos Componentes Curriculares da modalidade de ensino a distância

A flexibilidade curricular permite que a Instituição acompanhe de perto as reais demandas do mercado e da sociedade, estruturando planos de curso vinculados à realidade do mundo do trabalho e, assim, alcançando um adequado perfil profissional de conclusão. Por outro lado, a

flexibilidade garante oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, possibilitando aos alunos a construção de uma trajetória autônoma.

Além do mais, permeia-se a flexibilidade dos componentes curriculares levando-se em consideração a interdisciplinaridade. A proposta de formação interdisciplinar supõe e se operacionaliza em procedimentos teóricos e metodológicos que implicam na integração de conteúdos e atividades das diferentes disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Isso permitirá conceber o conhecimento como unidade na formação, superando as fragmentações disciplinares, entre teoria e prática, entre ensino e iniciação científica, considerando, a partir da contribuição das ciências, diferentes leituras de que o processo de aprendizagem não se limita aos conteúdos propostos.

Nos cursos da IES, a flexibilidade curricular se reflete em diferentes perspectivas, mas particularmente na eliminação da rigidez estrutural das matrizes curriculares, mediante a redução dos pré-requisitos, inserção de disciplinas optativas e Atividades Complementares.



5.2.7 Pré-requisitos da modalidade do ensino a distância

No que diz respeito aos **pré-requisitos**, é preciso considerar até que ponto eles constituem, de fato e em quais casos, um elemento indispensável ao desenvolvimento dos estudos, de forma a não impedir o movimento dinâmico do cumprimento do estabelecido no plano de execução curricular do curso.

5.2.7.1 Disciplinas Optativas da modalidade do ensino a distância

Em relação aos **componentes curriculares optativos**, estes visam fornecer subsídios complementares à formação acadêmica do discente. Sua previsão nas estruturas curriculares busca garantir uma margem mais ampla de sua escolha quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação.

5.2.7.2 Atividades Complementares da modalidade do ensino a distância

As Atividades Complementares, previstas para os cursos de graduação, além de constituírem importantes mecanismos de introduzir a flexibilidade também proporcionam oportunidades diferenciadas, na medida em que permitem o reconhecimento de atividades enriquecedoras e complementadoras do perfil do egresso realizadas pelos alunos para a integralização de parcela da carga horária do curso.

5.3 Metodologia de Ensino

5.3.1 Aplicada nas disciplinas (EAD)

Na educação convencional é observado que a metodologia instrucionista vigora dentre os propósitos de ensino e aprendizagem. Não é diferente na modalidade a distância quando se observa predominância nos recursos instrucionais em sobreposição ao processo de construção do conhecimento. As plataformas de aprendizagem são mais frequentemente utilizadas como recurso para repositório de conteúdos, bastando ao Acadêmico baixar e individualmente estudar. Na tentativa de superar essa metodologia, aqui, se propõe o desafio de desenvolver recursos de aprendizagem envolventes que favoreça interações, e que permita o transbordo para a comunidade em que o Acadêmico está inserido, através do Projeto de Extensão.

O processo de ensino-aprendizagem fundamenta-se nos princípios da pedagogia interativa, de natureza democrática e pluralista, com um eixo metodológico firmemente estabelecido e que prioriza metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

A primeira pergunta que precisamos tratar aqui, faz parte do planejamento de como as disciplinas serão desenvolvidas. Portanto: como as disciplinas devem ser planejadas na Metodologia de aprendizagem a distância?

Ao Professor cabe a responsabilidade de desenvolver o Plano de Aulas de suas disciplinas no início de cada semestre. Trata-se de um exercício fundamental para que o desenvolvimento da disciplina siga dentro de um referencial de qualidade esperada. Desta forma, o planejamento de uma disciplina deve contemplar alguns elementos fundamentais:

A **problematização** é um conjunto de provocações que iniciam o percurso de aprendizagem a partir da pedagogia da dúvida. Trata-se de problematizações que estabelecem uma referência de reflexão para o conhecimento, competências e habilidades que será construído.

Ao definir os **conhecimentos** que serão construídos o Professor pode estabelecer os marcos de aprendizagem que terá por referência.

Os **desafios** são desdobrados a partir de atividades que solicitem a iniciativa do Acadêmico para investigar e são elaborados de tal forma que estimulem a sua participação.

A **avaliação**, neste contexto, deixa de ser um evento final de cobrança da memorização de uma instrução repassada e passa a ser formativa. Elementos que serão desdobrados na Metodologia de Avaliação.

5.4 Referencial Para a Produção de Materiais Didáticos para a modalidade de ensino a distância

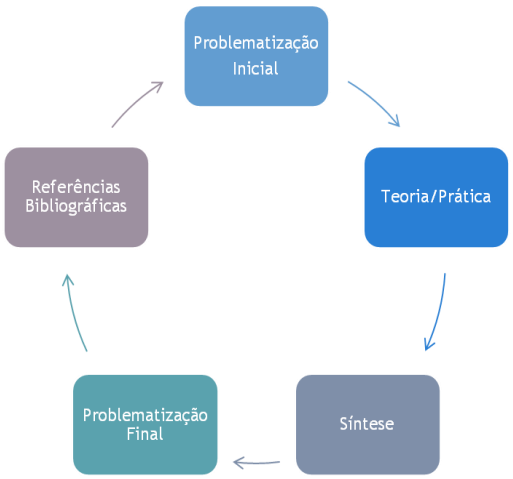
5.4.1 Materiais Curriculares (EAD)

Os Materiais Curriculares são apresentados aos estudantes em formato de texto e seguem o proposto na ementa da respectiva disciplina de uma forma problematizadora. A problematização dos conteúdos constitui requisito necessário e essencial para o desenvolvimento desta proposta pedagógica, na medida em que estimula a participação do discente e fornece ao professor uma constante atualização de seu perfil, dos diferentes níveis de ganhos, bem como do grau de dificuldade identificado durante o processo de aprendizagem.

A partir de questões problematizadoras, consideram-se os conhecimentos prévios e experiências do discente, buscando uma síntese que explique ou resolva a situação-problema que desencadeou a discussão. Nesta perspectiva, os elementos curriculares adquirem novas formas e os conteúdos não são memorizados, mas apreendidos compreensivamente. Os estudantes

são incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

São desenvolvidos pelo professor da disciplina a partir de um referencial de construção do material considerando a seguinte estrutura: Problematização, Teoria/Prática, Síntese, Problematização.



5.4.1.1 Problematização Inicial (EAD)

Ao iniciar cada unidade de aprendizagem, o Professor apresenta uma Problematização Inicial convidando o estudante a uma reflexão sobre questões que relacionam o conteúdo com o contexto social, cultural e econômico. Esta problematização servirá de referência para a construção do conhecimento conforme os objetivos que cada unidade promove.

5.4.1.2 Teoria/Prática (EAD)

O processo de construção do conhecimento que é iniciado com a problematização se desdobra com a apresentação conceitual e prática dos conteúdos previstos na ementa. Desta forma, o professor apresenta um conjunto de conceitos devidamente referenciados e contextualizados com a realidade e aplicabilidade.

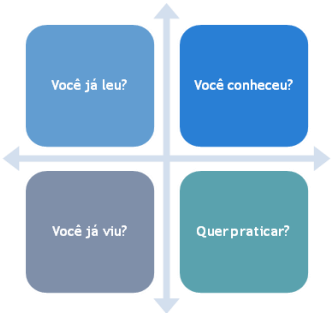
Importante considerar que a apresentação de todos os Conteúdos Programáticos, seguem as premissas de uma linguagem dialógica em que o Acadêmico é tratado como principal interlocutor. Assim, ao produzir um conteúdo, o professor deve ter em mente a tarefa de construir para o

aluno um cenário capaz de apresentar as condições em que aquele conjunto de informações ofertado ao longo da disciplina se desenrola.

O principal desafio do professor consiste em elaborar conexões entre a prática profissional e o apanhado teórico que embasa sua disciplina, provocando a pesquisa e o aprofundamento dos

estudos, priorizando em seu conteúdo um enredo em que o aluno reconheça suas referências culturais e exemplos do seu cotidiano.

No decorrer do texto são indicados ao professor intercalar vinhetas de interação que promovam uma melhor dinâmica no conteúdo a saber: Você já leu? Você conheceu? Você já viu? Quer praticar?



- **Você já leu?** Indicações de leitura e de sites interessantes serão os alvos desta vinheta. A partir dela, o aluno terá indicações de leituras complementares, sites de referência e boas fontes de pesquisa. O objetivo desta vinheta é estimular a pesquisa e reflexão, ampliando o repertório do aluno.
- **Você conhece?** Um personagem importante, um exemplo de sucesso, um autor respeitado. Aqui, um breve perfil que dê conta de apresentar o personagem e instigar a pesquisa. Esta vinheta tem por objetivo apresentar ao aluno personagens significativos na área de estudo.
- **Você já viu?** Indicações de filmes que ilustrem os assuntos tratados no curso. O objetivo desta vinheta é estabelecer associações entre a abordagem teórica e a prática, e o cinema pode ser capaz de ilustrar uma experiência discutida ao longo do curso. É importante que as dicas desta vinheta sejam de filmes comerciais, disponíveis virtualmente.
- **Quer praticar?** Esta vinheta indica as atividades que podem ser desenvolvidas pelo Acadêmico para melhor compreender e praticar o conhecimento em elaboração.

5.4.1.3 Síntese (EAD)

Ao final de cada unidade de aprendizagem, o Professor apresenta tópicos que sintetizam os conceitos construídos no decorrer do processo. Além disso, o Professor pode optar em solicitar ao estudante que registre seu entendimento sobre os tópicos estruturais de cada unidade.

5.4.1.4 Problematização Final (EAD)

Convencionalmente é comum que ao concluir um texto ou disciplina se faça um questionário de fixação. A ideia aqui é promover uma ampliação da visão que se construiu sobre os conceitos tratados. A Problematização Final tem por propósito estabelecer um novo momento de reflexão remetendo o Acadêmico a um novo patamar de entendimento e percepção da realidade. Desta forma, compreende-se que a curiosidade é emancipada como principal forma de avanço do conhecimento em contraposição aos modelos convencionais que limitam o estudante a um processo de assimilação e simples acomodação dos conteúdos tratados.

5.4.1.5 Referências Bibliográficas para o ensino a distância

Ao final de cada unidade de aprendizagem são apresentadas as referências bibliográficas que foram utilizadas. As referências devem ser disponibilizadas ao aluno seguindo as normas da ABNT.

5.4.1.6 Materiais Suplementares para o ensino a distância

São compostos por multimeios criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na melhor compreensão do Material Programático. Trata-se de material de apoio contendo multimeios compilados tais como: textos complementares, *podcasts*, vídeos, *softwares*, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, indicações de filmes e *softwares*, objetivando contribuir para o aprofundamento do conteúdo da disciplina. São publicados diretamente no ambiente virtual de aprendizagem ou encaminhados no formato de *hiperlink* para consulta e *download*.



5.5 Metodologia de Avaliação para o ensino a distância

5.5.1. Na Metodologia de Avaliação, destacamos, a Avaliação processual, formativa e a auto avaliação

Avaliação Processual para o ensino a distância

A metodologia de avaliação por estar em convergência com a metodologia de ensino é aqui fundamentada na concepção de avaliação processual.

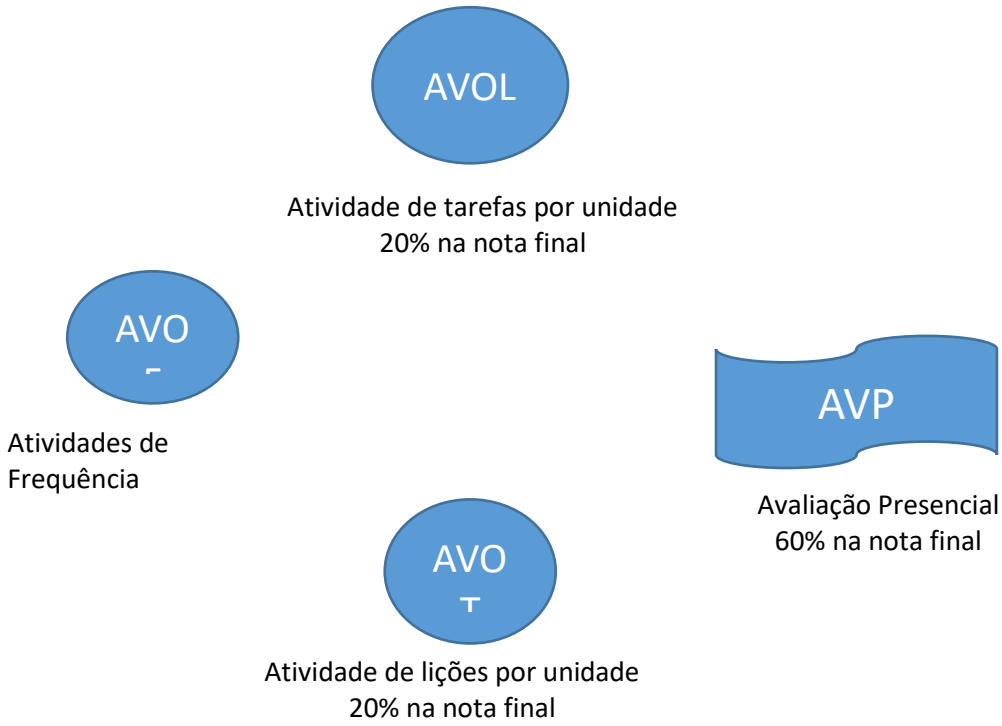
A avaliação processual valoriza o movimento educativo que o Acadêmico realiza durante o percurso de aprendizagem e a partir do *feedback* faz os ajustes de seu percurso de aprendizado. Portanto, a avaliação aqui proposta não está restrita a um modelo de valoração máxima dos eventos de avaliação final. Assim compreendido, a avaliação é um momento de aprendizagem e não precisa ser apenas um momento de comprovação da capacidade de memorizar. Uma característica de referência da avaliação processual está no papel do corpo docente e tutorial que orientam os Acadêmicos para que consigam construir o conhecimento e superar os desafios de aprender.

No decorrer das disciplinas é dada ao professor a oportunidade de prever criativamente desafios que se convertam em aprendizado.

Para fins de atendimento do disposto em legislação vigente as avaliações dos cursos na modalidade a distância estarão assim estruturadas:

- **Avaliações *on-line* (AVO):** são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina (semestre), AVOF – para acompanhar a frequência, AVOL atividades por unidades para a construção processual do conhecimento e AVOT – atividades discursivas com interação com o tutor a distância na interpretação e síntese do conhecimento. As notas obtidas corresponderão a 40% da composição da média final.

- **Avaliações presenciais (AVP):** são atividades avaliativas presenciais a serem realizadas nos respectivos polos de apoio presenciais em que o Acadêmico estiver matriculado. AVP – final onde o discente terá questões objetivas e discursivas a serem respondidas.



5.5.2 AVO (Avaliação *On-line*)

O conjunto de avaliações *on-line* (AVO) será estruturado em atividades objetivas e discursivas que farão parte de cada disciplina e parte de um processo de aprendizagem fortemente

sustentado pela Metodologia de Aprendizagem Colaborativa, Assim, ficam estruturadas as seguintes referências:

- Cada disciplina está estruturada em 3(três) unidades e para cada unidade estarão disponíveis no AVA desafios a serem vencidos pelo discente, cada desafio está em formato de questão objetiva com peso 0,1, totalizando até 2,0, ou seja 20% da nota final da disciplina.

- Cada unidade de aprendizagem apresentará dois desafios a serem interpretados e sintetizados em uma analise critica, escrita, a ser postada no AVA, para que o professor conteudista avalie. Esse desafio AVOT corresponde a 0,5 por unidade e 0,5 pela analise final do conteúdo da disciplina, totalizando até 2,0, ou seja 20% da nota final da disciplina.

- A soma dos pontos possíveis de cada desafio avaliativo correspondem a 40% da média final.

5.5.3 AVP (Avaliação Presencial)

Para cada disciplina cursada haverá uma avaliação presencial com peso predominante sobre as atividades online e será mandatória ao Acadêmico. A AVP estará estruturada:

- **Avaliação Final**: presencial, individual e sem consulta - formada por questões objetivas (10 questões) e discursivas (2 questões) que corresponderão a 6 pontos (0,4 para cada questão objetiva e 1,0 para cada questão discursiva respondida corretamente).

A soma dos pontos obtidos na Avaliação Presencial - AVP corresponderão a 60% da média final.

Cálculo da Média Final

A média final em cada disciplina será resultado da somatória dos pontos obtidos nas atividades avaliativas conforme representação abaixo:

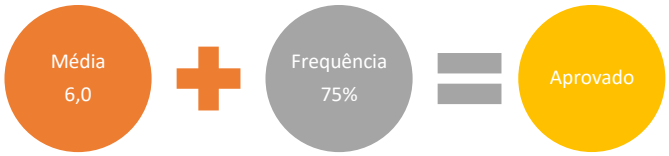
AVALIAÇÕES	DESAFIOS	PESO
AVO 40%	AVOL – unidades I, II e III 20 desafios	2,0
	AVOT Unidades I, II e III , e analise final de cada disciplina	2,0
AVP 60%	Avaliação Final (Cada Disciplina)	6,0
TOTAL		**10,0**

Cálculo da frequência

Os critérios de frequência nas disciplinas da modalidade a distância diferem dos critérios de presencialidade dos cursos convencionais. Nos cursos EAD da IES serão consideradas como frequência a resolução de 4(quatro) desafios por unidade da disciplina, totalizando 12(doze) desafios por disciplina, a serem respondidos no AVA.

Critérios de Promoção

Será considerado aprovado em cada disciplina o Acadêmico que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis) com frequência mínima de 75% nas atividades avaliativas.



5.6 Estrutura Didática das Disciplinas (EAD)

A práxis pedagógica (relação teoria-prática e de prática pedagógica) é o diálogo constante entre a base epistemológica instituída e os conhecimentos diferenciados. Coautores (Docentes, Tutores e Acadêmicos), nesta práxis, através das disciplinas e das suas relações, compreendem e inovam que a construção do conhecimento deve estar mediada pelo pensamento, pela experiência e pelo transbordo do conhecimento (interação – ação – interação). O transbordo, por sua vez, deve permitir *construções de saberes* que são solidárias à concepção de interdisciplinaridade e permitem que o Acadêmico possa fazer interconexões entre conhecimentos oriundos de diversas áreas de saber e a sua comunidade.

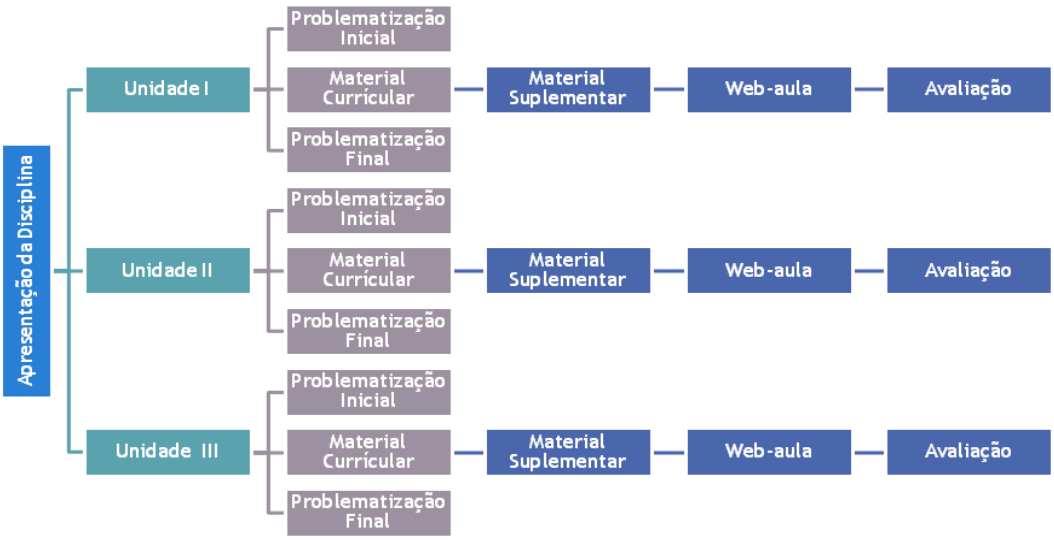
Neste contexto, as disciplinas estarão estruturadas em três unidades de aprendizagem, sendo antecedidas por uma apresentação.

As disciplinas serão disponibilizadas aos Acadêmicos em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) devidamente preparado para acomodar a dinâmica pedagógica prevista pela IES para a modalidade. O LMS (Learning Management System) utilizado é o *Moodle* que estará customizado conforme a identidade visual e pedagógica da IES. Na estruturação das disciplinas no AVA considerou-se os Referenciais de Qualidade para a EaD, que define como importante que se procure articular diferentes mídias (por exemplo, textos e áudio-aulas), podendo-se ofertá-

los tanto em momentos presenciais quanto em momentos a distância. Tudo isso buscando assegurar a flexibilidade e favorecer a construção do conhecimento, pois com isso, passa-se a atender à maior diversidade de estilos de aprendizagens dos alunos.

5.6.1 Matriz Didática para o ensino a distância

A partir das concepções norteadoras do trabalho pedagógico em EAD, cada Curso é organizado a partir de uma ***matriz didática***.



Esta matriz é disponibilizada no ***AVA MOODLE,*** que se insere, nesta perspectiva, a partir dos seguintes referenciais de planejamento:

Área da Disciplina: ambiente estruturado para cada disciplina do curso.
Apresentação: os objetivos, apresenta a disciplina e disponibiliza o Plano de Ensino. **Trilhas de Aprendizagem**: para cada disciplina estarão estruturadas 3(três) unidades de aprendizagem e cada uma delas apresentada em uma trilha de Aprendizagem que se desdobrará em: Problematização, Material Curricular, Material Suplementar, Contato com o Tutor, Atividades Avaliativas.

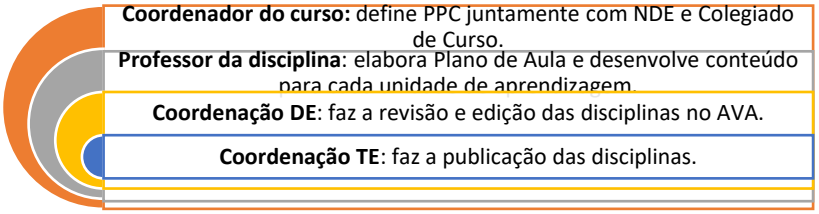
I. Problematização Inicial: texto com contextualização e questões problema.
II. Material Curricular: conteúdo da disciplina conforme plano de aula.
III. Material Suplementar: compilação de multimeios complementares.
IV. Contato com o Professor/Tutor: espaço para interagir com os docentes e tutores online.
V. Encontros Presenciais com professores encaminhados pelo ISE em seu Programa de Apoio ao Discente.
VI. Atividades Avaliativas: cada unidade de aprendizagem terá atividades avaliativas.

VII. Problematização Final: questão que remete o acadêmico a olhar mais amplo sobre o conhecimento que foi construído, e o resultado avaliativo agrega peso a média final .

5.6.2 Fluxograma de estruturação de uma disciplina (EAD)

Para estruturar cada disciplina são envolvidos vários atores pedagógicos e processos que garantam a qualidade no processo educativo. Para cada disciplina tem-se por previsão o seguinte fluxo:

- Coordenador do curso: define PPC juntamente com NDE e Colegiado de Curso.
- Professor conteudista da disciplina: elabora Plano de Aula e desenvolve conteúdo para cada unidade de aprendizagem.
- Coordenação DE(Desenvolvimento Estrutural): faz a revisão e edição das disciplinas no AVA.
- Coordenação TE(Tecnologia Educacional): faz a publicação das disciplinas.



5.7 Estrutura Didática e Funcional do Ambiente Virtual de Aprendizagem (EAD)

Na contemporaneidade a sociedade parece estar mobilizada para a prática da modelagem de sistemas. Na Educação essa mobilização é realidade e uma parte significativa dos profissionais da educação a distância e de uma parcela da sociedade informatizada de nossos dias está dedicada ao exercício da modelagem dos ambientes interativos e de convivência concretos do mundo dito real e físico, para que possam ser realizados no ambiente virtual o transbordo comunitário e a concretização da educabilidade em meio à rede. Parece ser consenso, pelo menos entre especialistas da educação a distância, que a sociedade contemporânea está mobilizada para a prática da modelagem de sistemas que transbordem ações comunitárias e interdisciplinares. Diante disso, verificamos que a interdisciplinaridade, como proposta da interação entre disciplinas aparentemente distintas proporciona posturas epistemológicas e pessoais que possibilitam a cognoscibilidade dos nossos Acadêmicos. Sem dúvida, a interação / integração das disciplinas na formulação de um saber crítico-reflexivo, deve ser valorizada cada vez mais no processo de ensino-aprendizado na EAD.

Para atender as demandas dos PPCs a IES define como LMS o *MOODLE* que é software livre. A sigla do inglês significa: Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos). Trata-se de um LMS desenvolvido por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que continuamente colaboram desenvolvendo e compartilhando acréscimo de novas funcionalidades.

Sendo um sistema robusto e consagrado em todo o mundo suportando milhares de Acadêmicos no processo de aprendizagem.

Em termos técnicos o *Moodle* é uma aplicação baseada na Web desenvolvido na linguagem PHP e suporta vários tipos de bases de dados. Ponto relevante é que o *Moodle* tem seu código fonte disponibilizado gratuitamente, e pode ser adaptado, estendido, personalizado pela IES que o adota.

Outro ponto relevante é que o *Moodle* tem por base a metodologia construcionista e desta forma favorece a Pedagogia Interativa, a Metodologia de Aprendizagem Colaborativa e Avaliações Processuais.



Fonte: http://educlass.com.br/funcionalidades/

5.7.1 Implementação para o ensino a distância

A implementação da plataforma de apoio ao ensino a distância no ambiente Moodle na IES foi realizada de acordo com algumas características:

- Identificação visual da IES.
- Integração do LMS no Portal da IES.
- Área do Acadêmico.
- Recurso de Mensagens.
- Boletim de últimas notícias e informações sobre a IES.
- Calendário de eventos.
- Últimas modificações realizadas no site

5.7.2 Usuários (EAD)

Dentre os principais usuários podem ser identificados:

- **Administrador**
  - Gerir utilizadores
  - Definir modelos de autenticação
  - Programar cópias de segurança automáticas
  - Gerir disciplinas e as suas categorias
  - Gerir idiomas
  - Gerir módulos (atividades e blocos)
  - Gerir página inicial
  - Gerir aparência do site
  - Aceder a relatórios
  - Instalar novos blocos de atividades
  - Editar aparência dos temas
  - Atualizar a versão do Moodle

- **Docente/tutor**
  - Gestão de alunos
  - Gestão de grupos
  - Gestão de cópias de segurança
  - Análise de relatórios
  - Gestão de escala de notas

- Análise de notas dos alunos
- Gestão de sistema de arquivos/ficheiros
- Acesso ao fórum das disciplinas
- Acesso a tarefas efetuadas pelos alunos

➢ **Acadêmico**

- Recursos
- Atividades
- Bloco administração

5.7.3 Funcionalidades (EAD)

➢ Materiais estáticos

- Páginas simples de texto
- Páginas em HTML
- Acesso a arquivos em qualquer formato (PDF, DOC, PPT, Flash, áudio, vídeo, etc.) ou a links externos (URLs).
- Acesso a diretórios (pastas de arquivos no servidor)
- Rótulos
- Lições interativas
- *Wikis* (textos colaborativos)
- Glossários
- Perguntas frequentes

➢ Materiais dinâmicos (interação):

- Aulas online
- Avaliação do Curso
- Chat
- Diário
- Fórum
- Glossário
- Lição
- Pesquisa de Opinião (referendo)
- Questionário
- Tarefa - atividade proposta aos alunos

- Trabalho com Revisão - o professor tem acesso a trabalhos enviados pelos alunos, pode avaliá-los e comentá-los.
- Wiki

5.7.4 Funcionamento do ensino a distância

As vídeo aulas estão disponíveis no ambiente AVA para que o discente a acesse conforme sua disponibilidade de tempo, tendo acesso a todas as ferramentas do AVA.
A interação ocorre com o tutor a distância através do fórum e ainda com a elaboração das questões que conferem a frequência na disciplina.

Nos desafios reflexivos ao serem conferidos o percurso do desenvolvimento do discente, tanto o tutor como professor estarão acompanhando as interações teoria-prática. As demais deficiências apresentadas pelos alunos serão encaminhadas ao Instituto Superior de Educação (ISE) que por meio de seu Programa de Apoio ao Discente (PAD) irá analisar a situação e se necessário encaminhar professores para o trabalho de nivelamento em cada Polo de Apoio Presencial, no caso de ingressantes ou no caso dos demais alunos trabalhar o Apoio Psicopedagógico que os orientam em suas dificuldades, tanto acadêmicas, quanto as de relacionamento interpessoal que dificultem o processo ensino-aprendizagem, seu desenvolvimento pessoal ou profissional.

5.7.5 Práticas Curriculares, Estágios e Atividades Complementares para o ensino a distância

A formação do acadêmico será concebida na perspectiva de aluno-pesquisador e aluno-extensionista, desenvolvendo competências para empregar seu conhecimento no contexto social e buscar atualização contínua.

Para isso, as matrizes curriculares dos Cursos de graduação são permeadas por práticas que se dividem pela carga horária total dos seus componentes curriculares, ao longo do processo de formação do discente, como forma de articulação entre a teoria e a prática pedagógicas. Laboratórios específicos equipados e montados, também, para tal exercício articulador, fundamentam e concretizam competências e habilidades requeridas ao exercício profissional.

Os estágios obrigatórios e não obrigatórios, devem ser desenvolvidos como uma prática articulada à extensão e à pesquisa (iniciação), a fim de que o acadêmico vivencie as diversidades locais sociais do contexto em que está inserido, preparando-o para o enfrentamento profissional.

A política do ensino de graduação da IES contempla também atividades complementares, como forma de promover a flexibilidade curricular, representadas por seminários de atualização,

colóquios de discussões, projetos de extensão, programas de iniciação científica, monitoria de ensino, participação em diversas atividades, além de congressos e outros eventos que assegurem a interdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

Com o objetivo de concretizar as políticas de estágio e o desenvolvimento de atividades complementares, serão fomentadas as seguintes políticas:

- aperfeiçoamento de programas de iniciação científica na Instituição, de modo a absorver um maior número de acadêmicos e aumentar o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados;
- instituição do estágio não obrigatório como proposta de investigação científica, que poderá ser atribuída carga horária para cumprimento de atividades complementares no item de iniciação à pesquisa;
- aproximação dos acadêmicos da graduação junto aos alunos de pós-graduação mediante a criação de grupos de iniciação a pesquisa e de atividades compartilhadas;
- incentivo de projetos de aperfeiçoamento de propostas inovadoras de ensino através de parcerias entre a graduação e a pós-graduação, criando e implementando experiências metodológicas renovadas (estágio docência);
- incentivo nas diferentes áreas de atividades sistemáticas de iniciação a pesquisa e extensão atentas às demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes;
- adoção, na política institucional de ensino e em suas articulações com a extensão e a iniciação à pesquisa, de eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais, destacando a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, a Educação Ambiental e os Direitos Humanos.

Considera-se, portanto, que é necessária a organização interna da Instituição, em coerência com suas políticas e seus objetivos e em favor de sua interação com o contexto global da sociedade, a fim de criar condições para a implementação de práticas acadêmicas decorrentes de estágios e atividades complementares que revertam em benefício social.

5.8 Políticas Institucionais (modalidade de ensino presencial e a distância)

Conjunto de políticas institucionais que orienta a implementação das ações acadêmico-

administrativas, bem como a definição dos objetivos e das metas. Estas políticas estão também contempladas no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação, e estarão nos projetos

de extensão e de pesquisa. A saber:

5.8.1 Políticas de Ensino

A questão da oferta dos cursos superiores de graduação coloca-se em duas dimensões indissociáveis: na qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país. É imprescindível situar a Educação Superior como modalidade de formação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma postura dialógica com a realidade.

Traduzidas no seu Projeto Pedagógico, as políticas de ensino da IES se constituem em um desafio, tanto teórico-conceitual, quanto metodológico. As políticas e diretrizes do ensino de graduação, amparadas na Legislação Nacional, fundamentam-se, principalmente, na interdisciplinaridade e formação da cidadania, tendo como principais indicadores a articulação entre as áreas do conhecimento e a qualidade das relações interpessoais, resultando na socialização do conhecimento.

Com ênfase em tais pressupostos, essas políticas baseiam-se em princípios de cientificidade, criatividade, criticidade, iniciativa, dinamicidade, inspirando e agilizando ações que possibilitem a oferta de uma educação a distância que proporcione ao homem melhores condições de agir diante dos desafios que se lhe apresentam a cada circunstância de vida.

A IES, atenta ao paradigma emergente e, em consequência, às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, o processo de formação integral e profissional, articulado com a iniciação a pesquisa, com estímulo ao estudo e intervenção nas questões regional, busca orientar suas ações por critérios de qualificação do trinômio ensino, iniciação a pesquisa e extensão, interdisciplinar, observando a flexibilidade orgânico-operativa, tomando como referência essencial a avaliação permanente.

Neste sentido, para que se cumpra efetivamente o papel do Centro Universitário almejado, é preciso adotar uma metodologia que possibilite uma redefinição constante de conceitos e linhas de ação e criação de novas práticas pedagógicas.

O fazer pedagógico da IES revela sua decisão de romper com a abordagem fragmentada do conhecimento, ao trabalhar na superação das dicotomias entre ciência-tecnologia e teoria-prática, na pesquisa como princípio educativo e científico, nas ações de extensão como forma de diálogo permanente com a sociedade.

O compromisso com o ensino de qualidade se traduz, prioritariamente, na consolidação dos cursos de graduação já existentes podendo ampliá-los para novas modalidades de ensino, para que possam atingir a qualidade e excelência na formação dos acadêmicos.

Busca-se uma atualização contínua das matrizes curriculares em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem parâmetros para o Ensino Superior, e que possibilitaram a flexibilização dos currículos para atender às necessidades contextuais dos locais onde se inserem, sem, no entanto, perder de vista a sua articulação com a realidade global.

O uso das tecnologias de informação e de comunicações favorece a geração e socialização de novos conhecimentos.

Novos modelos educacionais devem ser criados ou incorporados, visando não apenas realizar pesquisas na aplicação de novas tecnologias no ensino a distância, mas também desenvolver novos programas interativos na graduação, pós-graduação e extensão, bem como projetos e programas que envolvam a utilização de ambientes virtuais que facilitem o processo de ensino-aprendizagem, fortalecendo as ações educativas da IES.

Para atingir seus objetivos, a proposta pedagógica da IES está embasada na visão de uma instituição comprometida com a educação integral do acadêmico, adotando como referencial pedagógico a prática da “educação ao longo de toda a vida”, conforme apresentado pela UNESCO/1999, no Relatório da Comissão Internacional sobre a educação para o Século XXI, no qual, a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser”, indicando que a função de uma instituição de ensino, deve estar voltada para a realização plena do ser humano, de modo a contribuir para o exercício de uma cidadania mais consciente e para a prática de valores éticos, pessoais e profissionais na sociedade.

Sob esta perspectiva, a educação proporciona ao indivíduo um conhecimento dinâmico do mundo, dos outros e de si mesmo, capacitando-o para o exercício profissional em tempos de mudanças (civilização cognitiva).

Como políticas de ensino de graduação da IES, destacam-se:

- ✓ ampliação do universo de atividades da IES nas suas várias frentes de atuação, mediante métodos inovadores de participação no processo de ensino- aprendizagem;
- ✓ desenvolvimento do ensino de graduação de qualidade na modalidade a distância nos vinte porcento permitidos;
- ✓ busca da excelência acadêmica e expansão da oferta de cursos superiores de graduação, ao maior número de cidadãos, tendo por base a análise de demandas e de tendências da sociedade;
- ✓ capacitação inicial e continuada do corpo técnico-administrativo em educação e docente da IES, com o intuito de propiciar as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- ✓ modernização da oferta dos cursos de graduação;
- ✓ universalização do ensino, com inclusão social, assegurando a permanência com oportunidades educacionais, aliadas à diversidade e heterogeneidade de sua clientela;
- ✓ a consolidação do processo de gestão democrática na Instituição e dos Direitos Humanos;
- ✓ a implantação de programas de avaliação institucional em todas as instâncias, com vistas a possibilitar a viabilização de correções, mudanças, de forma sistemática e sistêmica;
- ✓ a autoconstrução de sujeitos éticos e autônomos;
- ✓ fortalecimento do intercâmbio sócio-cultural-educativo com organizações locais e regionais; e,
- ✓ atendimento às demandas locais e regionais em cada localidade de atuação da IES.

Neste sentido, as políticas de ensino, em sintonia com as políticas de iniciação a pesquisa e extensão institucionais, atuam permanentemente em prol da expansão de vagas, da oferta de novos cursos (licenciaturas, bacharelados e tecnológicos) e da proficiente utilização da infraestrutura (aprimoramento do sistema de ingresso e controle acadêmico).

5.8.2 Política de Pós-Graduação

Os Programas de Pós-graduação *Lato Sensu* do UNISL são orientados pelas seguintes políticas:

- Articular ensino e investigação científica com o comprometimento dos atores, democratizando o conhecimento acadêmico e associando a teoria à prática nos cursos *Lato Sensu*;
- Fazer da Pós-graduação *Lato Sensu* um eixo dinâmico e revitalizador da graduação;
- Formar profissionais especializados nas áreas de concentração oferecidas, em conformidade com a demanda do mercado de trabalho;

- Identificar áreas preferenciais para implantação de novos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* que representem alternativas inovadoras, aproveitamento das potencialidades e afirmação da identidade da IES;
- Oferecer e expandir cursos de pós-graduação *lato sensu* através da articulação e da parceria com outras instituições ou cursos próprios, promovendo a vinda de professores visitantes, dentro de programas institucionais e do desenvolvimento de intercâmbio com outras instituições;
- Oportunizar o aperfeiçoamento técnico-científico de docentes;
- Integração com a área de cursos corporativos com a intenção de atender rapidamente demandas emergentes.

5.8.3 Política de Desenvolvimento Econômico e Social

Cientes de sua responsabilidade social, o UNISL possui preocupação em melhoria da sociedade brasileira e da comunidade em que está inserida. Assim, possui como Política de Desenvolvimento Econômico e Social:

- Criar condições para a participação do Centro Universitário na elaboração das políticas públicas voltadas para a população mais necessitada;
- Identificar demandas e problemas da comunidade, em especial aqueles relacionados aos aspectos socioeconômicos regionais e implantar e fortalecer programas sociais permanentes que estimulem a qualidade de vida da comunidade;
- Buscar parcerias com órgãos públicos, organizações não governamentais e iniciativa privada, objetivando o desenvolvimento de projetos de alcance educacional, social e cultural;
- Estimular ações de inclusão social voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos e políticas de ação afirmativa;
- Ser uma plataforma de acesso à extensão para estudantes de graduação, contribuindo para formar uma cultura de serviços à comunidade.

5.8.4 Política de Pesquisa

De acordo com a legislação vigente, a exigência de pesquisa acadêmica e de produção científica, restringe-se aos centros e às universidades, para as quais a indissociabilidade entre ensino e

pesquisa é determinada constitucionalmente e regulada pela LDB. Portanto analisado sob o aspecto legal uma instituição de ensino superior isolada, como é o caso do Centro Universitário de São Lourenço, não teria que preocupar-se com a pesquisa e a produção de conhecimento.

O próprio Conselho Nacional de Educação expõe seu posicionamento no Parecer 1070/99 quando diz que “a pesquisa pode, quando muito, ser estabelecida como condição para o reconhecimento do curso e, assim mesmo não pode esperar mais do que uma atividade incipiente. O que se pode e se deve colocar como condição para o reconhecimento do curso é o desenvolvimento de práticas investigativas, associadas ou não à extensão universitária, que façam parte integrante da formação dos alunos de graduação.

Práticas investigativas como pesquisa bibliográfica, estudos de caso, pequenos trabalhos de campo sob a orientação dos docentes, o trabalho em escritórios de advocacia associados aos cursos de Direito, trabalhos individuais ou coletivos de experiências nos laboratórios constituem procedimentos pedagógicos essenciais para ensino de qualidade para a formação adequada de futuros profissionais e devem ser estimulados, tanto nas universidades quanto em outras instituições de ensino. ”

Entretanto, é importante se definir de que pesquisa se fala. O conceito de pesquisa é muito amplo e complexo. Para simplificar pode-se escolher dois caminhos. Em primeiro lugar pode-se considerar a definição de pesquisa proposta no II Plano Nacional de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES. A CAPES entende apenas a pesquisa original, aquela que cria conhecimento novo, que faz progredir o conhecimento. A pesquisa que é conduzida na fronteira de uma ciência ou disciplina. A Pós-Graduação “Stricto Sensu” seria o espaço próprio para a formação de docentes-pesquisadores nesse sentido.

Por outro lado, pode-se considerar a pesquisa como um princípio educativo, que deve estar presente em todo projeto educativo. Enquanto princípio educativo, a pesquisa pode ser vista como um processo inteligente de interação com a realidade. Interação como diálogo, troca, permuta, entidades que não permanecem estáveis através do tempo. Em sendo assim, deve haver uma preocupação de que o aluno desenvolva uma postura investigativa sobre sua área de atuação e que aprenda a usar procedimentos de pesquisa como instrumentos de trabalho.

A pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho pedagógico não pode ser confundida com a pesquisa acadêmica ou pesquisa científica. Refere-se, antes de mais nada, a uma atitude cotidiana de busca de compreensão dos processos de aprendizagem e

desenvolvimento dos alunos e à autonomia na interpretação da realidade e dos conhecimentos que constituem os objetos de ensino.

O acesso aos conhecimentos produzidos pela investigação acadêmica nas diferentes áreas que compõem seu conhecimento profissional alimenta o seu desenvolvimento profissional e possibilita ao professor manter-se atualizado e fazer opções em relação aos conteúdos, à metodologia e à organização didática dos conteúdos que ensina.

Assim, para que a atitude de investigação e a relação de autonomia se concretizem, o docente necessita conhecer e saber usar determinados procedimentos comuns aos usados na investigação científica: registro, sistematização de informações, análise e comparação de dados, levantamento de hipóteses, verificação, etc.

Com esses instrumentos, poderá, também, ele próprio, produzir e socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

Assim, a pesquisa constitui um instrumento de ensino e um conteúdo de aprendizagem na formação, especialmente importante para a análise dos contextos em que se inserem as situações cotidianas da escola, para construção de saberes que ela demanda e para a compreensão da própria implicação na tarefa de educar. Ela possibilita que o profissional em formação aprenda a conhecer a realidade para além das aparências, de modo que possa intervir considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que pode se deparar na vida.

A pesquisa no Centro Universitário de São Lourenço irá, portanto, contemplar num primeiro momento:

- o conhecimento que favoreça a construção e reconstrução dos procedimentos necessários para promover e acompanhar o processo de ensino/ desenvolvimento e aprendizagem dos alunos;
- a compreensão dos processos de produção do conhecimento nas ciências. Isto será atingido através de disciplinas como Metodologia Científica.
- o conhecimento atualizado dos resultados desses processos, isto é, as teorias e informações que as pesquisas nas diferentes ciências produzem.

Em conclusão, poder-se-ia dizer que a pesquisa se daria no âmbito de cada disciplina. Cada professor se empenharia não apenas em repetir o saber adquirido, mas procuraria buscar estimular seus alunos na busca de novos caminhos para a aprendizagem, assegurando assim atualização e renovação, além de enriquecer a interdisciplinaridade.

Num segundo momento, de forma não prioritária, pretende-se que a pesquisa esteja articulada com as novas necessidades e demandas da sociedade, considerados os avanços da ciência e da técnica e seus desafios lançados ao todo social, e a cada indivíduo em particular. Isto se daria numa primeira fase através da Iniciação Científica.

Dessa forma a pesquisa estaria contribuindo tanto para a melhoria qualitativa do ensino, quanto para a geração de novos conhecimentos que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

5.8.5 Política de Extensão

Com uma filosofia de ensino que valoriza a formação de profissionais críticos, participantes ativos em suas comunidades e com competência para atuar no desenvolvimento da sociedade, o Centro Universitário de São Lourenço deve oferecer diversas opções de atividades de extensão voltadas à comunidade, como o estímulo aos conhecimentos dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, com serviços à comunidade, e o estabelecimento com esta de uma relação de reciprocidade.

Um projeto de extensão é caracterizado como “um instrumento acadêmico que indica um conjunto de atividades de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que envolve professores e estudantes, desenvolvido com a comunidade, através de ações sistematizadas, voltadas às questões básicas da sociedade brasileira”, como, por exemplo, o meio ambiente, o empreendedorismo, educação, transferência de tecnologias, promoção à saúde e qualidade de vida, dentre outros.

Os cursos de extensão, com carga horária inferior a 360 horas, “são propostas de atividades esporádicas, que visam a produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos e técnicas, destinadas aos membros da comunidade interna e externa da instituição, numa determinada área de estudos, visando à reciclagem, à atualização ou à produção de novos conhecimentos.

Os eventos de extensão são “as atividades que dinamizam a relação da instituição com a sociedade, desenvolvidas sob a forma de seminários, conferências, debates, jornadas, exposições, espetáculos e similares, que traduzem a intensidade da vida acadêmica na instituição”.

A linha básica da política de extensão é a da inserção da Instituição no contexto regional, como instrumento ativo no processo de construção e desenvolvimento socioeconômico, político e cultural; a integração com empresas e instituições comunitárias de produção de conhecimento e tecnologia da região; o estímulo à criatividade e à originalidade e a consciência da mudança e da necessidade de uma educação permanente.

Isso significa, então, voltar-se aos compromissos assumidos com a região, destacando aqueles que mais se afinam com a ação extensionista: o de contribuir para o desenvolvimento da educação formal regional; o de estimular o desenvolvimento cultural da região e de promover a difusão cultural, e o de contribuir para a melhoria da educação como um todo. Estes compromissos traduzem-se em duas políticas institucionais: a Política de Apoio às Ações do Desenvolvimento Comunitário e Política de Desenvolvimento Cultural.

São áreas temáticas de Extensão, de acordo com o ensino e a iniciação científica desenvolvida pela Unidade de Ensino:

- ✓ Saúde
- ✓ Educação
- ✓ Desenvolvimento Sustentável
- ✓ Cultura
- ✓ Comunicação
- ✓ Educação Ambiental
- ✓ Cidadania e Direitos Humanos
- ✓ Responsabilidade Social
- ✓ Relações étnico-raciais
- ✓ História e cultura afro-indígena e brasileira

5.8.6 Parceria com a Comunidade

Os programas de parcerias de intercâmbio com instituições congêneres têm como objetivo estabelecer contatos e colaborações em projetos comuns para a transferência de conhecimento.

O Centro Universitário São Lourenço deve buscar programas de cooperação técnica, científica e cultural com os setores empresarial, educacional e governamental, visando a troca de experiências entre estas instituições.

Seu foco é o desenvolvimento de ações de ensino, extensão e secundariamente, pesquisa.

Os programas têm como objetivos:

- Estabelecer contatos com instituições congêneres, com o governo e com o setor produtivo;
- Participar de reuniões de associações, fundações, instituições de ensino, agências de cooperação, consulados, comissões e fóruns governamentais e empresas em geral;
- Identificar oportunidades de desenvolvimento de projetos de interesse comum envolvendo os diversos setores (governamental, empresarial, educacional), nas diversas áreas do conhecimento;
- Incentivar junto à comunidade acadêmica o desenvolvimento de atividades de extensão (projetos, cursos e eventos) de interesse dos diversos setores, nas diversas áreas do conhecimento.
- Realizar contatos com o setor empresarial, para o desenvolvimento de projetos em conjunto e estabelecimento de convênios;
- Analisar e avaliar projetos a serem desenvolvidos com as empresas conveniadas;
- Planejar, coordenar, acompanhar e registrar todas as atividades (visitas, cursos, palestras, projetos, etc.) a serem desenvolvidas com as empresas conveniadas;
- Coordenar a integração das empresas conveniadas nas atividades artísticas e culturais promovidas pelo Centro Universitário de São Lourenço; e,
- Identificar, divulgar e negociar potenciais fontes de recursos e agências de fomento (CAPES, FINEP, CNPq, FAPESP, etc.) para o desenvolvimento de atividades com as empresas conveniadas.

5.8.7 Políticas de Gestão

A Instituição de Ensino Superior é uma das organizações mais complexas da sociedade, e como tal, se defronta com a necessidade de um efetivo e eficiente sistema de gestão, capaz de contribuir para o atendimento das necessidades e demandas internas e externas.

A gestão é um dos núcleos vitais da instituição. É ela que busca captar e empregar recursos financeiros, disponibilizar infraestrutura física e de materiais e viabilizar recursos humanos que

propiciem os meios e os estímulos necessários ao desenvolvimento e ampliação das oportunidades educacionais, fomentando e fortalecendo o ensino, a iniciação a pesquisa, a extensão e a prestação de serviços.

Diante de demandas crescentes da sociedade, a IES realiza investimentos em projetos para a expansão qualitativa e quantitativa da Instituição, com vistas a manter e a aperfeiçoar seu perfil de desempenho.

Para conseguir um bom patamar de qualidade acadêmica e administrativa, bem como o constante investimento nas condições das estruturas físicas e instalações, faz-se necessário manter ampla estrutura de serviços de apoio e logística o que, por sua vez, demanda constantes atualizações, normatizações e investimentos.

O modelo de excelência preconizado pela IES tem como pilares de sustentação os seguintes fundamentos gerenciais:

a) pensamento sistêmico;
b) liderança e constância de propósitos;
c) visão de futuro;
d) comprometimento e capacitação de recursos humanos;
e) responsabilidade social;
f) orientação por processos e informações;
g) gestão participativa;
h) controle social;
i) desenvolvimento de parcerias;
j) viabilização de recursos;
k) cultura organizacional;
l) aprendizagem organizacional, e,
m) educação ambiental;
n) educação em Direitos Humanos.
o) ética nas relações/interrelações profissionais

Para atingir em níveis satisfatórios os pilares de excelência em gestão, a IES procurará nortear seus programas, metas e ações no alcance das seguintes linhas:

- ✓ promover o avanço estratégico da Instituição, oferecendo condições crescentes de pessoal e de infraestrutura física, tecnológica e operacional, que gerem impactos positivos na qualidade dos programas acadêmicos oferecidos;
- ✓ desenvolver uma política de recursos humanos associada às metas institucionais, promovendo e apoiando programas de permanente valorização, qualificação e capacitação do seu quadro de servidores docentes e técnico- administrativos, focados na motivação, educação ambiental e nas boas condições de trabalho, de modo a oferecer às comunidades, tanto interna quanto externa, atendimento acadêmico, técnico e administrativo pautado por padrões de ética e qualidade, e de respeito guiando-se pelos princípios da Educação em Direitos Humanos, desenvolvidos por meio de processos democráticos, participativos e transparentes;
- ✓ consolidar as unidades de administração setorial dotando-as de uma infraestrutura moderna e adequada, incentivando a cultura de preservação e valorização ambiental, bem como a manutenção e expansão qualificada e permanente do seu acervo e do seu patrimônio imóvel;
- ✓ fomentar e aperfeiçoar permanentemente os processos e procedimentos de avaliação, tanto internos quanto externos, das atividades docentes, técnicas e administrativas, para assegurar o cumprimento satisfatório da missão acadêmica;
- ✓ assegurar meios e instrumentos que permitam desenvolver na Instituição uma gestão democrática nas áreas acadêmica e administrativa, no patrimônio, nos espaços físicos e no orçamento, na gestão de recursos humanos, bem como na política de assistência ao estudante;
- ✓ realizar reformas, construções e ampliações que possibilitarão a correta aplicação dos princípios de segurança, o atendimento às exigências sanitárias, às políticas de inclusão social e proteção à saúde e ao ambiente, eficiência energética, conforto térmico nos edifícios, bem como à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão oferecidos pela Instituição;
- ✓ reordenamento da estrutura organizacional e didático-pedagógica com a definição de competências e níveis de atuação de modo a atender às exigências do mundo atual;
- ✓ distribuição de recursos seguindo critérios e indicadores de desempenho;
- ✓ qualificação e capacitação dos recursos humanos;
- ✓ (re)conceber a estrutura física de modo a eliminar duplicações de equipamentos, que encarecem o custo do ensino e iniciação à pesquisa;
- ✓ promover a estreita relação da Administração Central com as estruturas didático-pedagógica e de gestão acadêmica;
- ✓ promover a integração do centro universitário e as demais instituições representantes da sociedade civil;

- ✓ ampliar a infraestrutura física de modo a responder adequadamente às prioridades definidas para os projetos acadêmicos existentes, bem como para novos;
- ✓ melhorar as condições de infraestrutura e apoio para o cumprimento das funções acadêmicas;
- ✓ garantir a evolução do acervo bibliográfico, de redes de computadores, da tecnologia da informação e de recursos tecnológicos em geral;
- ✓ desenvolver mecanismos de comunicação e de conexão interna e externa.

5.8.8 Política de Recursos Humanos

O modelo de Gestão por Competências tem direcionado as políticas e as práticas de Recursos Humanos em grande parte das organizações contemporâneas, além de outras normas e instrumentos que orientam a gestão de recursos humanos.

A política de recursos humanos é inovadora na medida em que pretende tornar todos aptos a formular, implementar e avaliar a tríade estratégica da moderna gestão de pessoas - gestão por competências, democratização das relações de trabalho e qualificação intensiva das equipes de trabalho, com vistas à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

O desenvolvimento permanente das pessoas, incluindo a aprendizagem por meio de novos métodos que levem a práticas inéditas na administração, é outro objetivo da IES, embasada nos conceitos de desenvolvimento, capacitação, educação formal, aperfeiçoamento, qualificação, desempenho, avaliação, dimensionamento da força de trabalho, alocação de cargos, força de trabalho e processo de trabalho entre outros.

No âmbito da IES, as políticas de recursos humanos estão focadas nos seguintes pontos:

a) capacitação e aperfeiçoamento;
b) avaliação de desempenho;
c) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal; e,
d) desenvolvimento de sistemas de gestão de recursos humanos e na assistência.

Em suma, a política de recursos humanos tem como objetivos modernizar e melhorar a base organizacional do sistema de recursos humanos; adotar os princípios da educação continuada em capacitação e qualificação; recompor e manter o quadro de pessoal docente e técnico-administrativo em adequadas condições de formação e atualização profissional, melhorar e

modernizar as condições de trabalho, visando garantir o desenvolvimento e a capacitação, o aprimoramento e inovação dos processos de trabalho e assimilação de novas linguagens e tecnologia e a melhoria dos serviços prestados.

5.8.9 Política de Qualificação, Educação Continuada e Plano de Carreira

A admissão do professor será feita mediante seleção para cada classe procedida pela Coordenadoria de Curso e homologada pelo Conselho Superior, observados os seguintes critérios:

I. Além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, didáticos e profissionais, relacionados com a disciplina a ser por ele lecionada;
II. Constitui requisito básico o diploma de graduação ou pós-graduação correspondente ao curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, disciplina idêntica ou afim àquela a ser lecionada.

Para a Política de Qualificação, Capacitação Docente e Formação Continuada, o Centro Universitário entende a importância da constante atualização de seus professores e possibilitará a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos e/ou culturais, para cursos de desenvolvimento pessoal. Também, possuirá prática regulamentada de incentivo à qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.

A Política de Formação e Capacitação Docente está prevista considerando o incentivo/auxílio à:

a) participação em eventos científicos/técnicos/culturais;
b) capacitação (formação continuada);
c) qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

As ações para a qualificação dos profissionais do ensino basear-se-ão em:

a) Incentivo à realização de cursos de pós-graduação;
b) Desenvolvimento de ações e eventos, com o objetivo de atualização dos professores;
c) Participação em eventos externos;
d) Incentivo à publicação de pesquisas, livros, revistas e artigos;
e) Políticas para a produção de pesquisa, atuando enquanto pesquisador e orientador de iniciação científica;
f) Desenvolvimento de competências sobre as acessibilidades pedagógica, atitudinal e nas comunicações, incluindo libras e digital.

EVENTOS:

A concessão de auxílio do UNISL depende de aprovação da participação do docente no evento, pelo Colegiado do Curso e com homologação da Direção.

Poderá pleitear auxílio para participação em Evento, o docente que preencher os seguintes requisitos:

I – ser docente do UNISL pelo menos há seis meses;

II – ter dedicação de trabalho semanal de no mínimo 10h/a;

III – justificar a relevância acadêmica do evento para a área que está vinculada, bem como para o Instituto;

IV – inscrever-se no evento como docente do UNISL.

Após o evento, o docente deverá, no prazo de 15 dias, apresentar:

I – relatório técnico sobre o evento e sua participação;

II – Release da participação à sua Coordenação de Curso para publicação interna;

III – relato aos demais professores de sua área, em reunião.

Fica a critério da Direção, ouvida a Mantenedora, fixar o valor da verba a ser concedido, respeitado o orçamento aprovado.

PRODUÇÃO CIENTÍFICA E DIDÁTICO-PEDAGÓGICA:

O incentivo à produção científica e didático-pedagógica está previsto por meio de Edital. Por essa prática que se regulamentará a seleção de propostas para a concessão de bolsas de apoio científico para realização de projetos científicos, tecnológicos ou didático pedagógicos e, consequentemente, publicações envolvendo os docentes e discentes responsáveis pelos projetos. Os objetivos deste são:

– Estimular e fortalecer a produção docente e discente, mediante o apoio financeiro ao idealizador e condutor do projeto científico;

– Incentivar a produção científica de docentes que sejam pesquisadores ativos (aqueles com nível de produção científica e tecnológica), não excluindo os que desejam ascender à carreira de pesquisador;

– Contribuir para o desenvolvimento da sociedade científica de um modo geral.

Os docentes pesquisadores podem se inscrever em duas categorias:

Pesquisador Doutor ou Pesquisador Mestre. Em ambos os casos se aplica aos docentes que veem desempenhando pesquisas dentro e fora da IES, com vínculo empregatício com a Instituição, atuante em pesquisa demonstrada por meio de publicações na área a que irá submeter proposta.

Exige-se do docente aprovado e beneficiado pelo programa de incentivo à pesquisa de publicações em periódicos científicos qualificados pela CAPES; engajamento ao trabalho em grupo, com a finalidade de formar e solidificar grupos de pesquisa dentro da Instituição e o melhor desempenho possível quanto ao desenvolvimento do seu projeto.

Publicações eletrônicas internas da Instituição para estimular a produção docente e discente, atendendo as necessidades de divulgar os resultados das pesquisas e os trabalhos de investigação científica e pesquisa docente, internos ou de outras IES parceiras.

Fica a critério da Direção, ouvida a Mantenedora, fixar o valor da verba a ser concedido, respeitado o orçamento aprovado, neste caso poderá ser um repasse eventual para ajuda de custo ou mensal para o desenvolvimento de um projeto por tempo específico.

Para a contratação do corpo docente um dos requisitos a ser considerado é a titulação, sendo a especialização a titulação mínima exigida para ingressar no corpo docente do Instituto. Além da titulação, na contratação dos docentes será considerada a experiência no magistério superior e a experiência profissional não acadêmica.

No que se refere à experiência profissional, a Instituição ao selecionar os professores assume como compromisso priorizar a contratação de profissionais com experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica de, no mínimo, 02 (dois) anos em ambos os casos.

A experiência no magistério superior possibilita ao professor uma atuação segura, focada na aprendizagem dos alunos e integrada a proposta pedagógica do Instituto. A experiência profissional não acadêmica possibilita ao professor uma abordagem mais prática dos conteúdos curriculares ministrados em sala de aula.

A contratação do professor será formalizada pela Mantenedora, segundo o regime jurídico das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento e do Plano de Carreira Docente.

5.8.10 Política de Capacitação, Formação e Qualificação Permanente do Corpo Técnico Administrativo

A qualificação do Corpo Técnico-administrativo será uma ação contínua do Centro Universitário. O Plano Institucional de Capacitação do Corpo Técnico-administrativo tem por objetivo o aprimoramento profissional dos funcionários não docentes de modo a promover a melhoria da qualidade das funções de apoio técnico, administrativo e operacional.

Entende-se por aprimoramento profissional a conclusão de cursos de atualização, treinamento, aperfeiçoamento, graduação e ou pós-graduação *lato sensu* na área de atuação do funcionário.

A Instituição disponibilizará aos seus funcionários os seguintes incentivos:

- Oferta de cursos de desenvolvimento pessoal e profissional, atualização e treinamento profissional;
- Participação em eventos científicos, artísticos ou culturais, desde que justificados para a Direção;
- Bolsas de estudo integrais ou parciais para participar de cursos de aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação desenvolvidos pela Instituição ou em outras instituições parceiras quando for necessário e de interesse da Instituição, com Edital regulamentado, para qualificação acadêmica na graduação e/ou em pós-graduação.

Os programas de qualificação serão previamente aprovados pela Direção, sendo observadas as demandas dos diferentes setores da Instituição e busca pela qualidade e eficiência no exercício de funções e atendimento aos seus clientes.

5.8.11 Políticas de Incentivo e Difusão à Produção Intelectual Docente e Discente

O estímulo à produção acadêmica está contemplado no Plano de Carreira Docente, condicionado à progressão horizontal por mérito. A avaliação para progressão horizontal por merecimento é realizada mediante requerimento do docente interessado, por meio da apresentação de currículo atualizado contendo cópia de todos os documentos que comprovem o seu conteúdo.

Além disso, a instituição possui ações de estímulo com:

- Sempre que solicitado pelo docente ou discente, análise e apoio financeiro com publicações internas ou externas;
-

- Apoio logístico para a participação em eventos na IES ou fora dela, em âmbito local, nacional ou internacional;
- Sempre que solicitado, análise para apoio à produção acadêmica e publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais;

A Instituição conta com outras formas de estímulo a produção discente e docente por meio da Semana Acadêmica, que é o evento que trabalha o âmbito profissional em função dos conceitos e das aprendizagens essenciais, conciliando a teoria e a prática por meio de apresentação de pesquisa por profissionais da área ou alunos orientados. Tal evento, que é institucional, tem como público alvo especial os acadêmicos do curso, futuros profissionais, compreendendo, entre outros:

- Palestras, workshops, cursos e minicursos;
- Feira de Ciências, produtos e serviços;
- Painéis e espaços culturais
- Apresentação de trabalhos acadêmicos;
- Mesas redondas
- Jornada de Iniciação Científica

Também são desenvolvidos seminários no seu sentido amplo por meio da proposta de encontros anuais exclusivos desta modalidade pedagógica. Em seu sentido estrito, os seminários do curso, vistos como possibilidades de ensino-aprendizagem, serão realizados em grupos de estudo, nos quais se discutirão e se debaterão um ou mais temas apresentados por um ou vários alunos, sob a direção do professor responsável pela disciplina. Desta forma, há para o aluno a oportunidade de desenvolver a investigação, a crítica, a independência intelectual, o trabalho cooperativo e de fazer propostas alternativas para resolver questões levantadas.

5.8.12 Política de Acessibilidade

Baseada em toda a legislação sobre o assunto e preocupada em garantir os direitos do aluno com necessidades educacionais especiais, o Centro Universitário de São Lourenço adota a política institucional para desenvolvimento de série de ações para manter a qualidade de ensino para todos os seus alunos e, especificamente, assegurar ao aluno com deficiência as condições necessárias para o seu pleno aprendizado.

A IES tem como responsabilidade introduzir os seus alunos no mundo científico, cultural e social, independentemente de suas diferenças.

Diante disso, a Instituição tem o compromisso de proporcionar as melhores condições possíveis, aliada ao integral atendimento às recomendações internacionais e aos dispositivos legais nacionais. Isso é fundamental para buscar novas formas de responder aos proclames de uma Educação Inclusiva, garantindo não só o acesso, mas, sobretudo, a permanência dos alunos com deficiência na IES.

A inclusão deve ser realizada por meio de um projeto pedagógico que esteja centrado na aprendizagem de todos os alunos, sem exceção. Os alunos com necessidades educacionais devem, sempre, ser vistos à luz das suas potencialidades e possibilidades.

A Instituição implementou a Política de Acessibilidade disponibilizando-a todos professores e demais colaboradores administrativos, contendo informações, orientações e procedimentos metodológicos quando alunos com deficiência ou dificuldade específica de aprendizagem forem fazer vestibular e matricularem-se nos cursos, garantindo-lhes todas oportunidades de aprendizado e acesso a espaços acadêmicos.

5.8.13 Políticas Afirmativas

Para implementar os princípios orientadores dos PPC´s dos Cursos da IES, as matrizes curriculares privilegiam, transversalmente e na forma de unidade curriculares fixas, eletivas ou em suas ementas, conteúdos pertinentes à educação ambiental, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais e histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, as políticas de gênero e políticas para a terceira idade, conforme estabelecido no Art. 2º, § 4º, da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

5.8.14 Políticas de Direitos Humanos

O Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005), ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias e optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político pedagógico, entre outros.

Na pesquisa, as demandas de estudos na área dos direitos humanos requerem uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar.

Na extensão universitária, a inclusão dos direitos humanos no Plano Nacional de Extensão Universitária enfatizou o compromisso das universidades públicas com a promoção dos direitos humanos.

A inserção desse tema em programas e projetos de extensão pode envolver atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, entre outras, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos.

A contribuição da educação superior na área da educação em direitos humanos implica a consideração dos seguintes princípios: a instituição de ensino superior, como criadora e disseminadora de conhecimento, é instituição social com vocação republicana, diferenciada e autônoma, comprometida com a democracia e a cidadania; os preceitos da igualdade, da liberdade e da justiça devem guiar as ações universitárias, de modo a garantir a democratização da informação, o acesso por parte de grupos sociais vulneráveis ou excluídos e o compromisso cívico-ético com a implementação de políticas públicas voltadas para as necessidades básicas desses segmentos; o princípio básico norteador da educação em direitos humanos como prática permanente, contínua e global, deve estar voltado para a transformação da sociedade, com vistas à difusão de valores democráticos e republicanos, ao fortalecimento da esfera pública e à construção de projetos coletivos; a educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior; as atividades acadêmicas devem se voltar para a formação de uma cultura baseada na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, como tema transversal e transdisciplinar, de modo a inspirar a elaboração de programas específicos e metodologias adequadas nos cursos de graduação e pós-graduação, entre outros; a construção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser feita articulando as diferentes áreas do conhecimento, os setores de pesquisa e extensão, os programas de graduação, de pós-graduação e outros; o compromisso com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos na relação com os movimentos e entidades sociais, além de grupos em

situação de exclusão ou discriminação; a participação das IES na formação de agentes sociais de educação em direitos humanos e na avaliação do processo de implementação do PNEDH.

A IES comprometida com a vivência dos direitos humanos construiu um currículo multicultural, que visa a formação para a cidadania.

Por meio dos conteúdos citados, o discente pode experimentar novas perspectivas sobre os assuntos ministrados, aliando o conteúdo teórico a realidade social circundante, reforçando assim, o perfil do aluno e potencializando suas chances de sucesso no mercado de trabalho, uma vez que propiciam uma experiência enriquecedora caracterizada por uma integração entre o Centro Universitário e a sociedade.

Deve-se ressaltar ainda que é dado prioridade, na ampliação do acervo bibliográfico físico e virtuais, visto a importância que este acervo representa na formação do futuro egresso.

5.8.15 Políticas de Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9795/1999) define como educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A educação ambiental é um processo de reconhecimento de valores e classificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as interrelações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

A educação ambiental deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, intervenham, de modo qualificado tanto na gestão do uso dos recursos ambientais quanto na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade do ambiente, seja físico-natural ou construído, ou seja, educação ambiental como instrumento de participação e controle social na gestão ambiental pública.

Vale ressaltar que a educação ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa.

A educação ambiental deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades, dos territórios e das desterritorializações; que acredita que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática.

Um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais. Busca uma estratégia pedagógica do enfrentamento de tais conflitos a partir de meios coletivos de exercício da cidadania, pautados na criação de demandas por políticas públicas participativas conforme requer a gestão ambiental democrática.

Tem como objetivo despertar em todos a responsabilidade social, tendo como foco o meio ambiente, cujos eixos versam sobre: educação, saúde e sociedade.

Tem como pressupostos desenvolver como expressão da responsabilidade social um conjunto de ações articuladas voltadas para a educação, saúde e responsabilidade socioambiental.

A educação ambiental é hoje um desafio para a educação superior repensar a atual relação nos âmbitos social, econômico, político e ambiental, sobre o seu papel diante dos imperativos da sobrevivência da humanidade. A educação ambiental não se limita à ciência em si, integra-se ao campo da estética e a sensibilidade humana.

Cabe à educação superior desenvolver na formação de seus alunos os novos ideais sustentados na contemporaneidade do século XXI. Há de se considerar a responsabilidade a ser assumida pelas novas gerações na construção de um novo mundo, no qual os valores sociais, culturais e políticos sejam seriamente repensados. É por esse entendimento que o Centro Universitário de São Lourenço adota a premissa da formação pela problematização em que as concepções vigentes de mundo e de valores também podem ser questionadas.

A educação ambiental é um dos pilares do desenvolvimento sustentável, contribui para a compreensão fundamental da relação e interação da humanidade com todo o ambiente e fomenta uma ética ambiental pública a respeito do equilíbrio ecológico e da qualidade de vida, despertando nos indivíduos e nos grupos sociais organizados o desejo de participar da construção de sua cidadania. É necessário um projeto político-pedagógico que estimule o aparecimento do homem-cidadão enquanto ator político, para pensar e construir a proposta eco desenvolvimentista. Ou seja, um cidadão consciente de sua realidade socioambiental mediante a obtenção de vários tipos de conhecimento sobre ela.

Em relação a atividades de promoção da sustentabilidade socioambiental, destaca-se que a **sensibilização** para as atividades a serem desenvolvidas envolvem as equipes internas, funcionários, alunos e docentes.

Também se destacam a implementação das ferramentas de aprendizagem virtuais, como AVA, que franqueia acesso ao livro digital, viabiliza o protocolo documentos comprobatórios da AACC, tornado indubitável a natureza sustentável dessas iniciativas, que minimizam o impacto ambiental com desperdício de impressões, cópias, papéis, etc.

5.8.16 Políticas de Educação para a Diversidade, a Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena

Nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, a IES pratica as ações:

- Inserção interdisciplinar de conteúdos que integram a proposta curricular que versa sobre a Educação para a diversidade, para a defesa e promoção dos direitos humanos, para as relações étnico-raciais e conhecimentos de matriz africana em unidades curriculares;
- Oferta das disciplinas com conteúdos transversais sobre o tema, com o intuito de fomentar a reflexão sobre questões étnico-raciais;
- Realização de eventos com a temática de combate ao racismo e às discriminações, especialmente dentro da proposta de Semanas anuais, em que estudos e pesquisas dentro do tema são promovidos e discutidos.

Acerca destes assuntos, o Centro Universitário se propõe a uma formação diferenciada de seu educando. O egresso do Centro Universitário será um profissional extremamente técnico e com robustez acadêmica, além de ético, humano, crítico e conhecedor das diversidades.

5.8.17 Políticas de Educação a Distância

O mundo atual vive a era do conhecimento. Em qualquer atividade é necessário um mínimo de informação. Com o avanço da tecnologia, a difusão das informações é muito rápida e a integração social, econômica e cultural neste contexto, exige cada vez mais, melhor preparo das pessoas. Sabendo que o caminho para a ascensão social passa por uma formação educacional, o número de brasileiros que aspira uma graduação superior tem aumentado.

Considerando-se ainda a extraordinária evolução no sistema educacional brasileiro com a expansão no número de matriculados no ensino médio nos últimos anos, é fácil perceber que o número de vagas oferecidas no ensino superior é incompatível com a demanda observada. Se, de um lado, razões econômicas podem explicar a dificuldade de acesso do interessado, por outro lado dois aspectos contribuem para esta situação.

Primeiro as dimensões do país, com distribuição populacional bastante irregular, com áreas densamente povoadas e outras áreas constituídas de número reduzido de habitantes e completamente isoladas, e em segundo a falta de docentes qualificados.

Nesse contexto, a educação a distância no ensino superior é uma necessidade. E ela é possível de ser feita de forma eficiente com a utilização de novas tecnologias e metodologias educacionais.

5.8.18 Política de Monitoria

Entende-se por Monitoria as atividades de apoio às disciplinas do curso de graduação exercidas por alunos regularmente matriculados. As atividades consistem em:

- orientação a outros alunos do Curso, em experiências, projetos, coleta de dados e levantamentos estatísticos;
- atendimento a outros alunos do Curso para esclarecimento de dúvidas e dificuldades na aprendizagem;
- assessoramento às atividades práticas ou de campo executadas por outros alunos do Curso;
- preparação de material didático, elaboração de exercícios práticos e colaboração no preparo e realização de seminários.

A Monitoria tem por objetivo:

- proporcionar a alunos de graduação treinamento didático e profissional que os oriente para o ingresso na carreira de docente ou de pesquisador de nível superior;
- proporcionar a alunos de graduação a participação no processo educacional e acadêmico do Centro Universitário; e,
- proporcionar ao corpo docente da IES a assistência de colaboradores qualificados para melhores rendimentos, técnico, científico e pedagógico das aulas e demais trabalhos escolares.

5.8.19 Política de Estágio

O estágio curricular supervisionado é concebido como conteúdo curricular implementador do perfil do formando, consistindo numa atividade obrigatória para os cursos que o contemplarem em seus projetos pedagógicos, tendo em vista a consolidação prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso de graduação.

É uma aproximação à prática, na medida em que é consequente à teoria estudada no curso, que, por sua vez, constitui-se numa reflexão sobre e a partir da realidade. Um curso de graduação não é a prática profissional, mas é a teoria sobre a prática e será tão mais formador à medida que as disciplinas todas tiverem como ponto de partida a realidade profissional.

Os estágios supervisionados constam de atividades de prática, pré-profissional, exercidas em situações reais ou simuladas de trabalho. Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

Estágio é o período de exercício pré-profissional previsto em currículo, em que o estudante de graduação permanece em contato direto com o ambiente de trabalho, desenvolvendo atitudes fundamentais, profissionalizantes ou comunitárias, programadas ou projetadas, avaliáveis em conceito, com duração e supervisão constantes de leis e normas.

É a vivência, em situações práticas, em ambiente real de trabalho, da teoria desenvolvida em sala de aula e tem a função de estabelecer um elo de ligação entre a Instituição de Ensino Superior, a Comunidade e o aluno com a tríplice intenção de:

- complementar a formação do estudante, dotando-o do instrumental prático indispensável ao perfeito desempenho de sua futura atividade profissional;

- aperfeiçoar a formação profissional de acordo com as exigências do mercado de trabalho;
- estabelecer um canal retro alimentador entre a teoria e a prática, desenvolvidas pela Instituição e Comunidade.

Assim sendo, tem como objetivos:

- proporcionar ao estudante, oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário.
- Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional.
- Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidade de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade.
- Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas.
- incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas.
- Promover a integração do Centro Universitário de São Lourenço-curso-empresa-comunidade.
- Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino.

Para cada aluno é obrigatória a integralização da carga horária total do estágio, prevista no currículo do curso, nela podendo incluir as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

5.8.20 Política da Avaliação da Aprendizagem

O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo ações interativas.

A avaliação da aprendizagem consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais.

A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva. Ela é uma ação que promove a melhoria da qualidade do ensino.

A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo por objetivo:

- Diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades;
- Possibilitar que os alunos auto avaliem sua aprendizagem;
- Orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades;
- Orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem envolve a análise do conhecimento e das técnicas específicas adquiridas pelo aluno e também dos aspectos formativos, através da observação de suas atitudes referentes à presença as aulas, participação nas atividades pedagógicas e responsabilidades com que assume o cumprimento de seu papel.

Os alunos serão avaliados através de provas escritas, trabalhos individuais e em grupos, relatórios, pesquisas e outros.

Os critérios de avaliação estarão fundamentados nos objetivos específicos de cada componente curricular, nos objetivos peculiares do curso e nos objetivos gerais da formação educacional que norteia a Instituição de Ensino.

Na avaliação do aproveitamento serão utilizados dois ou mais instrumentos, pelo professor.

Os resultados das avaliações serão registrados por meio de sínteses e finais, em cada componente curricular ou módulo.

5.8.21 Política de Egressos

O processo educacional pretendido pelo Centro Universitário extrapola o período em que o aluno permanecerá estudando na IES. Temos como política para seus egressos acompanhar o processo de seu desenvolvimento profissional em relação à sua capacitação, inserção e progressão no mercado de trabalho. Para isso elegeu como objetivos estratégicos:

1. Setor para cadastramento e acompanhamento do egresso para colocação do nosso aluno e egresso por meio de parcerias;
2. Avaliar o desempenho da Instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos alunos egressos;
3. Manter registros atualizados;
4. Promover a realização de educação continuada, de cunho técnico-científico-profissional, como aprimoramento à sua formação;
5. Divulgar as competências e capacidades técnicas de nossos alunos egressos junto às empresas e ao mercado;
6. Buscar a fidelização dos alunos egressos por meio de ações, eventos, projetos e programas de atualização.

Através desse Programa a Instituição irá manter um contato permanente com os seus egressos, buscando informações sobre sua colocação no mundo do trabalho, identificando suas vivências e dificuldades profissionais. Também o Programa pretende ser um mecanismo de intercâmbio e de formação continuada desses profissionais. O site do Centro Universitário funciona como o principal canal de informação e divulgação de atividades para os egressos. O Programa é operacionalizado pela Secretaria Acadêmica, em conjunto com a Comissão Própria de Avaliação – CPA.

5.8.22 Política de Ouvidoria

A Instituição, por meio da implantação de sua ouvidoria pretende como política a cultura de comunicação permanente com seus colaboradores e comunidade aprimorando os mecanismos de comunicação organizacional. Para concretizar a política tem como objetivos estratégicos:

1. Ouvir e acolher as demandas dos membros da comunidade interna e externa;
2. Atuar na mediação, solução e prevenção de conflitos;
3. Agilizar, de maneira sistemática, a circulação de informações de interesse dos membros da Organização, simplificando procedimentos e interagindo com os canais de representação e participação existentes;
4. Exercer suas funções com independência e autonomia, zelando pelo sigilo, controle de processos internos e aspectos legais;
5. Estabelecer diretrizes para o aperfeiçoamento contínuo das ações ouvidoras e suas respectivas contribuições nos processos de gestão.

5.8.23 Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno de Espectro Autista

Assuntos referentes aos direitos das pessoas com transtorno de espectro autista são apresentados a todos os alunos do Centro Universitário.

Os alunos são instigados a conhecerem materiais, como cursos online e entrevistas com especialistas, disponibilizados nas mídias sociais, entre outros, que tratam desse assunto. Além disso, o tema é abordado de forma transversal em unidades curriculares.

Para aqueles alunos que necessitam de apoio institucional, pois possuem o transtorno, oferecemos apoio no Núcleo de Acessibilidade com profissionais capacitados para tal atendimento.

5.8.24 Política de Atendimento ao Discente

PROJETO ACOLHIMENTO

O Projeto Acolhimento se determina em promover a integração dos novos alunos à Instituição nos procedimentos acadêmicos, sistemas e processos. Composto por um encontro coletivo no início do semestre letivo, o Projeto oferta aos alunos um momento ímpar de conhecimento global da instituição em sua estrutura, seus principais gestores e na organização acadêmica e administrativa.

O Projeto tem como principais objetivos:

- ✓ integração dos alunos com os processos acadêmicos relacionados à vida e estada do estudante na Instituição;
- ✓ esclarecimento e capacitação quanto aos sistemas tecnológicos utilizados para informação, comunicação e acompanhamento da vida estudantil.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

O Programa Institucional de Nivelamento tem como principal objetivo oferecer auxílio para que o aluno ingressante recupere e aprimore conhecimentos básicos e imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.

Está estruturado na plataforma que proporciona conteúdos programáticos por meio de roteiros adaptados às necessidades de cada aluno.

O link de acesso à plataforma estará disponível na Área do Aluno de todos os discentes da Instituição. Isto permite aos alunos de todos os semestres letivos subsídios online com o intuito de aprimorar conhecimentos e melhorar o desempenho acadêmico.

5.8.25 Política de Internacionalização

A política de internacionalização da Instituição propõe o fortalecimento e a transversalidade das ações de acadêmicas como um meio para desenvolver a Educação Superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela instituição à comunidade acadêmica e à sociedade. Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, vislumbra-se aferir competitividade internacional aos discentes, de modo a torná-los preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos diante dos desafios sociais contemporâneos.

Nesse sentido, o fomento da internacionalização e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, estão divididas em três eixos:

- ✓ mobilidade acadêmica;
- ✓ cooperação internacional, e;
- ✓ eventos e cursos internacionais.

As ações promovidas em cada eixo e seus respectivos objetivos são:

Eixo 1: Mobilidade acadêmica de discentes e docentes – inserção para cursar e lecionar parte de seus estudos em instituição estrangeira parceira, bem como receber discentes e docentes estrangeiros para que possam cursar e lecionar no UNISL, ainda que a mobilidade aconteça mediada por tecnologia;

Eixo 2: Cooperação científica para pesquisa e extensão – promover, em conjunto com parceiros internacionais, a produção de conhecimento e intervenções na comunidade que está inserida;

Eixo 3: Eventos e cursos internacionais – estimular a participação de discentes e docentes em eventos e cursos internacionais de curta, média e longa duração, no âmbito do UNISL e no exterior.

A realização desse propósito implica reestruturações e gestão acadêmica, de modo a proporcionar aos estudantes (nacionais e internacionais) mobilidade e trajetórias de formação mais flexíveis, em caráter multi e interdisciplinar, a fim de abordar temas complexos, promover o desenvolvimento do espírito crítico e uma perspectiva que seja, simultaneamente, cosmopolita e

humanista. Nessa direção, os esforços a serem empreendidos pela Instituição visam potencializar a atuação internacional de seu corpo docente e técnico-administrativo, para a integração de atividades acadêmicas em circuitos internacionais, ampliando o sentido social e os efeitos da produção educacional, científica, tecnológica e cultural do UNISL e Grupo UNISEPE.

Parceria Internacional

No âmbito da internacionalização, o UNISL pelo Grupo UNISEPE possui um convênio com a Instituição americana – MUST UNIVERSITY –Florida, bem como com a Corporacion Dental Limitada (Santiago – Chile).

6 CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA IES E DOS CURSOS

6.1 Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição para o período de vigência do PDI: 2024 – 2028

Programação e previsão para abertura de novos cursos de graduação (Bacharelado, Licenciatura, Tecnológico), de acordo com as metas estabelecidas:

Curso	Modalidade	Vagas	Qtd turmas	Turno	Ano previsto
Jogos Digitais	PRES.	50	1	Not	2024
Gastronomia	PRES.	50	1	Not	2024
Engenharia Civil	PRES.	50	1	Not	2025
Fisioterapia	PRES.	50	1	Not	2026
Terapia Ocupacional	PRES.	50	1	Not	2026
Agronegócio	PRES.	50	1	Not	2026

Curso	Mod.	Vagas	2024	2025	2026	2027	2028
Administração	EaD	200		X			X
Ciências Contábeis	EaD	200		X			X
Educação Física Bacharelado	EaD	200			X		
Educação Física Licenciatura	EaD	200			X		
Gestão Pública	EaD	200					X

Pedagogia	EaD	200				X	
Processos Gerenciais	EaD	200				X	
Recursos Humanos	EaD	200		X			
Teologia	EaD	200			X		

7. PERFIL DO CORPO DOCENTE E DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

7.1 Corpo Docente

7.1.1 Requisitos de Titulação

Em relação à titulação a Instituição almeja continuamente elevar o percentual de professores com mestrado e doutorado (stricto sensu).

Para tal a instituição vem atuando com absoluto rigor, no processo de admissão, à escolha preferencial de contratação de mestres e doutores, assim como atua no incentivo à qualificação contínua de seu quadro docente.
O quadro docente da Instituição conta com profissionais de vasta experiência e qualificação para atender os alunos em suas reais condições de aprendizagem, compromissados com a educação e os princípios institucionais.

Assim os professores devem apresentam o perfil a seguir:

• Cultura geral que lhes permite estar atualizados quanto as tendência e diretrizes da sociedade contemporânea, suas organizações e políticas.

• Cultura especializada na sua área de atuação e abertura para atualização permanente e crescente qualificação.

• Capacitação didático-pedagógica que os capacite para trabalhar com instrumentos flexíveis de aprendizagem fundamentada na investigação e na descoberta.

• Competência para desenvolver programas diversificados buscando a efetivação de ensino personalizado aos alunos cumprindo o currículo mínimo do curso, porém, garantem condições para a sua ampliação e enriquecimento progressivos e permanentes, facilitando a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, preparando seus alunos para a possibilidade de outras escolhas ao longo da vida.

• Habilidade para fazer do processo de produção do conhecimento, um mecanismo agradável que rompe com a burocracia acadêmica, transformando a sala de aula em espaço para a ação criativa e interação permanente com a sociedade, as ciências e a tecnologia.

- Capacidade efetiva de comunicação com a sociedade discutindo seus setores produtivos a partir dos princípios e objetivos da sua proposta pedagógica de trabalho do curso e do projeto institucional.

• Consciência da importância do seu trabalho como fator de inserção social dos educandos.

7.1.2 Plano de Carreira

O Plano de Cargos e Salários - PCS devidamente protocolado no Ministério do Trabalho, regula as condições de admissão, dispensa, direitos e vantagens, bem como os deveres e responsabilidades dos membros do magistério superior da Instituição. O objetivo do plano é o estímulo à contínua capacitação e qualificação dos docentes da Instituição, além do investimento na manutenção de profissionais capacitados e qualificados com a oferta de melhores salários e promoções pautadas em critérios universais.

A justificativa para a criação do Plano de Cargos e Salários é a melhora das relações de trabalho com a instituição em categorias definidas por meio de critérios objetivos, propiciando um ambiente de busca de resultados e aumento da produtividade individual e coletiva. As relações de trabalho dos membros do magistério superior da Instituição são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, pelo próprio PCS, acordos firmados entre as partes, acordos coletivos e Convenções Coletivas da categoria, firmadas na base territorial do docente.

7.1.2.1 A Estrutura do corpo docente / tutor é constituída pelas seguintes categorias:

I – Professores Integrados do Quadro Docente Permanente;
II – Professores Convidados.

7.1.2.2 O Quadro de Carreira Docente (QCD) é composto pelas seguintes categorias:

I – Professor Auxiliar;
II – Professor Assistente;
III – Professor Titular.

7.1.2.3 O Quadro de Carreira Docente permite o enquadramento em três níveis com suas respectivas faixas salariais:

Níveis		Salário
Professor Auxiliar		
Nível I	SPA*	R$ 25,91 **
Nível II	SAA x 1,05	R$ 27,21
Professor Assistente		
Nível I	SPA x 1,10	R$ 28,50
Nível II	SAA x 1,15	R$ 29,80
Professor Titular		
Nível I	SPA x 1,20	R$ 31,09
Nível II	SAA x 1,25	R$ 32,39

* = Salário de Professor Auxiliar
** = Valores Ilustrativos

7.1.2.4 Dos critérios para Promoção de Docentes / Tutores no Plano de Carreira Docente.

Para participar do processo promoção, o docente interessado deverá encaminhar à Coordenação do Curso o pedido por escrito e o currículo atualizado, contendo cópia de todos os documentos que comprovem o seu conteúdo.

A Promoção do docente no Quadro de Carreira Docente é dada de um nível para outro imediatamente superior.

O Plano de Carreira Docente fixa para os docentes do Quadro de Carreira Docente que o enquadramento nas três possíveis categorias e níveis devem obedecer a seguinte pontuação mínima:

Categorias	Níveis	Pontuação Mínima
Professor Auxiliar	Nível I	80
	Nível II	300
Professor Assistente	Nível I	500
	Nível II	700
Professor Titular	Nível I	900
	Nível II	1200

Como medida de planejamento orçamentário institucional, o número de processos de promoção é limitado em até 10% do número total do quadro permanente de docentes.

Somente haverá vagas para contratação e promoção docente mediante autorização da Presidência da UNISEPE.

7.1.2.5 Critérios de Seleção e Contratação

Os docentes são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e as normas institucionais e da Convenção Coletiva Estadual.

O processo de seleção deverá ter ampla divulgação e será realizada em duas fases.

A primeira fase de análise de currículo quando serão ponderadas a titulação e a experiência acadêmica e profissional. A segunda fase constará de aferição de conteúdo técnico e didático que poderá ocorrer através de aulas ministradas pelo candidato perante banca de três professores do curso, nomeados pelo Coordenador de Curso.

O Docente é admitido quando os seguintes requisitos forem obrigatoriamente atendidos:

I. Existência de vaga, aprovada pela Reitoria da Instituição;
II. Apresentar currículo com cópia de todos os documentos que comprovem o seu conteúdo, observados principalmente os requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica;
III. Apresentar todos os documentos exigidos pelo Departamento Pessoal.

7.1.2.6 Procedimentos para Substituição Eventual dos Docentes do Quadro

O Instituto Superior de Educação - ISE, por meio de regulamentação específica, criará procedimentos que controlam junto aos Coordenadores dos Cursos as situações de substituição eventual dos docentes do quadro.

a) Remanejamento de aulas:
   - Reposição da aula pelo próprio docente titular em data posterior, para cumprimento da carga horária disciplinar.
b) Permutas de disciplinas:
   - A fim de manter-se a sequência disciplinar, o docente impedido de ministrar a sua aula poderá solicitar a outro professor que ministre a respectiva disciplina, até que retorne às atividades normais, cabendo-lhe, então, a vez da sequência disciplinar.
c) Projetos específicos:
   - Na IES existem projetos específicos para o caso de uma substituição docente repentina, sem tempo hábil ao remanejamento, tanto das aulas quanto das

permutas. O objetivo maior é o de não gerar prejuízos ao discente, nem à disciplina; cada projeto constitui-se num aprofundamento cognitivo e postural para a formação do profissional, podendo ser aplicado por qualquer membro do corpo docente.

7.1.3 Cronograma e plano de expansão do corpo docente, com titulação e regime de trabalho considerada a vigência do PDI

Titulação	2024	2025	2026	2027	2028
Doutores	6	10	13	15	17
Mestres	16	19	20	22	23
Especialistas	19	15	14	14	13
Totais	**41**	**44**	**47**	**51**	**53**

Tempo	2024	2025	2026	2027	2028
Integral	13	14	16	18	18
Parcial	16	18	20	22	25
Horista	12	12	11	11	10
Totais	**41**	**44**	**47**	**51**	**53**

7.1.4 Políticas de Qualificação Docente

De caráter permanente e em constante aperfeiçoamento, de acordo com as normas e orçamentos aprovados pela Mantenedora, com recursos próprios e outros obtidos em órgãos estaduais e federais de fomento, objetivando a melhoria da qualidade e titulação de seu corpo docente. A política de qualificação do Corpo docente, se faz por meio formação em serviço. São oferecidos cursos de Linguagem dos sinais aos docentes, além de cursos específicos de treinamento para utilização dos laboratórios dos diferentes cursos.

Já é constante na Instituição, um rool de cursos que são oferecidos ao nosso corpo docente, como uma política de formação docente, oferecemos através de nossos órgãos colegiados e de apoio:

- Capacitação docente para uso de nossos sistemas de digitação de notas / faltas / plano de ensino;
- Treinamento para portal Moodle, exemplificando a inserção de materiais, a interação do professor com o aluno, a troca de mensagens via fórum
- Orientações acerca dos processos avaliativos da IES, que são baseados no modelo ENADE
- Cursos de Metodologias Ativas, buscando levar aos docentes uma visão diferenciada de como levar o conhecimento adiante

Atenção especial aos requisitos legais como História e Cultura Afro Brasileira e Indígena, Direitos Humanos, Diversidade Cultura e de gênero, Acessibilidade atitudinal e pedagógica; sempre buscando levar exemplos e reflexões de como inserir esses temas na diversidade de disciplinas que compõe a Instituição e seus respectivos cursos.

7.1.5 Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente

A Instituição mantém 4(quatro) revistas indexadas online, SAÚDE EM FOCO ISSN 2236-0123 / GESTÃO EM FOCO ISSN 2175-733-X / EDUCAÇÃO EM FOCO ISSN 2175-7321 E DIREITO EM FOCO ISSN 2236-2320 onde além de publicações dos docentes, publicamos os trabalhos dos discentes. Em atividade deste o ano de 2009, recebemos diversas publicações de outras instituição, inclusive de fora do estado onde atuamos.

Anualmente promovemos a Jornada Científica, momento em que os alunos, sobre a orientação dos professores divulgam seus trabalhos de conclusão de curso, pesquisas, levantamentos de dados à toda comunidade acadêmica.

Participamos ativamente do CONIC – Congresso Nacional de Iniciação Científica com trabalhos de alunos e professores.

7.2 Corpo Técnico-Administrativo

O corpo técnico-administrativo é constituído por todos os funcionários não docentes, que têm a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da IES.

A IES zela pela manutenção de padrões e condições de trabalho, condizentes com a natureza de instituição educacional, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus funcionários.

7.2.1 Plano de Carreira

O Plano de Carreira devidamente protocolado no Ministério do Trabalho regula as condições de admissão, dispensa, direitos e vantagens, bem como os deveres e responsabilidades dos

membros técnico-administrativos da Instituição. O objetivo do plano é o estímulo à contínua capacitação e qualificação dos docentes da Instituição, além do investimento na manutenção de profissionais capacitados e qualificados com a oferta de melhores salários e promoções pautadas em critérios universais.

A justificativa para a criação do Plano é a melhora das relações de trabalho com a instituição em categorias definidas por meio de critérios objetivos, propiciando um ambiente de busca de resultados e aumento da produtividade individual e coletiva. As relações de trabalho dos técnico-administrativos da IES são regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, pelo próprio Plano, acordos firmados entre as partes, acordos coletivos e Convenções Coletivas da categoria, firmadas na base territorial do técnico-administrativo.

7.2.1.1 A Estrutura do Plano de Carreira Técnico Administrativo estabelece os seguintes cargos

Responsável Técnico

a) NÍVEL I - Ser portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral, de 44 horas semanais.
b) NÍVEL II - Ser portador de Diploma de Graduação em área afim à função a ser desenvolvida, dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral, de 44 horas semanais, e estar trabalhando na IES há pelo menos 02 anos (cinco por cento sobre o nível I).
c) NÍVEL III - Ser portador de Diploma de Graduação em área afim à função a ser desenvolvida, possuir titulação mínima de Especialização, dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral, de 44 horas semanais, e estar trabalhando na IES há pelo menos 04 anos (dez por cento sobre o nível I).
d) NÍVEL IV - Ser portador de Diploma de Graduação, possuir titulação mínima de Especialização, dedicar-se à atividade administrativa e atividades acadêmicas, em regime de tempo integral, de 44 horas semanais, e estar trabalhando na IES há pelo menos 06 anos (quinze por cento sobre o nível I).

Auxiliar Administrativo

- NÍVEL I - Estar cursando ou ser portador de Certificado de Conclusão do Ensino Médio e dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral, de 44 horas semanais.

- NÍVEL II - Ser portador de Certificado de Ensino Médio, estar na casa há 1 ano e dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral de 44 horas semanais (cinco por cento sobre o piso).
- NÍVEL III - Ser portador de Diploma de Graduação, esta na casa a 2 anos e dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo parcial de no mínimo 24 horas semanais (dez por cento sobre o piso).
- NÍVEL IV - Ser portador de Diploma de Graduação, possuir titulação mínima de Especialização, dedicar-se à atividade administrativa em regime de tempo integral de 44 horas semanais (15% quinze por cento sobre o piso).

O cargo de Responsável Técnico é sempre ocupado por profissional habilitado para o exercício da função.

A Categoria Auxiliar Administrativo compõe-se dos níveis I, II e III, sendo o nível I o menos elevado.

Níveis		Salário
Nível I	SAA*	R$ 746,40
Nível II	SAA x 1,05	R$ 783,72
Nível III	SAA x 1,10	R$ 821,04
Nível IV	SAA x 1,15	R$ 858,36

* = Salário Técnico Responsável e/ou Auxiliar Administrativo
** = Valores Ilustrativos

7.2.1.2 As especificações das categorias funcionais são as seguintes

Auxiliar Administrativo: responsável pelo desenvolvimento de atividades realizadas na Secretaria de Registros Acadêmicos, Setor de Pessoal, Tesouraria, Telefonia, Centro de Processamento de dados, Assessoria a Docentes e Órgãos Administrativos, interação com Discentes e outras atividades correlatas;

Responsável Técnico: responsável pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, no auxílio à preparação de aulas, na manutenção dos equipamentos didáticos e audiovisuais, nas atividades da biblioteca, nas atividades de pesquisa, no desempenho das obrigações legais do departamento pessoal, no controle diário do fluxo de recebimentos e pagamentos da tesouraria e outras atividades correlatas;

7.2.1.3 Os níveis salariais

- Nível I – Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio em curso
- Nível II – Ensino Médio
- Nível III – Graduação
- Nível IV – Especialista

7.2.1.4 Promoção

A promoção é a passagem do funcionário de um grau para outro imediatamente superior dentro da respectiva categoria funcional. A promoção somente ocorrerá por merecimento (M).

Na promoção por merecimento, a cada dois anos poderá ser acrescido 4% no salário atual. O Merecimento será aferido levando em conta dados objetivos que revelem, de parte do funcionário, o fiel cumprimento dos deveres e continua atualização e qualificação comprovadamente adquirida em cursos condizentes com as atribuições das categorias funcionais, bem como a eficiência no seu desempenho adquiridos no nível a que pertencer, e também ao seguinte:

I. Formação: conhecimento formal do profissional relacionado com a bagagem técnica adquirida por cursos complementares à formação básica, de natureza correlata às funções que desempenha;
II. Experiência acumulada: experiência profissional dentro do ramo específico de atuação e/ou afins, que tragam maturação profissional pelos anos de trabalhos práticos, compreendendo, ainda, todos aqueles conhecimentos que capacitam o profissional adequadamente aos desafios das funções que lhes são atribuídas;
III. Conhecimento da organização: tempo de serviço do funcionário que lhe permite o conhecimento da organização, sua estrutura / peculiaridades e serve de base para o desenvolvimento de suas atividades de forma adequada à realidade e à cultura da organização;
IV. Cursos: cursos realizados afins com a área de atuação do funcionário, como também com sua área de especialização representados por uma série de aulas sobre o tema ou sobre vários temas conexos.

7.2.2 Cronograma e plano de expansão do técnico-administrativo considerada a vigência do PDI

Titulação	Regime de Trabalho	2024	2025	2026	2027	2028
Analfabeto	CLT	0	0	0	0	0
Ensino Fundamental Incompleto	CLT	1	0	0	0	0
Ensino Fundamental Completo	CLT	2	3	3	2	2
Ensino Médio Incompleto	CLT	0	0	0	0	0
Ensino Médio Completo	CLT	8	9	9	10	11
Graduação Incompleta	CLT	2	2	0	0	0
Graduação Completa	CLT	11	11	12	13	14
Especialização	CLT	6	6	8	9	10
Mestrado	CLT	3	4	4	4	5
Doutorado	CLT	1	1	1	1	1
Totais		**34**	**36**	**37**	**39**	**43**

7.2.3 Plano de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo (PQTA)

A Instituição possui PQTA em constante aperfeiçoamento conforme as necessidades da IES.

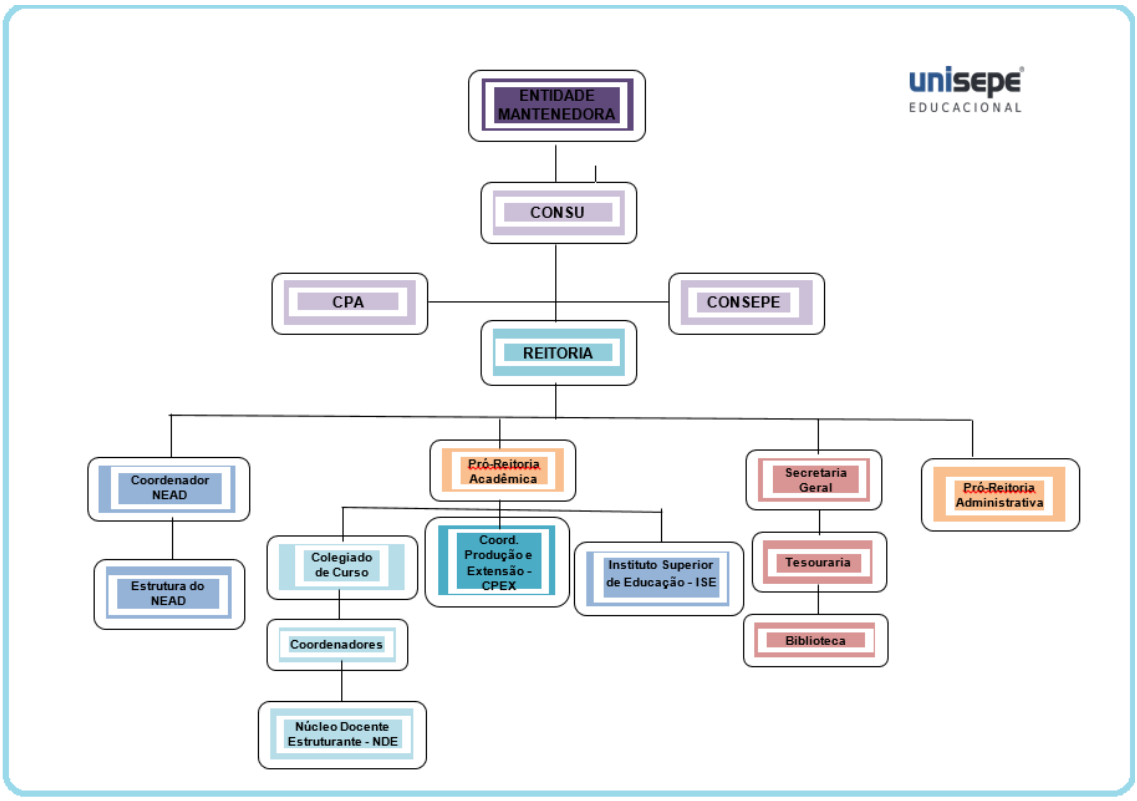
Atenção especial é dada com porto técnico administrativo, sendo essa uma importante ponta de interação entre os nossos alunos e toda a comunidade acadêmica. Investimentos em capacitação de atendimento telefônico, relacionamento interpessoal, treinamentos externo quanto aos programas oferecidos em âmbito estadual e federal, programas de bolas e financiamentos institucionais são constante ao nosso corpo técnico administrativo.

8. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

8.1 Organização Administrativa da Modalidade Presencial

A estrutura organizacional da Instituição apresenta-se em Órgãos Deliberativos (CONSU e CONSEPE), Órgãos Colegiados (Colegiado de Curso) e Órgãos Executivos (Reitoria, Pró-Reitoria Administrativa, Pró-Reitoria Acadêmica, Secretaria Geral e Coordenadoria de Cursos)

8.1.1 Organograma



Muito embora a Instituição goze de autonomia, didático e científica, administrativa e disciplinar, a Entidade Mantenedora é a legítima proprietária e titular de todos os bens móveis, imóveis e direitos colocados à disposição da IES para a consecução de suas finalidades institucionais e desenvolvimento de suas atividades.

À Entidade Mantenedora incumbe prover adequadas condições de funcionamento das atividades essenciais do Centro Universitário colocando-lhe à disposição os meios econômicos, financeiros e patrimoniais necessários ao atendimento dos seus objetivos institucionais.

Para o atendimento das finalidades educacionais do Centro Universitário a Mantenedora pode receber bens móveis ou imóveis em locação, comodato ou convênio.

Dentro dos limites da legislação e do seu Estatuto, a Mantenedora detém a prerrogativa de vetar as alterações estatutárias que contrariem os princípios e os interesses do Centro Universitário bem como a criação ou extinção de cursos que julgue oportuno e prudente não ratificar.

O Diretor-presidente da Entidade Mantenedora sempre irá indicar ou ele mesmo exercer o cargo de Chanceler.

São atribuições do Chanceler:

I. zelar pela preservação dos ideais e para que o CENTRO UNIVERSITÁRIO mantenha-se fiel à sua missão, visão e objetivos e às suas finalidades;
II. nomear ou exonerar o Reitor, bem como autorizar a nomeação ou exoneração dos Pró-Reitores, "*ad referendum*" da Mantenedora;
III. vetar as alterações estatutárias que contrariem os princípios e os interesses do CENTRO UNIVERSITÁRIO bem como a criação ou extinção de cursos permanentes que julgue oportuno e prudente não ratificar; e
IV. dar posse ao Reitor.

8.2 Órgãos Colegiados

8.2.1 CONSU

O Conselho Universitário – CONSU é o órgão superior deliberativo, normativo e consultivo do Centro Universitário, a quem compete:

I. propor o planejamento geral do CENTRO UNIVERSITÁRIO, recebendo sugestões dos órgãos internos, e encaminhá-lo à Entidade Mantenedora, com parecer, para apreciação e aprovação;
II. deliberar sobre a alteração do número de vagas existentes e sobre a criação de cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e extensão, presenciais ou à distância, na forma da lei, "ad referendum" da Entidade Mantenedora;
III. deliberar sobre alterações do Estatuto ou deste Regimento, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE e encaminhá-las para aprovação do órgão competente;
IV. aprovar o Estatuto e o Regimento Geral bem como os regimentos ou regulamentos dos órgãos deliberativos, executivos ou de apoio;
V. constituir comissões de estudo;
VI. aprovar a concessão de títulos honoríficos e dignidades acadêmicas;
VII. apreciar qualquer deliberação que envolva alteração de despesas não previstas no planejamento geral, para encaminhamento à Entidade Mantenedora;

VIII. intervir, esgotadas as vias ordinárias, nos demais órgãos, bem como evocar as atribuições e competências a eles conferidas;
IX. exercer o poder em grau de recurso;
X. apurar a responsabilidade dos titulares dos órgãos executivos e de apoio quando, por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da legislação de ensino, do Estatuto ou deste Regimento;
XI. deliberar sobre representações contra atos da administração escolar;
XII. deliberar sobre representações ou recursos que lhe forem encaminhados pela Reitoria;
XIII. deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva;
XIV. deliberar sobre o processo seletivo da IES;
XV. interpretar o presente Regimento Geral e deliberar sobre os casos omissos; e
XVI. exercer demais atribuições que lhe forem cometidas, por força de lei, do Estatuto e deste Regimento.

8.2.2 CONSEPE

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE é o órgão deliberativo, consultivo e normativo máximo em matéria acadêmica, de coordenação e supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, sendo detentor das seguintes competências:

I. supervisionar e coordenar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
II. propor alterações ao Regimento Geral e regulamentos dos demais órgãos submetendo-os às instâncias superiores;
III. fixar normas acadêmicas complementares sobre processos seletivos de admissão, currículos e programas, matrículas, transferências, adaptações, dependências, provas e avaliações do rendimento escolar, aproveitamento de estudos, além de outras congêneres;
IV. sugerir ao CONSU, mediante parecer, proposta de criação e extinção de cursos em todos os níveis e modalidades; e
V. apreciar e aprovar planos de pesquisa e de serviços de extensão.

8.2.3 Reitoria

Na tomada de decisões a organização administrativa do Centro Universitário tem origem na missão e políticas da Mantenedora.

Interna e diretamente ligadas à Reitoria, à Pró Reitoria Administrativa estão vinculados os diversos setores da área (contabilidade, finanças, pessoal, atendimento, serviços gerais e almoxarifado) e à Pró Reitoria Acadêmica incumbem a organização da gestão acadêmica e a condução dos projetos e programas desenvolvidos.

Compete ao Reitor:

I. zelar pela fiel execução do Estatuto do CENTRO UNIVERSITÁRIO e deste Regimento;
II. cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos colegiados superiores;
III. convocar e presidir as reuniões do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
IV. aprovar, "*ad referendum*" do órgão colegiado competente que preside, matéria que se imponha em casos de urgência;
V. nomear os Pró-Reitores e Coordenadores;
VI. constituir e designar comissões;
VII. conferir grau, assinar diplomas, certificados, títulos honoríficos e dignidades acadêmicas ou designar aos Pró Reitores;
VIII. formalizar Resoluções referentes às deliberações dos órgãos colegiados que preside;
IX. baixar Portarias e demais atos normativos no âmbito de sua competência;
X. coordenar a elaboração dos processos de criação ou reconhecimento dos cursos de graduação;
XI. designar a Comissão Organizadora do Processo Seletivo de Admissão;
XII. supervisionar a Biblioteca e a Secretaria Geral para o bom andamento dos seus serviços;
XIII. encaminhar aos órgãos colegiados, para apreciação ou deliberação, qualquer matéria ou expediente de sua competência;
XIV. representar o CENTRO UNIVERSITÁRIO, interna ou externamente;
XV. exercer o poder disciplinar na forma deste Regimento;
XVI. designar os Coordenadores de Curso, bem como seus suplentes;
XVII. encaminhar à Mantenedora, as propostas de admissão, afastamento ou desligamento do pessoal docente e/ou técnico administrativo;
XVIII. encaminhar à Mantenedora, expediente com deliberações dos órgãos que dependam da aprovação desta;
XIX. apresentar à Entidade Mantenedora o relatório das atividades do ano anterior;
XX. elaborar o plano anual de atividades, em harmonia com o Conselho de Coordenadorias;

XXI. propor à Mantenedora, ao CONSU, ao CONSEPE e ao Colegiado de Curso as medidas que entender necessárias ao bom andamento dos trabalhos escolares e ao fiel cumprimento dos objetos do CENTRO UNIVERSITÁRIO;
XXII. zelar pela execução e cumprimento das deliberações aprovadas pelos demais órgãos do CENTRO UNIVERSITÁRIO, especialmente o calendário escolar e os planos de ensino e cooperação;
XXIII. zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito do CENTRO UNIVERSITÁRIO, respondendo por abuso ou omissão;
XXIV. autorizar as publicações, sempre que estas envolvam responsabilidade do CENTRO UNIVERSITÁRIO;
XXV. expedir normas e regulamentos internos, bem como delegar poderes; e
XXVI. elaborar e remeter, ao Ministério da Educação sempre que solicitado, relatório das atividades do CENTRO UNIVERSITÁRIO acompanhado de elementos elucidativos;

8.2.4 Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso, órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do curso, será constituído:

O Colegiado de Curso é constituído:

I. pelo Coordenador de Curso, seu presidente;
II. por 05 (cinco) docentes do curso; e
III. por 01 (um) representante de seu corpo discente.

Os representantes dos corpos docente e discente serão eleitos por seus pares com mandato de 2 (dois) anos, permitindo a recondução.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes em cada semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado pela Reitoria, pelo Coordenador de Curso por área, por requerimento de dois terços dos seus membros, com indicação do motivo e convocação com antecedência mínima de quarenta e oito horas.
É de competência do Colegiado de Curso:

I. definir o perfil profissiográfico;
II. aprovar o projeto pedagógico do curso;
III. deliberar sobre os projetos relativos aos cursos de aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento;

IV. aprovar o plano geral de atividades do curso;
V. avaliar o desempenho do corpo docente;
VI. deliberar sobre propostas de medidas disciplinares contra o pessoal docente, encaminhadas pelo curso;
VII. deliberar sobre normas de prestação de serviços à comunidade relacionadas com o curso;
VIII. acompanhar o processo de aprendizagem do corpo discente;
IX. deliberar sobre alterações e/ou modificações do currículo do curso com observância das diretrizes curriculares;
X. aprovar os projetos de ensino, pesquisa e extensão considerados relevantes para a melhoria da qualidade do ensino;
XI. aprovar o relatório das atividades encaminhado pelo coordenador de curso;
XII. propor alterações curriculares;
XIII. aprovar ementas e planos de ensino das disciplinas;
XIV. apresentar propostas para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático;
XV. propor medidas para o aperfeiçoamento do ensino e desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão;
XVI. elaborar os programas de aula e planos de ensino das disciplinas e suas atividades didáticas, de acordo com o Projeto Pedagógico de cada curso de graduação; e
XVII. exercer demais atribuições que lhe forem cometidas por força de lei deste Regimento, ou do Estatuto do CENTRO UNIVERSITÁRIO.

8.2.5 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Segundo a Resolução 1 de 17 de junho de 2010, da CONAES, o Núcleo Docente Estruturante deve:

- ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso;
- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral;

- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso
- A indicação dos representantes do NDE será feita pelo Colegiado de Curso, por um período de três anos; o NDE do Centro Universitário é formado pelo Coordenador de Curso e quatro integrantes do corpo docente eleitos pelos seus pares.
- O Núcleo Docente Estruturante reúne-se duas vezes ao semestre letivo e, extraordinariamente, quando convocado pela Reitoria, pelo Coordenador de Curso, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Compete ao Núcleo Docente Estruturante:

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação.

Compete ao Presidente do Núcleo:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do NDE aos Colegiados de Cursos.

8.2.6 Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Comissão Própria de Avaliação é um órgão de natureza consultiva e deliberativa com a função de assessorar o Centro Universitário em suas decisões estratégicas, além de analisar e avaliar o desempenho das atividades desenvolvidas pela instituição, promovendo em conjunto com a gestão a implantação de estratégias e a melhoria de todos os processos.

A Comissão Própria de Avaliação se compõe, no mínimo, dos seguintes membros do corpo docente, com mandato de dois anos, nomeados pelo CONSU e eleitos entre seus pares:

I. 1 (um) coordenador da CPA;
II. 1 (um) coordenador de curso;
III. 1 (um) representante do corpo docente;
IV. 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo;
V. 1 (um) representante do corpo discente, regularmente matriculado e indicado pelos seus pares;
VI. 1 (um) representante, da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Unidade de Ensino;

A Comissão Própria de Avaliação reunir-se-á ordinariamente, uma vez por trimestre, conforme calendário estabelecido ao final de cada ano, ou em caráter extraordinário quando convocada pelo seu Coordenador, ou pela maioria de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se os assuntos da pauta.

Compete ao Coordenador da Comissão Própria de Avaliação:

- Coordenar o processo de autoavaliação do Centro Universitário;
- Representar a Comissão junto aos órgãos superiores da Instituição e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- Prestar as informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- Assegurar a autonomia do processo de avaliação;
- Convocar e presidir as reuniões da Comissão.

Comissão Própria de Avaliação (CPA) - Histórico

A Comissão Própria de Avaliação foi constituída em atendimento aos preceitos da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), constituindo-se em órgão colegiado permanente de coordenação do processo de Autoavaliação Institucional.

8.2.7 Colegiado do Instituto Superior de Educação – ISE

O Instituto Superior de Educação da Instituição é composto, em sua organização, por uma Coordenação, Coordenações dos Cursos das Licenciaturas, e por um representante das Coordenações dos Cursos de Bacharelados e Coordenações dos Cursos Superiores de Tecnologia, eleitos entre seus pares.

A Coordenadoria do Instituto Superior de Educação, exercida por um Coordenador nomeado pela Mantenedora, é o órgão executivo superior de coordenação, fiscalização e controle das atividades do Instituto.

O mandato do Coordenador do Instituto Superior de Educação é de quatro anos, admitida a recondução.

O Instituto Superior de Educação do Centro Universitário, como órgão de formação de professores, tem por objetivos:

- articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos de graduação do Centro Universitário;
- congregar cursos de formação de professores, oferecidos em nível superior;
- produzir e difundir o conhecimento referente aos processos de ensino e aprendizagem relacionados à educação básica, à educação profissional e à educação superior como um todo;
- preparar docentes com base na constituição de competências, habilidades, atitudes, valores e na aquisição, construção e produção de conhecimentos indispensáveis à sua formação;
- incentivar o trabalho de iniciação e investigação científica, visando ao desenvolvimento da educação e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, deste modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive, com vistas a uma ação consciente sobre a realidade através da educação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que serão adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas educacionais mundiais, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição; e,
- zelar, didática e pedagogicamente, por todos os Cursos de graduação mantidos pelo Centro Universitário.

O Instituto Superior de Educação da Instituição também é um órgão articulador de outros órgãos e programas de apoio aos processos acadêmico-didático-pedagógicos.

8.2.8 Coordenador de Curso

I. cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e normas emanadas dos órgãos superiores;
II. presidir o Colegiado de Curso;
III. coordenar as atividades dos professores que integram o curso, dirimindo as dúvidas e questões que surgirem, assegurando a sua articulação interna;
IV. encaminhar aos órgãos deliberativos proposta de alteração do currículo pleno do curso;
V. organizar o elenco das disciplinas, o horário de aulas, em cada período letivo, observado o currículo pleno;
VI. supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos;
VII. analisar e homologar o aproveitamento de estudos e a adaptação de disciplinas;
VIII. articular a contratação / demissão de professores, sempre de acordo com a Reitoria;
IX. comunicar as horas-aula semanais dos professores ao Departamento Pessoal e Secretaria, bem como suas respectivas alterações;
X. ser o gestor de seu curso no âmbito de entrada e saída de alunos, bem como na parte financeira;
XI. exercer o poder disciplinar no âmbito do curso, e
XII. quando exercer a função de coordenador na modalidade de ensino a distância, cumprir o estabelecido pelo NEAD.

8.3 Organização Administrativa da Modalidade Ensino a Distância

8.3.1 Organograma e Atribuições

Equipes do EAD são por natureza multidisciplinares e diferente da composição das equipes de cursos presenciais. O principal motivo está na necessidade de desenvolver materiais instrucionais, prever recursos tecnológicos, garantir a qualidade nos polos de apoio presenciais e estabelecer um boa estrutura de corpo docente e tutorial.

A estrutura organizacional do EAD da IES estará sustentada pelo NEAD (Núcleo de Educação a Distância) e pode ser representado pelo seguinte organograma;



Obs.: Os processos acadêmicos tais como de Secretaria Acadêmica, Tesouraria e atividades comuns da IES e presentes no presencial serão compartilhados e portanto suportarão também a modalidade EAD.

As funções representadas no organograma terão as seguintes atribuições:

8.3.1.1 Coordenador NEAD

- Gerir a equipe EAD com zelo a partir de uma metodologia de gestão cooperativa.
- Acompanhar cursos *on-line* da área de EAD dando suporte aos Coordenadores de Curso.
- Criar e implementar novos cursos, novas metodologias e novas tecnologias de EAD.
- Fazer a interface com os demais departamentos da IES.
- Gerar e acompanhar os indicadores da área de EAD prevendo ações de melhoria.
- Suportar ou orientar os coordenadores de curso na construção das metodologias de ensino mantendo como referência a Pedagogia Interativa.
- Organizar reuniões periódicas com os coordenadores de área para manter o alinhamento dos processos educativos.
- Prever Formação Continuada para as equipes.
- Gerir as demandas de melhorias acadêmicas a partir dos indicadores fornecidos pela CPA.

8.3.1.2 Analista EAD (CPD)

- Acompanhar os processos institucionais prevendo o devido registro.
- Gerir os projetos do NEAD mantendo o devido registro dos marcos, tarefas e respectivos status de execução.
- Produzir relatórios analíticos com indicadores que favoreçam a gestão acadêmica e operacional.
- Auxiliar no processo de documentação dos processos e fluxos mantendo-os atualizados.

8.3.1.3 Coordenação de Curso

Compete ao Coordenador de Curso no âmbito específico para o ensino a distância, conforme estabelecido pelo NEAD:

- Estruturar e organizar reuniões periódicas com o Colegiado de Curso, NDE, e Corpo Docente e Tutorial do curso.
- Desenvolver e manter atualizados os principais documentos no âmbito do curso (PPC, Atas de NDE, Atas de Colegiado, Planos de Ensino e Planos de Aula).
- Suportar ou orientar o Corpo Docente e Tutorial de curso na construção das metodologias de ensino mantendo como referência a Pedagogia Interativa.
- Desenvolver referenciais de qualidade para o planejamento das disciplinas na modalidade EAD.
- Coordenar, Supervisionar e orientar as atividades de TCC, Estágio e Atividades Complementares quando previstas no curso.

- Endereçar as demandas de produção, revisão e revitalização de conteúdos instrucionais.
- Auxiliar na validação dos conteúdos instrucionais do curso.
- Prever formação continuada para o Corpo Docente e Tutorial.
- Verificar o cumprimento dos Planos de Ensino e Planos de Aula, conteúdo programático, realização das webconferências (Hangouts classroom), assiduidade e qualidade das interações no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Construir relatórios analíticos que permitam identificar as oportunidades de inovação metodológica e tecnológica.
- Realizar melhorias acadêmicas do curso a partir dos indicadores fornecidos pela CPA.
- Desenvolver Planos de Trabalho junto à Tutoria a Distância zelando para que os encaminhamentos estejam em atendimento às diretrizes acadêmicas.
- Prever editais de oferta de monitoria voluntária para as disciplinas que solicitem maior atenção.
- Fazer a seleção dos monitores, o treinamento e acompanhamento das atividades de monitoria.
- Gerenciar o Projeto Integrador do Curso;
- Garantir o cumprimento do calendário acadêmico.

8.3.1.4 Corpo Docente

- Realizar o planejamento das disciplinas de sua responsabilidade prevendo Plano de Aula.
- Participar das reuniões de planejamento, colegiado e NDE quando convocado e/ou designado.
- Produzir e validar conteúdos e materiais instrucionais da disciplina de sua responsabilidade quando solicitado.
- Elaborar atividades avaliativas e suas respectivas matrizes de resposta para composição dos desafios avaliativos.
- Desenvolver materiais complementares em multimeios para enriquecer o processo educativo.
- Realizar encontros virtuais síncronos com os acadêmicos definindo datas e horários no Plano de Aula.
- Participar da formação continuada proposta pela coordenação de curso.
- Orientar os tutores nas questões pedagógicas das disciplinas.

8.3.1.5 Tutores a Distância

- Zelar pelo cumprimento do Plano de Aula.
- Manter por referência a Pedagogia Interativa.

- Auxiliar com informações, sanar dúvidas dos acadêmicos e dar os devidos encaminhamentos quando necessário.
- Auxiliar os acadêmicos na interlocução com o Docente da disciplina.
- Alertar os Acadêmicos para o cumprimento do cronograma de realização e entrega das atividades de aprendizagem.
- Orientar os Acadêmicos na realização das atividades de estudo, interação e de avaliação.
- Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, sucesso escolar e permanência.
- Prestar suporte técnico para realização dos encontros virtuais síncronos.

8.3.1.5.1 Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância

Assim como há uma política de capacitação para o corpo docente presencial, também temos para o corpo de tutores presenciais e a distância, com um programa que abrange: conceitos de EaD, o Ambiente Virtual Moodle, O papel do aluno em um curso a distância, o papel do tutor presencial, o papel do tutor a distância. Vivências de docentes com ensino a distância. Interação entre aluno x tutor EaD x tutor presencial.

8.3.1.6 Monitoria

A Monitoria tem por principal objetivo estimular o desenvolvimento da vocação para o magistério nos Acadêmicos que apresentam excelência em seu rendimento escolar, possibilitando o aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos.

- Assistir ao docente e/ou tutor no atendimento de grupos de estudo;

- Prestar atendimento individual a Acadêmicos em caso de dúvidas (plantão de dúvidas);
- Auxiliar o docente em atividades laboratoriais e clínicas;
- Acompanhar e auxiliar o docente em atividades relacionadas com a disciplina;
- Realizar leituras suplementares para auxiliar nas atividades desenvolvidas;
- Elaborar relatório semestral das atividades desenvolvidas.

8.3.1.7 Coordenação

- Gerir o processo de produção de materiais instrucionais.
- Propor modelos de conteúdos baseados na Pedagogia Interativa e na Avaliação Processual.
- Criar e manter atualizados guias e manuais sobre os processos educativos do NEAD.

- Desenvolver e aperfeiçoar metodologias inovadoras para os cursos da IES.
- Fazer o planejamento de produção e revisão contínua de materiais instrucionais;
- Receber e endereçar as demandas de produção, revisão e revitalização de conteúdos instrucionais.
- Capacitar os conteudistas prevendo as referências de qualidade da IES.

8.3.1.8 Conteudistas

- Participar dos eventos de formação e capacitação desenvolvidos pela Equipe Acadêmica.
- Produzir Materiais Instrucionais e outros recursos instrucionais seguindo as normas do NEAD.
- Fazer as revisões e atualizações sempre que solicitado.
- Indicar a necessidade de atualização quando identificar alterações de ordem legislativa ou científica.
- Fazer as correções sempre que lhe for solicitado.

8.3.1.9 Web Designer

- Customizar materiais didáticos conforme identidade visual da IES.
- Diagramar conteúdos e editar para atender os diferentes formatos de entrega previstos pelo NEAD.
- Desenvolver soluções web para suportar a proposta pedagógica.
- Fazer a manutenção das disciplinas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Dar suporte às demandas de customização do LMS.

8.3.1.10 Revisor

- Fazer a revisão de todos os materiais instrucionais prevendo a devida adequação da norma padrão da Língua Portuguesa.
- Prever a manutenção dos estilos dialógicos e interativos próprios da modalidade a distância.
- Propor recursos de entremeio dos textos para facilitar a compreensão.
- Orientar os conteudistas.
- Fazer o controle do processo de validação do conteúdo com os coordenadores de curso.
- Auditar a qualidade dos comunicados postados pelos Professores e Tutores.
- Fazer a verificação da produção final dos materiais instrucionais.

8.3.1.11 Coordenador Te

- Coordenar a equipe de Tecnologia Educacional.
- Desenvolver soluções tecnológicas para suportar os cursos da modalidade a distância.
- Customizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- Manter uma interface constante com Coordenadores de Curso e Coordenação de Desenvolvimento Educacional.
- Prever recursos tecnológicos adequados para a realização das avaliações.
- Fazer a manutenção da integração do LMS com o Sistema Acadêmico.
- Zelar pela segurança dos dados.

8.3.1.12 Analista Pleno

- Auxiliar a Coordenação de Tecnologia Educacional.
- Auxiliar no desenvolvimento de soluções tecnológicas para atendimento das demandas pedagógicas.
- Dar suporte aos Coordenadores de Curso e Corpo Docente e Tutorial

8.3.1.13 Analista Jr

- Auxiliar nas atividades do Analista Pleno.
- Auxiliar no desenvolvimento de soluções tecnológicas para atendimento das demandas pedagógicas.
- Dar suporte Coordenadores de Curso e Corpo Docente e Tutorial

8.3.1.14 Auxiliar EAD

- Auxiliar nas atividades gerais do EAD.

8.3.1.15 Supervisor PAP (Polo de Apoio Presencial)

- Fazer o planejamento da abertura do semestre letivo nos polos de apoio presenciais.
- Desenvolver rotinas de relacionamento pedagógico com os polos de apoio presenciais.
- Estabelecer contato permanente com os coordenadores de polo.
- Organizar e promover capacitações e treinamentos periódicos.
- Elaborar relatórios gerenciais sobre as atividades acadêmicas e administrativas dos polos.

- Desenvolver ações que atendam as demandas operacionais das atividades acadêmicas nos polos.
- Auxiliar no planejamento de eventos científico-culturais e seminários presenciais que envolvam os polos;
- Desenvolver metodologias de acompanhamento de indicadores;
- Zelar para que as demandas acadêmicas e administrativas dos polos atendam os aspectos legais e regulatórios.
- Acompanhar os níveis de satisfação dos acadêmicos dos polos.
- Avaliar as melhores práticas acadêmicas e criar oportunidades de socialização com os demais atores pedagógicos.
- Fazer a gestão das equipes dos polos desenvolvendo parâmetros para avaliar e acompanhar o trabalho das equipes locais.
- Acompanhar os indicadores de evasão e criar estratégias para garantir a permanência acadêmica.

8.3.1.16 Coordenador de Polo

- Auxiliar no processo de divulgação dos cursos, inscrição, vestibular e matrícula.
- Fazer o planejamento da abertura do semestre letivo nos polos de apoio presenciais.
- Desenvolver rotinas de relacionamento pedagógico com os acadêmicos do polo.
- Organizar e promover capacitações e treinamentos periódicos.
- Elaborar relatórios gerenciais sobre as atividades acadêmicas do polo.
- Desenvolver ações que atendam as demandas operacionais das atividades acadêmicas no polo.

- Auxiliar no planejamento de eventos científico-culturais e seminários acadêmicos que envolvam o polo.
- Desenvolver metodologias de acompanhamento de indicadores;
- Zelar para que as demandas acadêmicas e administrativa do polo atenda os aspectos legais e regulatórios.
- Acompanhar os níveis de satisfação dos acadêmicos do polo.
- Acompanhar os indicadores de evasão e criar estratégias para garantir a permanência acadêmica.
- Acompanhar os trabalhos dos tutores.

8.4 Autoavaliação Institucional – Modalidade de Ensino Presencial e a Distância

8.4.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a serem Utilizados no Processo de Autoavaliação

Desde a implantação do SINAES, a Instituição possui processo de auto avaliação institucional abrangendo todos os seguimentos do corpo social por entender ser um importante instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional. Assim, seus resultados são trabalhados e atendem às necessidades
Institucionais.

Trabalhamos com evidências de todos os segmentos da comunidade acadêmica para sensibilização e participação. Depois, uma importante etapa é a divulgação dos resultados e retroalimentação para melhoria contínua institucional.

Em nosso processo, trabalhamos com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica, temos abrangência de instrumentos de coleta e controlamos as avaliações para termos índice de participação crescente.

Em obediência ao regulatório do Ministério da Educação, os relatórios de auto avaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio e
possuem clara relação entre si, impactando o processo de gestão da instituição, promovendo mudanças inovadoras.

Objetivo Geral

A avaliação institucional, como um processo contínuo e permanente, visa a contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária do Centro Universitário de São Lourenço, promovendo uma autoconsciência dos membros da instituição e de suas responsabilidades sociais.

Objetivos específicos

a - Sensibilizar constantemente todos os segmentos do Centro Universitário de São Lourenço para a importância da avaliação institucional.

b - Desenvolver e implementar estruturas flexíveis e integradas de avaliação que possam subsidiar a tomada de decisão, apoiando-se em informações quantitativas, mas imprimindo ao processo ênfase de qualidade educativa.

c - Identificar dificuldades, realizações e avanços dos setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão do Centro Universitário de São Lourenço.

d - Colocar à disposição de toda a comunidade acadêmico-administrativa informações que permitam a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Centro Universitário de São Lourenço.

8.4.2 Etapas

O desafio de avaliar é obter a melhor informação possível para as pessoas que dela precisam, considerando-se as características e limitações de cada situação.

Nesta perspectiva a auto avaliação da IES utilizará abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas, aplicando técnicas e instrumentos válidos e fidedignos, adequados à natureza da informação desejada.

A partir das diretrizes do SINAES, a auto avaliação da Instituição se desenvolve em três etapas, cada uma compreendendo ações relevantes para um efetivo desenvolvimento da auto avaliação.

Primeira etapa
– PREPARAÇÃO
• Efetiva participação e atuação da CPA.
• Sensibilização da comunidade a fim de envolvê-la na proposta avaliativa.
• Elaboração do projeto semestral e anual de auto avaliação.

Segunda etapa
– DESENVOLVIMENTO
• Levantamento de dados e informações.
• Análise de informações. Relatórios parciais.

Terceira etapa
– CONSOLIDAÇÃO
• Relatório final.
• Divulgação.
• Revisão Crítica.

8.4.3 Dimensões

A Lei no. 10.861/04, art. 3º., estabelece as dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional. Cabe às IES, atendendo às suas peculiaridades, adotar os seus processos de autoavaliação. Na Instituição Lourenço, opta-se pela sugestão da CONAES de dividir o roteiro de autoavaliação em dez (10) dimensões:

Ao se avaliar cada dimensão, embora em momentos distintos, faz-se recorrência às demais, garantindo-se, assim, a indissociabilidade entre o ensino em seus diferentes níveis, a pesquisa, a extensão e a gestão para possibilitar uma visão mais globalizada das atividades desenvolvidas na Instituição.

Os indicadores de desempenho estabelecidos pelo Centro Universitário de São Lourenço constituem-se em uma série de medidas qualitativas e quantitativas de entrada, de processo ou de resultados usados para descrever o funcionamento da instituição.

São definidos em termos de índices que refletem eficiência, produtividade ou eficácia, assim separados:

- ✓ Eficiência – são indicadores que relacionam insumos e produtos. Refere-se a uma combinação ótima de recursos para produzir um determinado produto, o que quer dizer produzi-lo ao menor custo. Exemplo: o custo por aluno formado.

- ✓ Produtividade – são indicadores que relacionam insumos e produtos medidos em unidades físicas. Exemplos: trabalhos publicados por professor, relação professor-aluno e quantidade de alunos por sala.
- ✓ Eficácia – são indicadores que mostram até que ponto os objetivos da instituição foram atingidos. Exemplos: qualidade do curso de graduação, número de alunos formados, volume de trabalhos publicados, dentre outros.

É fundamental estabelecer claramente os indicadores que nortearão a avaliação, pois estes são imprescindíveis quando da elaboração dos instrumentos de coleta de dados.

A definição dos indicadores da Avaliação Institucional do Centro Universitário de São Lourenço é revista a cada ano, de acordo com a análise de sua realidade educacional e com a confiabilidade das informações coletadas.

O que se discute não é se a avaliação deve ser realizada, mas de que forma ela deve processar-se. Para que o processo tenha êxito é necessária a participação efetiva de todos os envolvidos.

Assim, cada segmento da comunidade acadêmica será representado na comissão de avaliação a ser constituída e cada indivíduo poderá influenciar diretamente no processo, já que além da opinião expressa nos formulários a serem preenchidos, os relatórios produzidos nas reuniões setoriais serão utilizados como instrumentos importantes para as conclusões finais.

Na IES o processo avaliativo é programado em três diferentes momentos: Sensibilização, Coleta de Dados e Comunicação.

8.4.4 Instrumentos a serem utilizados no processo de Auto avaliação

O que se discute não é se a auto avaliação deve ser realizada, mas de que forma deve processar-se. Para que o processo tenha êxito será necessária a participação efetiva de todos os envolvidos. Assim, cada segmento da comunidade acadêmica é representado na Comissão Própria de Avaliação constituída e, cada qual, pode influenciar diretamente o processo, já que além da opinião expressa nos formulários a serem preenchidos, os relatórios produzidos nas reuniões setoriais serão utilizados como instrumentos importantes para as conclusões finais.

Na IES, o processo avaliativo é programado em três diferentes momentos: Sensibilização, Coleta de Dados e Comunicação.

Sensibilização

Todo processo avaliativo deve levar em consideração questões básicas como conscientizar os participantes sobre a concepção e os objetivos da avaliação, seus critérios e a forma como serão utilizados seus resultados. Implica, também, torná-los conscientes de que são membros partícipes da Instituição, devendo assumir a responsabilidade com as diretrizes da Instituição.

A adesão da comunidade acadêmica ao processo de avaliação é extremamente importante para o sucesso da qualidade do ensino e da instituição como um todo. Entretanto, essa adesão só poderá acontecer se houver uma conscientização sobre o papel da avaliação como processo que não pretende ameaçar ou punir, mas que visa a promover a reflexão sobre as diferentes ações desenvolvidas com vistas ao seu aperfeiçoamento.

O conhecimento da ética do processo e a segurança do propósito da avaliação levam todos à confiança e ao desejo de que ela faça parte de seu dia-a-dia. Para que a comunidade acadêmica seja sensibilizada em relação à avaliação institucional, são realizadas palestras, reuniões setoriais e com os alunos, encontros e estudo de casos, e confeccionados boletins e folders sobre Avaliação Institucional do Centro Universitário de São Lourenço.

Além de estimular a participação por meio da reflexão dos diversos segmentos, a sensibilização possibilita o encorajamento de discussões sobre os problemas e a apresentação de soluções criativas para tais. Atende, ainda, aos princípios norteadores da avaliação: o da adesão voluntária, difundindo a cultura avaliativa, e o da isenção de sanções, conscientizando a comunidade da não punição ou premiação em consequência dos resultados obtidos na Avaliação Institucional.

Em seu processo contínuo, a sensibilização procurará atingir todas as pessoas em todos os níveis e áreas acadêmicas, permeando todas as etapas da Avaliação Institucional.

Coleta de Dados

Na Instituição a coleta de dados é feita por meio de instrumentos diversificados, tais como: questionários, formulários, entrevistas e relatórios de diversos bancos de dados da Instituição permanentemente revistos e reconstruídos para atender às necessidades de cada contexto.

Os questionários, aplicados a todos os segmentos da comunidade, impressos ou via Internet (on-line) têm o mesmo tratamento, com o intuito de coletar dados efetivamente necessários e suficientes para melhor compreensão da realidade da Instituição.

Diferentes tipos de questionários foram construídos de acordo com o objetivo da coleta de dados, tendo-se sempre a preocupação de testá-los previamente para verificar a relevância das questões elaboradas, bem como para corrigir distorções apontadas, que podem comprometer a análise final.

Para atender ao crescimento e às novas necessidades institucionais, pretende-se construir bancos de dados que forneçam informações sobre a realidade da instituição como um todo.

As reuniões realizadas com os órgãos colegiados e de apoio às atividades acadêmicas, por serem coletivas, serão utilizadas para uma melhor compreensão do universo das igualdades e diferenças, diagnosticando e atendendo as especificidades de cada órgão. Ao longo do período

letivo, os docentes e discentes participarão dos órgãos colegiados e de apoio às atividades acadêmicas. As sugestões ou reivindicações da comunidade acadêmica poderão, ainda, ser apresentadas diretamente à Comissão Própria de Avaliação.

Todos os espaços da instituição serão aproveitados para observações. As conversas de corredor, de pátio, de intervalo de aula dos docentes, de intervalo dos discentes, de entrada e saída dos turnos dos funcionários constituirão momentos descomprometidos com a rigidez formal e, por isso, férteis para observação.

Tratamento e Interpretação dos Dados

A primeira etapa após a coleta de dados é o momento em que se tenta estabelecer semelhanças, tendências e padrões relevantes dos indicadores adotados. Dois serão os tratamentos aplicados aos dados coletados no Centro Universitário de São Lourenço, o quantitativo e o qualitativo. O resgate dos dados quantitativos é feito por meio do sistema estatístico informatizado, construído para uso exclusivo da Comissão de Avaliação da Instituição.

Os relatórios dos dados qualitativos serão confrontados com os dados estatísticos, buscando complementar e enriquecer o conhecimento das variáveis e aspectos focalizados. A análise e interpretação de todo o conjunto de informações coletadas e sistematizadas servirão não só para a elaboração do relatório descritivo da realidade do Centro Universitário de São Lourenço, mas, principalmente, para a identificação das causas, tanto do funcionamento adequado quanto dos problemas detectados.

Finalmente, será produzido o relatório bem como documentos voltados aos vários setores avaliados, que constituem elementos importantes para o replanejamento dos setores acadêmicos e administrativos.

Comunicação dos Resultados: Relatórios

O relatório é feito para comunicação dos dados obtidos, visando à melhoria do programa institucional com a adoção de mudanças de atitudes das pessoas que fazem parte do processo, a fim de que se melhore o desempenho profissional, quando necessário. A forma de comunicação utilizada para dar retorno das informações é um fator que pode interferir no processo avaliativo, uma vez que a comunicação malfeita pode transformar-se, de imediato, em resistência à Avaliação Institucional.

Uma vez informado de suas necessidades, potencialidades e ineficiências, o ser humano é capaz de refletir e vir a aceitar sua mudança para, então, poder crescer. Caso os dados gerados pela avaliação não retornem ao processo, isso afetará sua disseminação das mesmas e, consequentemente, o envolvimento dos participantes. Dessa forma, ela é a chave para manter a participação dos envolvidos.

A comunicação adequada dos dados da avaliação pode possibilitar a tomada de decisões e elaboração de planos de ação para um aperfeiçoamento contínuo. A informação, eficientemente transmitida, deve levantar algumas questões.

A análise e a discussão dos resultados são feitas apenas pelas pessoas diretamente responsáveis pelas atividades avaliadas, tendo a Comissão de Avaliação Institucional o cuidado de manter as informações restritas às pessoas envolvidas no processo para não ferir a ética. Informações pertinentes à comunidade discente são amplamente divulgadas pelos canais usuais.

Os relatórios subsidiam projetos de ação que venham colaborar com a solução dos problemas detectados.

Dos Fins da Auto avaliação

A avaliação dos resultados da Auto avaliação e das Avaliações Externas é realizada com a finalidade de auxiliar os gestores institucionais na autogestão do processo, seguindo como diretrizes os próprios princípios avaliativos formativos, diagnósticos e contínuos.

As transformações provenientes dos resultados da avaliação geral da instituição visarão a um aperfeiçoamento constante dos procedimentos criados pelos gestores institucionais.

As análises da Comissão Própria de Avaliação sobre o trabalho desenvolvido levam à conclusão de que alguns aspectos serão essenciais para o sucesso da avaliação: a sensibilização de toda a comunidade acadêmica e o *feedback* que favorece a cada participante do processo o conhecimento de seu próprio desempenho, ajudando-o a fazer uma autoanálise com vistas à melhoria do próprio aperfeiçoamento profissional.

A avaliação da instituição de uma forma geral deverá possibilitar a análise dos resultados sempre refletindo sobre a possibilidade de se adotar uma atitude mais ampla frente à problemática educacional, não só da instituição, mas também da sociedade como um todo (responsabilidade social). Nesta perspectiva, a comunidade acadêmica deverá ter em mente que a avaliação da

instituição, quando usada com finalidades e objetivos transparentes, poderão servir à causa da educação de uma forma geral e principalmente às mudanças de posicionamentos no interior da IES, manifestando-se em ações concretas e decisões explícitas.

A utilização da avaliação deve ser feita partindo-se da discussão dos resultados obtidos, com o objetivo de se elaborar um documento com propostas de medidas a serem implementadas visando a corrigir ou melhorar o desempenho dos respectivos setores. Estes documentos, discutidos pelos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, geram novas propostas que subsidiam um relatório parcial a ser encaminhado à Reitoria, para análise e tomada de decisões.

8.5 Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas

8.5.1 Secretaria de Registros Acadêmicos

A Secretaria de Registros Acadêmicos tem a incumbência de zelar pelos aspectos formais na relação Instituição-corpo discente-corpo docente. As seguintes atividades são de sua responsabilidade:

a - Organizar, coordenar e administrar os serviços de registro e controle acadêmico;
b - Propor à Coordenadoria Geral as normas de registro e controle acadêmico;
c - Coordenar as atividades de matrícula e sua renovação;
d - Administrar e supervisionar os registros e arquivos acadêmicos;
e- Expedir diplomas, certidões, atestados, declarações e demais documentos acadêmicos;
f - Responsabilizar-se pelos termos de colação de graus e outros de natureza acadêmica;
g - Despachar com o Coordenador Geral, Coordenador do Centro Universitário e Coordenadores de Cursos e Programas, matérias relativas ao desenvolvimento de suas atividades;
h - Administrar e supervisionar o seu quadro de pessoal;
i - Supervisionar o serviço de arquivo da documentação acadêmica;
j - Exercer outras atribuições que lhe forem determinadas, em sua área de atuação.
k - Assegurar o cumprimento da legislação vigente;
l - Manter atualizados os registros acadêmicos da Graduação e Pós-graduação;
m - Manter atualizados os registros acadêmicos da Extensão;
n - Compilar dados e estatísticas;
o - Zelar pelo fiel registro dos dados;

p- Manter em ordem os currículos, ementas e programas;

q - Dar parecer em assuntos de natureza acadêmica, quando relacionados ao seu âmbito de atuação;

r - Verificar a legalidade dos documentos;

s - Manter em ordem os prontuários dos alunos;

8.5.2 Coordenadoria de Estágios

A Coordenadoria de Estágios tem os seguintes objetivos:

a) Proporcionar ao estudante, oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional e societário;

b) Complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

c) Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estágio mais oportunidade de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das organizações e da comunidade;

d) Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;

e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;

f) Promover a integração do Centro Universitário de São Lourenço-curso-empresa comunidade;

g) Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino.

8.5.3 Coordenadora de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão

A Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, se divide em duas coordenações:

8.5.4 Coordenadoria de Produção e Extensão (CPEX)

A Coordenadoria de Produção e Extensão – CPEx será um órgão responsável pelo apoio na organização das produções e atividades de extensão da instituição, assim como as de Pesquisa, em nível de iniciação científica.

8.5.5 Núcleo de Capacitação e Pós Graduação (NCP)

É o núcleo que cuida de todas os cursos de capacitação e também da pós-graduação da IES.

8.5.6 Núcleo de Responsabilidade Social e Empreendedorismo (NRSE)

É um núcleo responsável pelo monitoramento das atividades de responsabilidade social e empreendedorismo, desenvolvidas pelos cursos e pela IES.

8.5.7 Núcleo de Comunicação Institucional (NCI)

É o núcleo responsável pelo monitoramento do fluxo de demandas de comunicação dentro da IES.

8.6 Autonomia da IES em relação a Mantenedora

A Entidade Mantenedora é legítima proprietária e titular de todos os bens móveis, imóveis e direitos colocados à disposição do Centro Universitário, para a consecução de suas finalidades institucionais e desenvolvimento de suas atividades.

Compete à Entidade Mantenedora prover adequadas condições de funcionamento das atividades essenciais do centro universitário, colocando-lhe à disposição os meios econômicos, financeiros e patrimoniais necessários ao atendimento dos seus objetivos institucionais, garantindo-lhe, porém para o seu bom desempenho, sua autonomia nos assuntos didático-pedagógicos.

A Entidade Mantenedora, para o atendimento das finalidades educacionais do Centro Universitário, pode receber bens móveis ou imóveis em locação, comodato ou convênio.

Os convênios interinstitucionais e contratos de prestação de serviços educacionais firmados entre alunos e a instituição, serão assinados pelo Chanceler, ou, por deliberação do mesmo, com específica delegação de competência, pelo Reitor ou Pró-Reitores.

A IES está subordinada à Mantenedora quanto à manutenção de seus serviços e nas decisões de ordem administrativa e econômico-financeira, não sofrendo nenhuma ingerência no plano acadêmico.

O Centro Universitário goza de autonomia de gestão financeira com relação aos recursos financeiros que lhe forem colocados à disposição pela Entidade Mantenedora.

Os recursos financeiros do Centro Universitário são provenientes de:

- ✓ provisões fornecidas pela Entidade Mantenedora para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ anuidades, taxas, contribuições, e emolumentos cobrados do corpo discente;
- ✓ doações e contribuições, a título de subvenção concedidas por quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, de direito público ou privado;
- ✓ renda de aplicações de bens e valores patrimoniais;
- ✓ retribuição de atividades remuneradas; e
- ✓ valores resultantes de convênios e/ou parcerias.

Dependem de aprovação da Entidade Mantenedora as decisões dos órgãos deliberativos e executivos que importem em aumento de despesas.

As despesas constantes da proposta orçamentária do centro universitário são definidas de conformidade com a legislação em vigor.

A elaboração da proposta orçamentária obedece às instruções aprovadas pelo Conselho Universitário e baixadas pela Reitoria.

Uma vez aprovada pelo Conselho Universitário, a proposta é submetida à homologação da Entidade Mantenedora.

8.7 Relações e Parcerias com a Comunidade, Instituições e Empresas

A IES manterá programas de extensão à comunidade, articulados com o ensino e a iniciação a pesquisa, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes às áreas dos Cursos ministrados.

Os serviços de extensão serão realizados sob a forma de atendimento à comunidade, diretamente ou por meio de instituições públicas ou privadas; participações em iniciativas de natureza cultural, artística e científica; promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas.

A IES manterá convênios com entidades e instituições da região, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiência nas áreas científica, técnica e cultural, bem como, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e de formação de pessoal.

Buscará, também, por meio da celebração de convênios, a parceria com órgãos públicos, instituições, empresas e profissionais da região para a realização de estágios curriculares e extracurriculares.

8.8 Apoio ao Discente

8.8.1 Formas de Acesso

As condições de acesso, o registro e o controle acadêmico serão realizadas por meio de um sistema informatizado.

O processo seletivo se destinará a avaliar a formação dos candidatos e a classificá-los segundo o estrito limite das vagas oferecidas e autorizadas pelo órgão federal competente.

As inscrições para o processo seletivo serão abertas em Edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, turnos de funcionamento, prazos de inscrição, documentação exigida para a inscrição, a relação de provas, os critérios de classificação e de desempate e demais informações exigidas pela legislação em vigor.

O processo seletivo abrangerá conhecimentos correspondentes ao Ensino Médio, sem ultrapassar este nível de complexidade. A classificação será feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pela legislação vigente. A classificação obtida deverá ser válida apenas para a matrícula somente no período letivo para o qual se realizou o processo

de seleção. O candidato classificado no processo seletivo que deixar de requerer no prazo estipulado no Edital, perderá o direito de se matricular.

Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderão ser realizados novos processos seletivos para preenchimentos das vagas remanescentes ou poderão ser requeridas por discentes transferidos de outro curso ou instituição, ou por portadores de diploma de graduação.

A instituição poderá celebrar convênios com outras instituições para a realização do processo seletivo e considerar a nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para candidatos que se habilitam aos seus processos seletivos.

8.8.2 Das Matrículas

A matrícula, ato formal de ingresso no curso e de vinculação à IES, deverá ser realizada na secretaria da SEDE (modalidade de ensino presencial) ou do NEAD ou na secretaria dos Polos

de Apoio Presenciais, nos prazos estabelecidos nos editais institucionais e será realizada por semestre ou módulo no curso pretendido, quando regimentalmente reconhecido o direito deste ato.

A matrícula será renovada anualmente ou semestralmente on-line, nos termos das normas aprovadas pelo CONSU, nos prazos estabelecidos no calendário escolar pela Reitoria, sendo que a não renovação da matrícula nos prazos fixados, implicará em abandono de curso ou desvinculação do discente da Instituição.

O requerimento de renovação de matrícula deverá ser instruído com o comprovante de pagamento ou de isenção das contribuições ou taxas devidas, bem como da quitação de débitos anteriores, além de prova de quitação com as obrigações eleitorais, militares e civis, quando for o caso.

Será concedido o trancamento da matrícula para o efeito de, interrompidos os estudos, manter o discente vinculado à Instituição e seu direito à renovação de matrícula no prazo fixado e é concedido regularmente e a qualquer tempo.

O trancamento de matrícula será concedido, se requerido nos prazos estabelecidos, por tempo expressamente estipulado no requerimento e nunca superior, no seu total, à metade da duração do curso em que se encontre matriculado o requerente.

O aluno deve estar ciente das adaptações a que terá de submeter-se quando do seu retorno, em vista das possíveis alterações curriculares por ocasião de seu afastamento, atrasando a conclusão de seu curso. Do requerimento do trancamento deverá constar, expressamente, o período de tempo de trancamento, que não poderá ultrapassar a dois anos letivos, observado o prazo máximo da integralização do curso. Ainda, o retorno fica condicionado à existência de vagas, tendo prevalência em relação às solicitações de transferências.

8.8.3 Da Transferência e do Aproveitamento de Estudos

As matérias cursadas em graduação superior podem ser aproveitadas de acordo com cada Colegiado de Curso de graduação e desde que verificadas equivalência de conteúdos, carga horária das disciplinas e frequência discente.

A transferência *ex officio* será efetivada, entre instituições vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, de acordo com a Lei 9.870/1999, Parecer CNE/CES 365/2003, quando se tratar de servidor público federal civil ou militar estudante, conforme legislação específica Lei 9.536/1997 e Artigo 49 da Lei 9.394/1996, ou seu dependente estudante, se requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, que acarrete mudança de domicílio para o município onde se situe a instituição recebedora, ou para localidade mais próxima desta.

A transferência *ex officio* não se aplica quando o interessado na transferência se deslocar para assumir
cargo efetivo em razão de concurso público, cargo comissionado ou função de confiança.

O aproveitamento a que se refere este artigo implica na dispensa de qualquer adaptação e de suplementação de carga horária desde que a carga horária da disciplina seja maior ou igual a 75%(setenta e cinco por cento) da disciplina a ser cursada no CENTRO UNIVERSITÁRIO. Está possibilidade esgota-se com a constatação de que o aluno foi regularmente aprovado em todas as disciplinas correspondentes a cada matéria.

Para os bacharelados em Direito e áreas de Saúde a dispensa de disciplinas deverá, também, ser ratificada mediante proficiência, caracterizada por prova elaborada atinente ao conteúdo cursado, com aprovação mínima de acordo com o Regimento Geral ou, em casos omissos, com o decidido pelo Colegiado de Curso.

O calendário acadêmico contemplará as datas alusivas ao aproveitamento das disciplinas.

O aproveitamento a que se refere este artigo não implica na dispensa do aluno do processo seletivo, em especial quando este não estiver vinculado na Instituição de origem e, considerando a existência de vaga no curso desejado, conforme Artigo 49 da lei 9.394/96.

Da mesma forma existirá a possibilidade de concessão de transferência a alunos regulares para outras IES, mesmo em virtude de inadimplência, em virtude de processo disciplinar em trâmite ou ainda em função de o aluno estar frequentando o primeiro ou o último período de seu curso.

Observado o disposto no artigo anterior, é exigido do aluno transferido, para integralização do currículo pleno, o cumprimento regular das demais disciplinas e da carga horária total, ou outra atividade, a critério do Colegiado de cada Curso.

O cumprimento de carga horária adicional, em termos globais, é exigido para efeito de integralização curricular, em função do total de horas obrigatórias à expedição de seu diploma.

As disciplinas não cursadas integralmente e relativas a semestres anteriores ao semestre de ingresso do aluno, caracterizam-se como adaptações, podendo ser cursadas em horário ou período próprios a critério do Colegiado de cada Curso que definirá, também, seu número viável e caracterização das demais como dependências.

Entende-se por adaptação o conjunto das atividades prescritas pela UNISEPE, com o objetivo de situar ou classificar, em relação aos seus planos e padrões de estudo, aluno cuja transferência foi por ela aceita.

Na elaboração dos planos de adaptação são observados, os seguintes princípios gerais:

I. aspectos qualitativos e formais do ensino, representados por itens de programas, cargas horárias e ordenação das disciplinas, não devem superpor-se à consideração mais ampla da integração dos conhecimentos e habilidades inerentes ao curso no contexto da formação cultural e profissional do aluno;
II. a adaptação deve processar-se mediante o cumprimento do plano especial de estudo que possibilite o melhor aproveitamento do tempo e da capacidade de aprendizagem do aluno;
III. a adaptação refere-se a estudos feitos em nível de graduação, dela excluindo-se o processo seletivo e quaisquer outras atividades desenvolvidas pelo aluno, para ingresso no curso;

IV. quando forem prescritos no processo de adaptação estudos complementares, podem os mesmos realizar-se no regime de matrícula especial por disciplinas;
V. não estão isentos de adaptações os alunos beneficiados por Lei especial que lhes assegure a transferência em qualquer época e independentemente de existência de vagas, salvo quanto às disciplinas do currículo mínimo cursadas com aproveitamento;
VI. quando a transferência se processa durante o período letivo, são aproveitados conceitos, notas, créditos e frequência obtidos pelo aluno na instituição de origem até a data em que dela se tenha desligado.

8.8.4 Programas de Apoio Pedagógico

A IES oferecerá apoio para a participação de discentes em eventos como congressos, encontros, seminários e etc. Para tanto, divulga em seus murais internos e virtuais a agenda de eventos

relacionados às áreas dos cursos implantados e oferece auxílio financeiro para alunos que participarem.

Além disso, a Instituição organizará regularmente atividades desta natureza envolvendo toda a comunidade interna e membros da comunidade externa. Nestas atividades busca apoiar a divulgação de trabalhos de autoria dos seus discentes.

A IES oferecerá orientação acadêmica no que diz respeito à vida acadêmica e à aprendizagem. O apoio pedagógico ao discente será realizado pelos professores do Curso em que o aluno está matriculado. Os professores têm carga horária reservada para atendimento extraclasse.

Por fim, entre os programas de apoio pedagógico, estará a Monitoria, que é uma forma de estímulo ao aluno e de integrá-lo à docência. Tratará de uma função discente de natureza didático-científica a ser exercida junto a uma determinada disciplina cursada com sucesso.

O monitor será selecionado pela Coordenação de Curso, observado o Regulamento aprovado pelo Colegiado, dentre os alunos do curso que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino e pesquisa. A monitoria não implicará em vínculo empregatício e será exercida sob orientação de um professor, vedada a utilização de monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária de disciplina curricular.

8.8.5 Programas de Bolsas

O Núcleo do Vestibular desenvolve um trabalho junto à Mantenedora e Reitoria para a organização e seleção dos Programas de Bolsas. O discente que necessitar de bolsas parciais ou totais deverá encaminhar um requerimento à Direção, que o repassa para seleção. Uma vez aprovado, levando-se em conta critérios de inclusão social, o discente será cadastrado no sistema operacional com o tipo de bolsa mais apropriado às suas necessidades econômico-financeiras.

8.8.5.1 Programa Universidade para Todos - ProUni

É um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes brasileiros de baixa renda sem diploma de nível superior e que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. A seleção é feita pelos próprios organizadores do programa.

8.8.5.2 Programa FIES

O FIES é um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos destinadas a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

8.8.5.3 Programa Extensionista de Responsabilidade Social - PROERS

Programa mantido pela instituição com oferta de bolsas de estudos em percentuais que variam até 60%, destinado à inclusão social de estudantes economicamente desfavorecidos; estes, como contrapartida à bolsa recebida, desenvolvem ações junto a instituições ou organizações de responsabilidade social.

8.8.5.4 Bom Filho à Casa Torna

Bolsa concedida aos ex-alunos que tenham concluído curso superior. A bolsa é exclusiva para os cursos de graduação e o valor é divulgado semestralmente.

8.8.5.5 Programa de Pagamento Diferido - PPD

O Programa de Pagamento Diferido é um **Financiamento** Estudantil da UNISEPE destinado a **financiar** a graduação. No PPD o universitário pagará 50 % durante a graduação e os outros 50% **financiados** durante um período proporcional ao utilizado. O valor será baseado na mensalidade vigente. (consulte a portaria).

8.8.5.6 Convênio Empresa

São bolsas de estudos, exclusiva para cursos de graduação, concedidas para alunos de empresas, instituições públicas ou privadas previamente conveniadas. Consiste em descontos em percentuais (%) sobre o valor integral da mensalidade. Entende-se por Empresas Conveniadas aquelas que formalizarão sua adesão por meio de convenio.

8.8.6 Estímulos à Permanência

8.8.6.1 Programa de Nivelamento

O Nivelamento será organizado segundo cronograma estabelecido pelo Instituto Superior de Educação – ISE, tanto para a SEDE do ensino na modalidade presencial, quando no NEAD e para cada Polo de Apoio Presencial. Os Coordenadores dos Cursos e os Colegiados dos Cursos apresentam situações específicas em relação às necessidades de Nivelamento por parte dos discentes, direcionando-as à oferta gratuita de conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Química, Física e Biologia, ministrado por docentes da IES, tanto na forma presencial na SEDE, no NEAD ou nos Polos de Apoio Presenciais, com a opção de oferecer também a distância para ambas as modalidade e ensino.

8.8.6.2 Atendimento Psicopedagógico

Instituto Superior de Educação - ISE possuirá uma equipe que cuidará do Programa de Apoio Discente - PAD. Assim, desenvolverá o seu trabalho de apoio psicopedagógico/ psicológico ao discente por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico aos Discentes – APSI, que possui regulamentação própria aprovada pelo CONSU. O atendimento psicopedagógico ao discente

também poderá ser estendido a comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo ensino-aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente.

8.8.6.3 Acompanhamento dos Egressos

A IES manterá um Programa de Acompanhamento ao Egressos (PAE), cujo o objetivo é o de manter contato com o egresso, na divulgação de suas políticas de ensino, iniciação a pesquisa e extensão, e possibilitar-lhe-á retorno à vida acadêmica, levando em conta o seu perfil.

Em relação ao auxílio financeiro a egressos, existirá incentivo traduzido na concessão de bolsas de estudos parciais.

Em *site* institucional, o egresso terá à sua disposição, como forma de contato permanente, questionário elaborado que, respondido eletronicamente, servirá à instituição como recurso de ciência de sua vida, em termos de local de trabalho, renda mensal, aplicabilidade do curso efetuado, avaliação do currículo cursado no exercício da prática profissional, além da necessidade de formação continuada.

8.8.7 Ouvidoria

A Ouvidoria da IES, será um elo entre a comunidade interna e externa e as instâncias gestoras da Instituição, visando agilizar a administração e contribuir para com a missão institucional. São objetivos da Ouvidoria:

- assegurar a participação da comunidade na Instituição, para promover a melhoria das atividades desenvolvidas;
- reunir informações sobre diversos aspectos da IES, com o fim de contribuir para a gestão institucional.

O Ouvidor da IES age de acordo com as seguintes prerrogativas:

- facilitar e simplificar ao máximo o acesso do usuário ao serviço de Ouvidoria;
- atuar na prevenção de conflitos;

- atender as pessoas com cortesia e respeito, evitando qualquer discriminação ou pré-julgamento;
- agir com integridade, transparência e imparcialidade;
- resguardar o sigilo das informações;

- promover a divulgação da Ouvidoria, tornando-a conhecida dos vários públicos que podem ser beneficiados pelo seu trabalho;
- agir em consonância com o Reitor da instituição.

Presencialmente, a Ouvidoria estará a cargo do Reitor da instituição e, paralelamente, o sistema eletrônico será disponibilizado à comunidade acadêmica, no envio de reclamações, sugestões, consultas e elogios; concomitantemente à Reitoria da IES e, também, eletronicamente, a Mantenedora recebe as demandas postadas, podendo contribuir com aconselhamentos, soluções e recomendações pertinentes, agindo como coparticipante neste elo de comunicação.

8.8.8 Internacionalização

A política de internacionalização da Instituição propõe o fortalecimento e a transversalidade das ações de acadêmicas como um meio para desenvolver a Educação Superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela instituição à comunidade acadêmica e à sociedade. Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, vislumbra-se aferir competitividade internacional aos discentes, de modo a torná-los preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos diante dos desafios sociais contemporâneos.

Nesse sentido, o fomento da internacionalização e de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, estão divididas em três eixos:

a) Mobilidade acadêmica;
b) Cooperação internacional, e;
c) Eventos e cursos internacionais.

As ações promovidas em cada eixo e seus respectivos objetivos são:

- Eixo 1: Mobilidade acadêmica de discentes e docentes – inserção para cursar e lecionar parte de seus estudos em instituição estrangeira parceira, bem como receber discentes e docentes estrangeiros para que possam cursar e lecionar na Instituição, ainda que a mobilidade aconteça mediada por tecnologia;

- Eixo 2: Cooperação científica para pesquisa e extensão – promover, em conjunto com parceiros internacionais, a produção de conhecimento e intervenções na comunidade que está inserida;
- Eixo 3: Eventos e cursos internacionais – estimular a participação de discentes e docentes em eventos e cursos internacionais de curta, média e longa duração, no âmbito da Instituição e no exterior.

A realização desse propósito implica reestruturações e gestão acadêmica, de modo a proporcionar aos estudantes (nacionais e internacionais) mobilidade e trajetórias de formação mais flexíveis, em caráter multi e interdisciplinar, a fim de abordar temas complexos, promover o desenvolvimento do espírito crítico e uma perspectiva que seja, simultaneamente, cosmopolita e humanista. Nessa direção, os esforços a serem empreendidos pela Instituição visam potencializar a atuação internacional de seu corpo docente e técnico-administrativo, para a integração de atividades acadêmicas em circuitos internacionais, ampliando o sentido social e os efeitos da produção educacional, científica, tecnológica e cultural do Unifia e do Grupo UNISEPE.

Parceria Internacional

No âmbito da internacionalização, a Instituição pelo Grupo UNISEPE possui um convênio com a Instituição americana – MUST UNIVERSITY – Florida, bem como com a Corporacion Dental Limitada (Santiago – Chile).

8.9 Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação).

A IES, com larga tradição Na Educação Superior e constante inovação, em seus cursos presenciais de graduação busca o constante estímulo e difusão para a produção acadêmica discente. Para ratificar e proporcionar maior estímulo, Instituição mantém 4(quatro) revistas eletrônicas indexadas online: SAÚDE EM FOCO ISSN 2236-0123 / GESTÃO EM FOCO ISSN 2175-733-X / EDUCAÇÃO EM FOCO ISSN 2175-7321 E DIREITO EM FOCO ISSN 2236-2320. Onde além de publicações dos docentes, publicamos os trabalhos dos discentes. Em atividade deste o ano de 2009, recebe diversas publicações de outras instituição, inclusive de fora do estado onde atuamos.

Como nos cursos presenciais, também para a modalidade EaD, anualmente promoveremos a Jornada Científica, momento em que os discentes, sobre a orientação dos professores divulgam

seus trabalhos de conclusão de curso, pesquisas, artigos, relatórios científicos entre outras iniciativas.

As políticas institucionais e ações de estímulo possibilitam apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

9.1 Infraestrutura Física

A infraestrutura física está apresentada em forma descritiva ao invés de tabela para melhor visualização. A infraestrutura física e instalações acadêmicas está dividida em: infraestrutura física; infraestrutura acadêmica. A infraestrutura física está dividida em salas de aula; outras áreas; áreas de uso comum e administração.

9.1.1 Localização

São 3 Prédios com aproximadamente 10.000 metros quadrados, localizado à Rua Madame Schimidt, 90, – Nossa Senhora de Fátima.

9.1.2 Instalações específicas

Instalações Administrativas

A Instituição possui três blocos construídos, cada qual com quatro pisos. O setor administrativo está equipado com mobiliário e infraestrutura tecnológica adequadas. As seguintes dependências integram a administração: sala de Professores; salas de Coordenadores; Secretaria/Registros Acadêmicos/Atendimento; Tesouraria e sanitários masculino e feminino.

Salas de aula

A IES possui 47 salas de aula. Todas as salas com perfeitas condições para a prática pedagógica com excelente conforto. Todas as salas são equipadas com Datashow.

As salas de aula são amplas, arejadas com cadeiras universitárias, mesa para o professor e ventiladores perfazendo um total de área de aproximadamente 70 m^2, em média

Piso cerâmico, paredes com pintura clara, boas condições de iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes, boas condições de acústica e ventilação.

Sala de Metodologias Ativas

A IES possui uma sala específica para a utilização didático-pedagógica na modalidade de “aula invertida”, ou seja, no inovador processo de ensino e aprendizagem de Metodologia Ativa, com capacidade para 60 pessoas.

Laboratórios de Informática

A IES possui 4 laboratórios de informática disponível aos alunos, equipado com 25 computadores e 01 laboratório com 40 computadores, conectados à internet e com rede “wifi” disponível para os alunos que utilizam seus próprios *notebooks*.

Biblioteca

A biblioteca possui o acervo necessário com livre acesso a toda a comunidade acadêmica. Possui ainda mesas para estudos e computadores disponíveis com livre acesso.

Sala de estudos

A IES possui, junto à biblioteca, sala de estudos com cabines individuais e local adequado para estudos em grupos.

Gabinetes para os docentes de Tempo Integral

Os docentes de tempo integral possuem gabinete próprio de trabalho em condições adequadas às suas atividades.

As salas destinadas aos professores em tempo integral oferecem gabinetes de trabalho equipados com computadores conectados à internet. Tais locais possuem dimensão e conforto compatíveis para desenvolvimento das atividades, além de iluminação e ventilação natural e artificial.

A equipe de limpeza executa sua tarefa, nestes locais, nos períodos matutino, vespertino e noturno ou quando necessário, para manutenção do estado de conservação e limpeza. Todos são mobiliados com mesas, cadeiras e arquivos de aço, para uso exclusivo dos docentes.

Toda a manutenção (preventiva ou corretiva) é permanentemente efetuada pela equipe de manutenção (predial e de TI). A manutenção preventiva é programada segundo uma planilha de agendamento e a manutenção corretiva quando necessária, é imediata.

Sala de Professores

A Instituição possui sala específica para os professores e de reuniões, com dimensão de 51m² e dois banheiros que totalizam 6m². Com sofá, mesa e cadeiras, encontra-se plenamente adequada à sua finalidade. A sala possui iluminação natural (janelas) e iluminação artificial (lâmpadas fluorescentes), além de ventilação artificial (ventilador de parede) e ventilação natural (janelas).

A equipe de limpeza, nos períodos da manhã, tarde e noite, mantém o estado de conservação e limpeza. A construção é em alvenaria, o que proporciona um ambiente confortável e com a comodidade necessária.

A sala está permanentemente conectada à internet, o que permite aos docentes a utilização de seus próprios aparelhos de TIC, além de computadores instalados para seu uso. Nesta sala encontra-se também um quadro de avisos, uma bancada para café e água e bebedouro.

Área de convivência e Cantina

A IES possui adequado e confortável espaço de convivência e Cantina.

Quadra

Junto à área de convivência com livre acesso e utilização por toda a comunidade acadêmica.

Auditório

O auditório possui 305m² e capacidade para 275 pessoas e é colocado à disposição da comunidade acadêmica e da sociedade de modo geral; localizado no pavimento térreo do prédio, mantém padrão de qualidade permitindo a distribuição da acústica e a climatização ambiente visto que munido de ar-condicionado. Possui, ainda, dois banheiros que totalizam 6 m².

9.2 Infraestrutura acadêmica

Laboratórios específicos

Laboratório de Anatomia – localizado no prédio nº 02, com construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em laje, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Com área total de 90m^2.

Laboratório de Enfermagem – O Laboratório de Práticas de Enfermagem situado no 2º piso do prédio 02, com 90m², tem por objetivo proporcionar aos discentes um aprendizado técnico-científico de forma dinâmica, progressiva e participativa, capacitando-os a desenvolver ações que visam à assistência integral ao ser humano. Conta com o apoio dos professores, com carga horária para atendimento aos discentes.

Laboratório Multidisciplinar - localizado no prédio nº 01, com construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em laje, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Instalado numa área de 120 m^2
Equipamentos: o laboratório contém bancadas de trabalho azulejadas, armários em madeira, chuveiro de segurança com lava-olhos, capela e todos os equipamentos e materiais específicos.

Laboratório Dança/Ginástica/Lutas – localizado no prédio nº 01 em sala com 90m^2. Construção em alvenaria, piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro com material termoacústico, boas condições de ventilação e iluminação natural; iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventilador de parede.

Laboratório de Medidas e Avaliação – localizado no prédio nº 2, instalado numa área de 60 m^2. Piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em material termo acústico, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes.
Equipamentos: contém equipamentos e materiais diversos como aparelho de medida de flexibilidade, aparelho de medida de impulsão vertical, esfigmomanômetros, estetoscópios, frequencímetros, balança, estadiômetro, adipômetros, fitas métricas, manguitos e outros.

Laboratório de Nutrição (Técnica e Dietética) – localizado no prédio nº3, em sala de 120m^2. Construção em alvenaria, piso em cerâmica, paredes azulejadas, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes.
Equipamentos: contém equipamentos e materiais diversos como fogão, pia, balcão móvel, bar, mesa para manipulação de alimentos, forno etc.

Laboratório de Psicologia – Sala de Espelhos - O Laboratório conta com material de alta tecnologia para que o aluno possa realizar as observações durante as aulas práticas de várias

disciplinas. Utiliza um espaço privilegiado, de sala de espelho, onde o ensino ocorre em tempo real.

Núcleo de Práticas Jurídicas - Construção em alvenaria, piso de material plástico especial,

pintura acrílica, forro em material termoacústico, perfeitas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Ventiladores de parede. Parte interna em divisórias termoacústicas e alvenaria, contendo: Tribunal do Júri, Sala do Juiz, Sala de Audiências, Sala da Promotoria, Sala OAB, Sala Oficial de Justiça, Sala Testemunhas, Sala de Espera, Laboratório de Informática específico do NPJ, Salas de Atendimento à população, Saguão de Espera, Secretária Civil, e ampla área de circulação.

Laboratório de Estética – local desenvolvido para as práticas didático pedagógicas abrangendo atividades de ensino através do desenvolvimento da Prática Profissional Supervisionada (Estágio Obrigatório), atividades de Pesquisa através de investigações realizadas para Trabalhos de Conclusão de Curso e Extensão no que concerne atendimento à Comunidade. O Laboratório possui infraestrutura adequada às competências profissionais do Tecnólogo em Cosmetologia e Estética abrangendo as áreas de Estética Facial e Corporal, Terapias Complementares, Anexos Cutâneos, Cabelos, Maquilagem e Gestão. Todos os procedimentos realizados são fundamentados nos POP´S (Procedimento Operacional Padrão) registrados no Manual de Biossegurança do Laboratório de Estética e Cosmética.

Laboratório de Biologia - Localizado no prédio nº 1, instalado numa área de 60 m^2, o laboratório abriga as atividades práticas de Fisiologia Humana e Microscopia, Embriologia, Citologia e Histologia, Microbiologia, com piso cimentado e pintado, pintura acrílica, forro em material termoacústico, boas condições de ventilação e iluminação natural, iluminação artificial com lâmpadas fluorescentes. Equipamentos: o laboratório contém bancadas de trabalho em pedra ardósia com cubas em inox, capela, chuveiro de segurança com lava-olhos e todos os equipamentos e materiais específicos.

Laboratório de Reabilitação Física e Funcional **-** Localizado no prédio nº 1, um laboratório dedicado aos estudos de reabilitação física e funcional em uma instituição acadêmica confere uma série de vantagens distintas. Em primeiro lugar, oferece um ambiente controlado que propicia a aplicação prática de conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula. Tal ambiente possibilita não apenas a prática clínica, mas também a realização de experimentos, permitindo que estudantes e pesquisadores testem hipóteses e teorias em um contexto controlado. O laboratório também facilita a condução de pesquisas na área, propiciando o desenvolvimento de novas técnicas de reabilitação e contribuindo para o avanço científico. A disponibilidade de

equipamentos e tecnologia possibilita a realização de simulações realistas e o desenvolvimento de intervenções mais eficazes para a reabilitação física e funcional. Além disso, tais laboratórios promovem a colaboração interdisciplinar, fornecendo um espaço onde estudantes e profissionais de diferentes áreas podem reunir-se para abordar problemas complexos relacionados à

reabilitação. Essa abordagem colaborativa não apenas enriquece a experiência educacional, mas também promove uma compreensão mais holística dos desafios enfrentados na prática clínica.

Brinquedoteca

Sua utilização é permitida apenas nos seguintes casos: Atividades práticas em aulas de graduação, pós-graduação ou cursos de extensão. Nesses casos, as práticas realizadas por discentes devem ser acompanhadas, em tempo integral, pelos docentes designados para a disciplina específica da atividade proposta;

Períodos fora do horário de aulas. Apenas com autorização por escrito do coordenador do curso. Nesse caso, um dos utilizadores do espaço deve se responsabilizar por escrito pela manutenção da ordem e de conservação de espaços e materiais.

Eventos específicos. Uso mediante autorização do coordenador de curso e elaboração de projeto nas normas próprias do Grupo UNISEPE, justificando a necessidade de utilização, processos e responsável pela manutenção da ordem e conservação de espaços e materiais.

Os docentes e discentes ao utilizarem a brinquedoteca devem ter consciência dos objetivos do espaço utilizado, construindo ações de cunho pedagógico e formativo. A fragilidade de muitos dos materiais disponíveis solicita cuidado em seu manuseio.

Os materiais para serem utilizados na brinquedoteca ficam disponíveis dentro do próprio laboratório, não sendo permitido a retirada de materiais do local, com exceção de quando justificado e autorizado pelo coordenador de curso.
Após a utilização do espaço todos os objetos devem ser devolvidos para o mesmo local de início.

As chaves da brinquedoteca devem permanecer em poder da secretaria e/ou técnico de laboratório, devendo ser retiradas com eles no início das atividades e devolvidas no final delas. O nome do solicitante é anotado juntamente com o horário de retirada das chaves e posteriormente, no horário de devolução.

Importante frisar que todas as instalações administrativas atendem às necessidades

institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica e a acessibilidade. Todos os espaços possuem avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial com existência de recursos tecnológicos diferenciados para os alunos.

9.2.1 Polo de Apoio Presencial

A Instituição ainda não possui nenhum Polo de Apoio presencial, porém, planeja nas unidades serão realizadas atividades presenciais previstas em Lei, tais como avaliações dos estudantes, aulas práticas em laboratório específico, quando for o caso, estágio obrigatório – quando previsto em legislação além de orientação aos estudantes pelos tutores, atividades de estudo individual ou em grupo, com utilização do laboratório de informática e da biblioteca, entre outras.

Terão espaços físicos destinados a abrigar a secretaria do Polo e as salas de tutoria. A secretaria concentrará toda a logística de administração acadêmica e operacional do polo, enquanto que os espaços para a tutoria devem contam com pequenas salas para atendimento de pequenos grupos e salas mais amplas para grandes grupos.

A composição da equipe de cada polo será composta pelo coordenador do polo, técnicos de laboratório de ensino, técnicos para laboratório de informática, bibliotecário, pessoal de secretaria.

9.2.1.1 Estudo para implantação dos Polos de Apoio Presenciais

A IES fará estudos que consideram a distribuição geográfica, a demanda reprimida por educação superior, a população do ensino médio regional, a demanda por cursos superiores, a taxa bruta e líquida de matriculados na educação superior e os indicadores estabelecidos no PNE.

9.2.1.2 Estrutura dos Polos de Apoio Presencial

Para oferecimento de Ensino na modalidade de EaD, o Polo de Apoio Presencial, considerando que os cursos de graduação a distância são constituídos por encontros presenciais pré-agendados e utilizam os espaços físicos de forma alternada, é necessária a seguinte estrutura:

- **Instalações Administrativas**: uma sala administrativa para recepção e atendimento dos candidatos do processo seletivo e Acadêmicos do referido polo.

- **Salas de Aula**: Salas de aula equipadas para atender as necessidades didático-pedagógicas dos cursos.

- **Sala de Coordenação do Polo**: uma sala ou espaço próprio para recepção e atendimento de Acadêmicos, bem como para administrar a implantação e o funcionamento local.

- **Sala de Tutoria**: uma sala ou espaço próprio para recepção e atendimento de Acadêmicos do referido polo.

- **Auditório/Sala de Conferência:** o Polo poderá disponibilizar uma área (sala) destinada para uso como auditório e/ou sala de conferência (se necessário), com mobiliário adequado e equipamentos de som e multimídia adequados para o seu pleno funcionamento.

- **Instalações Sanitárias**: para o funcionamento ideal, os polos devem possuir no mínimo 02 sanitários (masculino e feminino) com acesso independente e nunca dentro das salas utilizadas para atividades acadêmicas. Deve-se prever instalações sanitárias para PNEs.

- **Área de Convivência**: deve-se dispor de uma área equipada para a convivência dos Acadêmicos durante ou mesmo fora do período dos encontros presenciais. Este ambiente pode ou não contar com cantina, mas deve ser amplo e mobiliado para permitir que o Acadêmico possa usufruir de sua estrutura adequadamente.

- **Recursos de Informática**: um laboratório de informática para o desenvolvimento de atividades diversas. O laboratório de informática deve possuir, além da quantidade suficiente de microcomputadores, mobiliário disposto a favorecer a utilização dos mesmos pelos Acadêmicos para a realização de pesquisas e confecção de atividades e textos solicitados, com acesso a internet em banda larga.

- **Recursos de Tecnologia de Informação e Comunicação:** deve-se dispor de aparelhos multimídia, retroprojetores e aparelhos de som que atendam às necessidades do Polo.

- **Biblioteca**: a biblioteca deverá estar localizada em um local de fácil acesso com o acervo controlado pela administração do pólo e tendo em seu acervo a bibliografia indicada no

material pedagógico em quantidade suficiente. O mobiliário desse espaço (estantes, mesas e cadeiras) deve ser adequado para o propósito fim de uma biblioteca.

- **Laboratórios didáticos especializados e Laboratórios didáticos:** de acordo com o(s) curso(s) ofertado(s) deverão constar laboratórios didáticos específicos em consonância com a proposta pedagógica do curso.

9.2.1.3 Estrutura de Pessoal dos Polos de Apoio Presenciais

Os Recursos Humanos referente à equipe técnica, administrativa e docente (tutores e coordenador) serão:

- **Coordenador do Polo (titulação mínima de graduação):** para administrar a implantação e o funcionamento do polo. O coordenador também deverá gerenciar os funcionários e ajudar na distribuição dos materiais de estudos e materiais informativos. Disponibilizar informações no mural de avisos das salas de aula.

- **Responsável pela Secretaria:** para atendimento e secretaria, que trabalhará na recepção dos candidatos, orientação para inscrição no processo seletivo, dúvidas sobre Sistema de EAD da IES, e embora não execute atividades de secretaria acadêmica, departamento financeiro e outros setores da IES dos quais os Acadêmicos utilizam serviços, deve ter conhecimento do funcionamento dos mesmos para orientar os Acadêmicos sobre os procedimentos adequados para estas necessidades, a quem e como se reportar para tal.

- **Responsável pela Biblioteca:** o perfil da pessoa que ocupa essa função pode variar muito. O vínculo empregatício será definido pelo Polo.

- **Responsável pelo Laboratório de Informática:** O Polo deve indicar uma pessoa que responda pela função.

- **Responsável pelo Laboratório Especializado e Laboratório Didático:** deve ser graduado na área da especialidade do Laboratório que é responsável. O vínculo empregatício será definido pelo Polo. O Polo deve ter uma pessoa que responda por essa função.

- **Responsável pelos Serviços Gerais do Polo**: Deve-se indicar uma pessoa responsável.

9.2.2 Biblioteca

A Biblioteca foi planejada para disponibilizar a comunidade acadêmica uma infraestrutura facilitadora das atividades de consulta, pesquisa e estudo individual ou em grupo. Para tal, foi projetada em ambiente agradável, inteiramente em acordo com as normas de segurança, dispondo de iluminação e instalações adequadas e devidamente sinalizadas, além de um constante serviço de limpeza e segurança. Possui acesso próprio a PNEs. Possui uma posição para cadeirante com marcação necessária de acessibilidade, além de teclado ampliado, em braile, com fone de ouvido e sistema DOSVOX e NVDA instalados.

A Instituição dispõe de uma Biblioteca especializada para uso do corpo docente e discente e da comunidade da região, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. A Biblioteca, organizada segundo os princípios aceitos da Biblioteconomia, rege-se por regulamento próprio.

Os serviços da Biblioteca são supervisionados por um bibliotecário legalmente habilitado e executados por seus auxiliares. O bibliotecário é indicado pela Reitoria para nomeação da Mantenedora. A Biblioteca funciona, diariamente, durante períodos compatíveis com os trabalhos acadêmicos.

Ao Bibliotecário compete:

I. organizar o Regimento Interno da Biblioteca, submetendo-o à aprovação do Reitor;
II. organizar e manter sempre atualizado o sistema de classificação e tombamento das obras;
III. zelar pela conservação de móveis, equipamentos e do acervo; e
IV. desincumbir-se de todas as atividades que por sua natureza, se situem no âmbito de sua competência.

9.2.2.1 Espaço Físico

Localizada no Prédio 2. A Biblioteca conta com uma área de 332,04 m², dividida em Sala de Bibliotecário, Área de Recepção, Área de Leitura com 20 mesas quadradas para 4 pessoas, Área de Acervo, Salas de Estudos em Grupo, 7 Cabines de Estudos Individuais, sanitários, inclusive com adaptação para PNEs, Cabines para Internet e armários que abrigam materiais dos usuários. A biblioteca, em todo o seu complexo, possui áreas reservadas para acervo bibliográfico, videoteca, cdteca, pesquisas e restauração dos livros.

9.2.2.2 Funcionamento

A Biblioteca atende professores, funcionários, alunos, ex-alunos e a comunidade são-lourenciana, funcionando de segunda à sexta-feira das 13:00 às 22:00 horas.

Bibliotecária Responsável: Fernanda Pereira de Castro - CRB6/2175

9.2.2.3 Instalações para Estudos Individuais

Dentro da biblioteca existem as salas de estudos em grupo ou individual, num total de 07 (sete) salas, com medidas variáveis e se destinam para os alunos poderem utilizar para o desenvolvimento de estudos de maneira reservada.

9.2.2.4 Instalações para Estudos Coletivos

Dentro da biblioteca existem as salas de estudos em grupo ou individual, num total de 07 (sete) salas, com medidas variáveis e se destinam para os alunos poderem utilizar para o desenvolvimento de estudos de maneira reservada.

9.2.2.5 Acervo

O acervo bibliográfico conta com mais de 27 (vinte e sete) mil exemplares nas áreas dos cursos ministrados pelo Centro Universitário de São Lourenço. A atualização do acervo, é sistemática e permanente. A principal fonte de indicação para a atualização vem do corpo docente do Centro Universitário e a outra forma é através dos alunos. A quantidade de exemplares varia de acordo com a necessidade de cada um dos cursos oferecidos, mantendo-se o exigido pelo instrumento de avaliação de curso em vigor em seu conceito satisfatório para o indicador.

O Acervo Bibliográfico já existente encontra-se distribuído em 164 estantes de aço, distribuído por assunto, em local próprio, catalogado segundo o Sistema de Classificação Decimal de Dewey, que o divide em grandes áreas. A catalogação utiliza normas internacionais.

O constante avanço do conhecimento nas diversas áreas do saber faz com que exista uma política de atualização e incremento da Biblioteca bastante séria e eficiente que garanta o dinamismo do planejamento acadêmico.

Para tanto, a Instituição utiliza um sistema em que os Coordenadores de cada curso por meio de formulário próprio, encaminham as solicitações, tanto dos professores quanto dos alunos, explicitando a importância e urgência da aquisição.

Para facilitar as indicações são colocados à disposição da comunidade acadêmica, catálogos de lançamentos das diferentes editoras, bem como periódicos especializados.

Nesta etapa, a Bibliotecária também possui uma função bastante importante. Faz suas sugestões tendo como base o índice de procura e interesse dos professores e alunos em relação à determinada obra.

Além das sugestões que podem ser feitas durante todo o ano, são adquiridos em sua totalidade os títulos indicados na bibliografia básica de cada curso.

Os títulos indicados na bibliografia básica (mínimo de três títulos) no Projeto Pedagógico do Curso atendem aos programas das disciplinas do curso, em quantidade suficiente, e está informatizado, atualizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Os títulos da bibliografia complementar que constam no Projeto pedagógico do Curso atendem suficientemente aos programas das disciplinas, com pelo menos dois exemplares de cada título.

A Biblioteca conta também com Acervo Virtual com acesso pelo portal acadêmico.

A parceria da UNISEPE com Plataformas Digitais, conta com uma base de dados virtual/digital composto por vários títulos, que abordam diversas áreas de conhecimento, com acesso pelo Portal Acadêmico.

Com acesso gratuito está disponível para a comunidade acadêmica por autenticação do usuário no Portal Acadêmico, sendo esse acesso único e exclusivo dos alunos regularmente matriculados junto ao UNISEPE, e/ou vinculado à base, não sendo permitido o acesso, a consulta, downloads por alunos que não estejam matriculados e/ou vinculado a base.
A consulta pode ser feita em vários dispositivos: computadores, notebooks, tablets.

9.2.2.6 Livros

Discrimina-se no quadro abaixo o acervo da biblioteca por área de conhecimento, tomando como base a Classificação Decimal de Dewey – CDD

LIVROS

Área do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	742	2180
Ciências Biológicas	159	492
Engenharias	24	53
Ciências da Saúde	903	2852
Ciências Agrárias	17	49
Ciências Sociais Aplicadas	5731	13825
Ciências Humanas	2854	5224
Lingüística, Letras e Artes	1723	2466
TOTAL	**12154**	**27142**

VÍDEO

Áreas de Conhecimento	N.º Títulos	N.º Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	118	118
Ciências Biológicas	103	103
Engenharias	-	-
Ciências da Saúde	46	46
Ciências Agrárias	-	-
Ciências Sociais Aplicadas	314	314
Ciências Humanas	332	332
Lingüística, Letras e Artes	92	92
Total	**1.005**	**1.005**

9.2.2.7 Informatização

A área destinada à pesquisa possui 20 (vinte) computadores com acesso à Internet, salas de áudio e vídeo, cabines individuais de estudo e dois terminais de consultas. O sistema de reserva de livros também foi informatizado, permitindo que alunos e professores façam, diretamente nos terminais, suas consultas e reservas. O serviço garante agilidade e reduz o tempo de espera.

9.2.2.8 Base de Dados

Totalmente informatizada de acordo com as normas de catalogação AACR2 e a Classificação Decimal Dewey. Sistema utilizado pela Biblioteca é o Pergamum.

9.2.2.9 Política de Expansão e Atualização do Acervo

A Biblioteca da Instituição, tem sua Política de Expansão e Atualização do Acervo da Biblioteca, onde define como deve ser os critérios de aquisição, manutenção e atualização das coleções de livros, periódicos e demais materiais, em qualquer suporte (papel, meio magnético ou eletrônico) por meio de compra, permuta e recebimento de doações, de acordo com o orçamento disponibilizado pelo Centro Universitário ao setor da Biblioteca. Atendendo à critérios específicos dos órgãos regulamentadores de educação ao nível nacional. Tem regulamento próprio.

9.2.2.10 Plano de Contingência

O Plano de contingência da Biblioteca, visa elencar os parâmetros que balizarão os procedimentos para a Bibliotecária do centro universitário e para garantir a continuidade dos serviços aos usuários em casos imprevistos. São previstos o crescimento da demanda, os casos de emergência, bem como assegurar a acessibilidade e a segurança. Possui regulamento próprio.

9.2.2.11 Repositório Institucional

O Repositório Institucional (RI) do Centro Universitário de São Lourenço (UNISL) tem como missão: armazenar, preservar, divulgar e oferecer acesso à produção científica e institucional da Instituição tem por objetivo disseminar e possibilitar o acesso aberto, à produção científica, acadêmica, artística, técnica e administrativa do Centro Universitário.

É um conjunto de serviços oferecidos pela Biblioteca da Instituição para a gestão e disseminação da produção científica da IES, em conjunto com a coordenação do curso e o Setor de Tecnologia da Informação que fica disponibilizada na página da Biblioteca no site da Instituição.

9.2.3 Atendimento a Alunos com Deficiência

9.2.3.1 Atendimento para Acessibilidade Arquitetônica

A topografia acidentada que caracteriza toda a região urbana de São Lourenço dificulta, mas não impede que a Instituição cumpra os preceitos legais. Assim foi privilegiada a construção de rampas e áreas de circulação amplas.

Existem sanitários especialmente construídos para uso por pessoas com necessidades especiais com portas de dimensões apropriadas, vasos mais elevados, barras de apoio laterais, pisos antiderrapante, pia adaptada. Pisos táteis estão adequadamente colocados, placas em braile

sinalizam as instalações e alarmes sonoros estão adequadamente instalados nos sanitários. Caso ingressem nos cursos, pessoas deficientes visuais / auditivos a Instituição se compromete a proporcionar apoio especial até a conclusão do curso, visto possuir em seu quadro docente profissionais qualificados em LIBRAS e Braille.

Para maior comodidade, quando ingressa algum cadeirante ou pessoas com dificuldade de locomoção a turma deste aluno é alocada em sala de aula próxima a locais adequadamente reservados para acesso, tornando a sua locomoção perfeitamente viável.

Os 3 prédios e 4 andares da Instituição são acessíveis e oportunizam movimentação autônoma. Possuímos largas rampas de acesso com sinalização em braile, além de elevador. Todos os prédios do campus possuem piso tátil e identificação vai e vém de mobilidade, pois temos um professor com baixa visão e toda a comunidade acadêmica foi treinada. Os espaços da Instituição também possuem sinalização para cadeirantes em espaços administrativos, auditório, salas de aula, laboratórios e Biblioteca.

9.2.3.2 Atendimento para a Acessibilidade nas Comunicações, Pedagógica e Atitudinal

A IES dispensa de atendimento prioritário, que envolve tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com assistência da coordenação do Programa de Acessibilidade ao Deficiente (PROAD).

A instituição coloca à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitem o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas.

O Instituto Superior de Educação (ISE) procura aplicar as normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

A instituição oferece atendimento educacional especializado de forma institucionalizada por meio da Coordenadoria do Programa de Apoio Discente (PAD), apresentando um compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência visual conclua o curso mantendo uma sala de apoio equipada.

A IES apresenta compromisso formal de, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência auditiva conclua o curso, a necessidade de propiciar intérprete de língua de

sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas; e a dotação de flexibilidade na correção das provas escritas; além de estimular o aprendizado da língua portuguesa e de proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

A Coordenadoria do Programa de Apoio ao Discente (PAD) cuida para que sejam atendidos os princípios da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aceitando a matrícula deste aluno, bem como incentiva a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, a pais e responsáveis, e/ou estimula a pesquisa científica relativa ao tema.

9.2.4 Sala(s) de Apoio de Informática ou Infraestrutura Equivalente

9.2.4.1 Inovações Tecnológicas significativas e Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

As tecnologias utilizadas permitem a segurança e execução do PDI, disponibiliza-se de sistemas para integrações entre acadêmicos e administrativos, que garantem comunicação garantido a acessibilidade comunicacional entre a comunidade acadêmica e administrativa com soluções inovadoras, garantindo segurança e estabilidade.

A infraestrutura tecnológica da IES busca seguir os padrões e normas de qualidade estabelecidos no mercado e que são requisitos para o bom funcionamento de uma estrutura corporativa de Tecnologia da Informação - TI. Em relação à segurança lógica, utiliza mecanismos de proteção de acesso a dados. A segmentação da rede local é feita por VLANs (Virtual Lans), permitindo uma estrutura de segurança em zonas, de forma que cada zona permita o acesso às informações necessárias e suficientes aos usuários daquela VLAN. A interligação entre todos os prédios são feitas através de fibras óticas os computadores segue uma imagem que conta sempre com os pacotes de software mais atualizados, como antivírus e ferramentas de produtividade. Os acessos e senhas com o identificador institucional autentica o usuário e possibilita o acesso aos sistemas e serviços, de acordo com seus direitos de acesso.

9.2.4.2 Rede Administrativa

A Rede de computadores da Instituição é formada através da rede LAN interligando nosso Datacenter interno através de fibra ótica entre os prédios administrativos e a biblioteca utilizando da topologia estrela, as autenticações são todas controladas através de usuários únicos para segurança da rede com servidores de autenticação Primary Domain Controller (PDC).

O Datacenter interno está localizado no prédio administrativo onde saem os UPLINKS de interligações com os departamentos administrativos, este departamento hospeda aplicações para gerenciamento administrativo e acadêmico da instituição através de servidores firewall, domínio PDC, DHCP e WiFi, sistema de backup, roteadores, switch, nobreak e sistema de climatização.

Sistemas Externos, utiliza-se de sistemas de gerenciamento acadêmico e administrativo hospedados em datacenter com suporte e monitoramento 24x7 e SLA de 99,5% de disponibilidade, portal para acessos de alunos utilizando o Moodle para atividades acadêmicas (AVA), Totvs Microsiga Protheus e Sistemas de Gerenciamento Acadêmico e Financeiro desenvolvido pelo Grupo Unisepe, Sistema para controle de patrimônio de ativos para informática.

Seção de apoio interno, é responsável pelo suporte interno de alunos, professores e funcionários além de fazer o gerenciamento do inventário de software e hardware do campus e polos através de sistemas para recuperação de informações automáticas.

Seção de apoio externo localizado no centro de São Paulo onde possui um dos datacenters, é responsável por atender os funcionários e sistemas do Campus e polos, implantação, homologação e desenvolvimento tecnológico.

Sistemas Externos

Utiliza-se de sistemas de gerenciamento acadêmico e administrativo hospedados em Data Center com SLA de 99,5% de disponibilidade, portal para acessos de alunos utilizando o Moodle para atividades acadêmicas (AVA), Totvs Microsiga e Protheus para gestão de pessoas e controle de contas a pagar e o SIGE desenvolvido pelo Grupo Unisepe para gestão acadêmica e Financeira do corpo discente.

Seção de Apoio Interno

É responsável pelo suporte interno de alunos, professores e funcionários além de fazer o gerenciamento do Inventário de Software e Hardware do Campus e polos.

Seção de Apoio Externo

Localizado no Centro de São Paulo onde possui um dos Data Centers, é responsável por atender os funcionários e sistemas do Campus.

9.2.4.3 Rede Acadêmica

A Rede Acadêmica é formada através da rede LAN interligando nosso datacenter interno através de fibra ótica entre os prédios e a biblioteca através da topologia estrela assim como nossos polos que são gerenciados em sua rede local.

Terminais para alunos são disponibilizados nas dependências da biblioteca com acesso à internet para fins acadêmicos.
Rede Wifi é disponibilizado para acesso à internet através de aceite on-line do termo de responsabilidade utilizando usuário e senha própria do portal, os alunos podem utilizar recursos tecnológicos nas dependências da IES.

Rede Wifi para uso exclusivo de docentes nos laboratórios de práticas acadêmicas disponibilizado para acesso à internet e utilização de recursos tecnológicos nas dependências da IES.

A IES possui 4 laboratórios de informática, com um total de 110 computadores conectados a internet e com os recursos necessários. Todos os laboratórios possuem uma posição para cadeirante com marcação necessária de acessibilidade, além de teclado ampliado, em braile, com fone de ouvido e sistema DOSVOX e NVDA instalados.

Durante todo o dia e noite (até as 22h), todos os computadores estão disponíveis aos alunos. Durante todo o tempo, o aluno, usuário, possui um técnico responsável a sua disposição, para atendê-lo nos laboratórios.

O Técnico responsável pelos laboratórios tem a função e competência para, além do atendimento constante aos alunos, tratar contínua e periodicamente, da manutenção e atualização dos hardwares e softwares necessários para atender com excelência e qualidade as demandas do curso.

Além da disponibilidade dos computadores citados acima, na Biblioteca, os alunos possuem ainda 20 computadores (em cabines individuais), conectados à internet, disponíveis no período da tarde e noite.

Todos os laboratórios possuem condições de uso e acessibilidade adequadas aos portadores de necessidades especiais.

Sistema acadêmico hospedados em datacenter com suporte e monitoramento 24x7 e SLA de 99,5% de disponibilidade, utilizando login próprio o discente ou docente pode realizar acompanhamento/digitação de frequências, notas, conteúdo da disciplina, abertura de ouvidoria, solicitação de serviços (Secretaria Virtual), impressão de boletos on-line, acordo de débitos, rematrícula (on-line), fóruns de discussão por disciplinas entre outras funcionalidades oferecidas através do portal (AVA).

Sistema de atendimento automatizado monitorado através de relatórios por tipos de atendimento (FIES, PROUNI, ACORDO entre outros).

Sistema de solicitações on-line, permite que discentes façam solicitações eletronicamente, sem a necessidade de comparecimento presencial, o sistema permite o envio de documentos caso a solicitação exija, emite boleto em serviços necessários, permite acompanhamento no portal do aluno e envia e-mail a cada alteração de status do serviço.

POLÍTICA DE SEGURANÇA E PRIVACIDADE DOS DADOS

A segurança é um dos assuntos mais importantes dentre as preocupações da UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA - UNISEPE.

Temos nesse documento um conjunto de instruções e procedimentos para normatizar e melhorar nossa visão e atuação em segurança.

A Informação é um ativo que, como qualquer outro importante para os negócios, tem um valor para a Instituição e consequentemente necessita ser adequadamente protegida. A informação pode existir de diversas formas. Ela pode ser impressa ou escrita em papel, armazenada eletronicamente, transmitida pelo correio ou através de meios eletrônicos, mostrada em filmes ou falada em conversas. Seja qual for a forma pela qual a mesma é apresentada, transmitida, armazenada ou compartilhada, é recomendado que a mesma seja protegida adequadamente.

A Segurança da Informação protege a Informação de diversas ameaças para garantir a continuidade dos negócios, a integridade e a disponibilidade da mesma.

Política de Segurança são normas internas padronizadas pela empresa que devem ser seguidas à risca para que todas as possíveis ameaças sejam minimizadas e combatidas eficientemente pela equipe de segurança.

Todas as normas estabelecidas neste documento deverão ser cumpridas por todos os funcionários, parceiros e prestadores de serviços do UNISL Ao receber essa cópia da Política de Segurança, você comprometeu-se a respeitar todos os tópicos aqui abordados e está ciente de que seus e-mails e navegação na internet/intranet podem estar sendo monitorados. A equipe de informática encontra-se a total disposição para saneamento de dúvidas e auxílio técnico.

Política de Privacidade

A política de privacidade demonstra o compromisso entre a instituição com a segurança de informações coletadas dos discentes e todos os interessados em informações relativas à nossa entidade mantenedora e suas respectivas mantidas. Esta política fornece informações, como a Unisepe e suas mantidas, coletam e tratam suas informações, recomendamos que a visite a nossa política, pois a mesma estará sujeita a alterações e atualizações sem prévio aviso, respeitando sempre todas as leis e regulamentos cabíveis.

Em conformidade com Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018):

A UNISEPE e suas mantidas, (aqui compreendida por todas as empresas pertencentes ao seu grupo econômico), tem o compromisso de respeitar e garantir a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos titulares e por isso, declara que o tratamento de dados pessoais se dá para o desempenho de suas atividades legais, observando a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

A Instituição conta com estrutura de nobreak em seus servidores e departamentos críticos para manter o atendimento durante picos e quedas de Energia garantindo a contingência dos serviços.

A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço considerado no plano de contingência, a segurança da informação.
A Equipe responsável pela infraestrutura tecnológica ainda possui um plano de contingência e política de backup, que sempre garanta o funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana de toda a infraestrutura tecnológica.

Infraestrutura de execução e suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação possui uma equipe de técnicos. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva. O Departamento de Tecnologia da Informação IES planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva semestralmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição de acordo com a necessidade. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- Manutenção Preventiva: Realizadas semanalmente nos Laboratórios de Informática pelos técnicos da Instituição, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- Manutenção Corretiva (interna): Realizadas pelos técnicos da IES, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva ou identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente;

- Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna.

Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Instituição.

Desta forma, garantimos que a infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, possuímos um plano de contingência, redundância e expansão adequados a s demandas da IES.

9.2.4.4 Recursos Audiovisuais e Multimídia

Todas as salas com Projetores e equipamentos multimídia; Câmeras de monitoramento ao entorno do Centro Universitário; Controle de acesso com catracas informatizadas.

9.2.4.5 Manutenção, Conservação e Expansão dos Equipamentos

O Departamento de Tecnologia da Informação da IES possui uma equipe de técnicos. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva. O Departamento de Tecnologia da Informação IES planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva semestralmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição de acordo com a necessidade. As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente.

O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

Manutenção Preventiva: Realizadas semanalmente nos Laboratórios de Informática pelos técnicos, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;

Manutenção Corretiva (interna): Realizadas pelos técnicos da IES, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva ou identificadas pelo corpo administrativo, discente ou docente;

Manutenção Corretiva (externa): Realizada por empresa de suporte externa, consiste na solução dos problemas detectados na manutenção preventiva, não solucionados pela manutenção corretiva interna. Realiza manutenção e/ou troca de componentes. As manutenções externas são realizadas por empresas contratadas pelo Departamento de Tecnologia da Informação da Instituição.

Desta forma, garantimos que a infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, possuímos um plano de contingência, redundância e expansão adequados a s demandas da IES.

9.2.4.6 Plano de expansão e atualização de equipamentos

O campus dispõe atualmente de duas infraestruturas de Tecnologia da Informação com redes de computadores sendo elas acadêmica e administrativa entre impressoras e outros periféricos de comunicação.

Para manter este parque tecnológico a Instituição conta com um Departamento de Tecnologia da Informação. Estes são responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de expansão, atualizações e manutenções de equipamentos de Tecnologia da Informação visa garantir aos cursos de graduação, pós-graduação e extensão do UNISL a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. O programa de atualização, oferece acesso à tecnologia de softwares atuais disponíveis no mercado de acordo com a necessidade acadêmica do corpo docente. Toda programação financeira para ações de expansão e atualização está contemplado no orçamento.

9.2.5 Recursos Tecnológicos de Comunicação Institucional

A IES possui seus ativos de tecnologia interligados através da rede mundial de comunicação (Internet), estão disponíveis para o desenvolvimento de suas atividades, enfatiza a melhoria da qualidade dos processos e serviços baseados em tecnologias, conforme os seguintes objetivos estratégicos:

a) Melhorar continuamente a prestação de serviços eletrônicos à sociedade;

b) Automatizar processos organizacionais relativos às atividades acadêmicas e administrativas;

c) Apoiar a comunicação organizacional;

d) Atender às demandas institucionais e da sociedade, com qualidade, custos e prazos adequados;

e) Adotar padrões tecnológicos eletrônicos;

f) Dar suporte tecnológico à política de transparência de informação;

g) Instituir a política de segurança da informação e da comunicação;

h) Promover a sustentabilidade ambiental na TIC;

i) Aprimorar a gestão de processos de TIC;

j) Garantir infraestrutura adequada para os serviços de TIC;

k) Desenvolver competências técnicas e de gestão em TIC;

l) Garantir a efetividade na realização dos recursos orçamentários alocados às TIC.

As tecnologias utilizadas permitem a segurança e execução do PDI, disponibiliza-se de sistemas para integrações entre acadêmicos e administrativos, que garantem comunicação garantido a acessibilidade comunicacional entre a comunidade acadêmica e administrativa com soluções inovadoras.

O portal disponibilizado ao aluno, permite que o aluno possa interagir com o setor financeiro e secretaria, além de acesso ao AVA. No portal o aluno pode fazer solicitações de serviços on-line, impressão de boletos, acessar boletim de notas, histórico de semestres anteriores, fazer acordo de débito, rematrícula, abrir ouvidorias para os setores para expor elogios, reclamações e sugestões tudo de maneira on-line.

A plataforma Moodle é utilizada como ambiente virtual de aprendizagem (AVA), integrado com a plataforma BigBlueButton (BBB) possibilita a comunicação entre alunos, professores, coordenadores e tutores dentro do AVA, além dos conteúdos acadêmicos disponibilizados, podem participar de aulas/lives remotas on-line encurtando a distância entre aluno e professor.

A Comunicação interna é realizada através de e-mails, Skype, NCI e Lives BigBlueButton (BBB). Cada departamento possuí grupo de Skype e NCI para que possam se organizar no setor, quando necessário o responsável do setor faz reuniões para discutir projetos e questões pertinentes do setor utilizando a plataforma BigBlueButton aonde é aberto uma sala virtual para reunião.

O objetivo do NCI – Núcleo de Comunicação Institucional é prover a qualidade e a rápida comunicação interna e integração entre os órgãos da instituição. Utilizamos a ferramenta GLPI, um incrível software de gerenciamento de serviços baseado em tecnologias de código aberto. Ele ajuda a planejar e gerenciar mudanças de TI de maneira fácil, resolver problemas com eficiência, automatizar e ter visão dos processos, prazos, acompanhamentos das áreas envolvidas, reincidência de problemas e histórico de toda comunicação da IES.

A ferramenta Trello permite gerenciamento e acompanhamento de equipes com projetos em andamento, facilitando a organização, acompanhamento e conclusão da equipe de Tecnologia.

Comunicações externas são realizadas através de ferramentas de redes sociais, mídias externas, telefonia e e-mail.

Avaliação e Atualização Continuada = A equipe de Tecnologia da Informação atualiza periodicamente em parceria com a comissão própria de avaliação CPA. As ações de melhoria são evidenciadas a cada período através de avaliações feitas por alunos em cada disciplina permitindo a revisão melhorias contínuas dentro do próprio período, essa avaliação permite a inclusão de metodologias inovadoras como as citadas que está em constante atualização.

Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, e viabilizam as ações acadêmico-administrativas, além de garantirem a acessibilidade

comunicacional, permitindo a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica, apresentando como uma solução tecnológica inovadora para a parte comunicacional e informacional da IES, o sistema do Núcleo de Comunicação Institucional (NCI), gestão de atendimentos informatizado, pesquisa institucional, comunicação através de ouvidoria digital.

9.2.5.1 Avaliação e Atualização Continuada

A equipe de Tecnologia da Informação atualiza periodicamente em parceria com a comissão própria de avaliação CPA. As ações de melhoria são evidenciadas a cada período através de avaliações feitas por alunos em cada disciplina permitindo a revisão melhorias contínuas dentro

do próprio período, essa avaliação permite a inclusão de metodologias inovadoras como as citadas que está em constante atualização.

ATUALIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO

Semestralmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológicas do parque de equipamentos e softwares do UNISL. Estas revisões são baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais. Com seu parque tecnológico atual, atende satisfatoriamente cursos voltados na área de tecnologia da informação como Análise de Desenvolvimento de Sistemas e os demais cursos de acordo com a necessidade e disponibilidade dos laboratórios. O Plano tem como objetivo fornece diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica para o ensino e aprendizagem. Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura
- Hardware
- Softwares acadêmicos
- Equipamentos de rede
- Sistemas Operacionais
- Comunicações
- Processos

EXPANSÃO DE HARDWARE E SOFTWARE

As expansões da infraestrutura de tecnologia são previstas no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da Instituição. Após aprovação pela direção da instituição, a necessidade de

expansão é encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação do Grupo Educacional que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessários, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento de Compras. As solicitações de instalação de novos softwares são feitas no período de atualização do parque tecnológico ou com quinze dias de antecedência ao seu uso.

O plano de expansão e atualização de equipamentos descrito no PDI é executado, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho coletados em avaliações periódicas; e existem ações planejadas, associadas à

correção do plano quando necessárias. Sistema de gerenciamento para inventário de hardware e software automático, status dos ativos agilizando o acompanhamento a tomada de decisão.

9.2.5.2 O Ambiente Virtual

A plataforma Moodle é utilizada como ambiente virtual de aprendizagem (AVA) ou sistema de gerenciamento da aprendizagem (Learning Management System - LMS) software de imenso sucesso dentro do ensino a distância, uma das ferramentas mais utilizadas no setor, conta atualmente com mais de 277 milhões de usuários.

Nossos alunos usam a plataforma de aprendizagem que possui diversas funcionalidades possibilitando o desenvolvimento dos recursos pedagógico. Entre eles alguns a serem evidenciados:

- Atividades - textos; videoaulas;
- Recursos audiovisuais a partir das atividades;
- Grupos de discussão;
- Fórum de atividades;
- Chat;
- Lição avaliativo (QUIZ)
- Tarefas (envio de documentos)
- Lives (síncronas / assíncronas)
- Vídeo aulas

Todas essas funcionalidades são fundamentais para o processo de ensino aprendizagem dos alunos;

9.2.5.3 Inovação com Integração de Tecnologias

Com a necessidade de diminuir a distância no ensino o AVA foi integrado com a plataforma BigBlueButton (BBB) possibilitando a comunicação entre alunos, professores, coordenadores e tutores dentro do ambiente, além dos conteúdos acadêmicos disponibilizados, o sistema permite aulas / lives remotas, aulas síncronas e assíncronas encurtando a distância entre aluno e professor. As tecnologias permitem acompanhamento simultâneo com maior interação e também flexibilidade em casos que há dependência de internet.

Integração com Sistemas = Todo sistema da Instituição possui integração acadêmica, financeiro, biblioteca, acessos de segurança e ambiente virtual, minimizando erros, facilitando a tomada de decisão gerando maior segurança para operação dos departamentos, docentes e discentes.

As integrações permitem que alunos e responsáveis façam todas tratativas online acompanhando a situação acadêmica e financeira através de portal próprio com login único.
Mobilidade no Acesso Acadêmico e AVA = através recursos mobile (móveis) disponíveis no portal, permitindo maior experiência e integração com os alunos mesmo em dispositivos móveis, entre as funcionalidades estão disponíveis acesso a Secretaria Virtual, Portal (AVA) Ouvidoria, Financeiro, Notas, Históricos, Matricula, Rematrícula.

Com essas funcionalidades o aluno tem maior agilidade para solicitação de documentos, comunicação, emissão de boletos, pagamento em cartão, extratos, acesso a notas acadêmicas e plano de ensino.

Também está disponível aplicativo Mobile (Android/IOS) que permite o aluno navegar por algumas tarefas como: emissão de boleto, extrato financeiro, boletim de notas, históricos de notas, acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA e envio e acompanhamento de ouvidorias.

O AVA está integrado com o sistema acadêmico atendendo aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, sempre garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores que são gerenciados pela equipe de Tecnologia.

10 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Estratégia de Gestão Econômico-Financeira

A Mantenedora é responsável, perante as autoridades públicas e o público em geral, pela IES, incumbindo-lhe tomar todas as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da lei e do seu Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Compete principalmente à Mantenedora promover os adequados meios de funcionamento das atividades da Instituição colocando-lhe à disposição, os bens móveis e imóveis de seu

patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da IES, podendo delegá-la no todo ou em parte ao Diretor.
Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas. Além disso, dependem de aprovação prévia da Mantenedora, por implicarem em alteração de despesas ou receitas:

- ✓ aceitação de legados, doações e heranças, com ou sem ônus;
- ✓ criação, ampliação, incorporação, desmembramento, fusão, suspensão e fechamento de cursos, habilitações, órgãos administrativos ou acadêmicos e o aumento, redistribuição ou redução de vagas;
- ✓ aprovação do orçamento anual da IES, assim como sua alteração;
- ✓ aprovação dos planos de carreira docente, de cargos e salários do pessoal técnico-administrativo e de capacitação ou desenvolvimento de recursos humanos;
- ✓ acordos salariais ou que contenham cláusulas de direitos e deveres para as partes envolvidas;
- ✓ contratação e dispensa de pessoal;
- ✓ aprovação de regulamento financeiro ou contrato de prestação de serviços a vigorar na IES, para seus usuários.

Os recursos financeiros da Instituição são provenientes de:

- ✓ dotações financeiras da Mantenedora;
- ✓ mensalidades, anuidades, taxas, contribuições ou emolumentos cobrados dos discentes;
- ✓ renda de bens e da aplicação de valores patrimoniais.

Os recursos gerados ou obtidos pela Instituição são aplicados na consecução dos seus objetivos.

A gestão econômico-financeira da IES realiza-se pelo estabelecimento de estratégias que possibilitam à Instituição saldar os compromissos assumidos, em decorrência de investimentos necessários, em plena sintonia com a estabilidade de funcionamento, quer acadêmico, quer administrativo, e ainda permitam o crescimento da Instituição. Dentre as estratégias adotadas destacam-se:

- ✓ Buscar a auto sustentabilidade econômico-financeira em cada unidade de serviço;
- ✓ Organizar todos os bens móveis e imóveis da IES de forma racional, catalogando, codificando, avaliando e inserindo todo o patrimônio no sistema de gestão;
- ✓ Providenciar a documentação que garanta o uso, posse e domínio dos bens patrimoniais da Instituição, conforme prevê legislação pertinente;
- ✓ Sistematizar o acompanhamento do desempenho de cada unidade de serviço através dos registros contábeis e gerenciais disponibilizados na gestão da Instituição;
- ✓ Buscar a melhoria contínua do sistema de custos;
- ✓ Realizar o rateio de todos os custos gerais da Instituição, de forma automática, com base em critérios a serem estabelecidos pela Mantenedora;
- ✓ Desenvolver a mentalidade de comprometimento com os resultados.

10.2. Planos de Investimentos

Os planos de investimentos da Mantenedora levam em conta, as políticas nacionais de desenvolvimento sustentável, que se caracterizam pelo menor impacto sobre os recursos naturais; a preferência por matéria-prima e tecnologia local; a preocupação com geração de emprego com mão de obra local; a prioridade para produtos de vida útil maior e o menor custo de manutenção, o uso de estratégias que reduzam os prejuízos aos recursos naturais e o respeito aos direitos humanos.

No período 2024/2028 a IES implantará novos cursos de graduação presenciais a distância e de pós-graduação *lato sensu presenciais e a distância*, desta forma, os investimentos previstos estão relacionados à ampliação da infraestrutura física e acadêmica da Instituição e seus polos para atender as propostas de implantação desses cursos assim como dos cursos que já estão em funcionamento.

Neste período, está prevista a construção de mais salas de aula para necessidades presenciais de demandas encaminhadas pelo ISE/PAD, salas para aulas online, mais salas para as Coordenadorias de Cursos, ampliação das salas de professores no NEAD, auditórios,

laboratórios de informática e laboratórios específicos dos cursos que serão implantados, além dos já estão em funcionamento.

Além das instalações necessárias para os cursos, no projeto de expansão física da Instituição e seus polos está prevista a ampliação de outros espaços de uso coletivo, como as instalações de sanitários, de novas áreas de circulação e de convivência, sendo tais ampliações já disponibilizadas no período de 2019/2023.

Os investimentos também estão direcionados para a aquisição do acervo específico dos novos cursos, assim como a sua expansão e constante atualização, para a expansão dos equipamentos de informática e dos recursos tecnológicos e de audiovisuais.

A IES previu ainda recursos para investimento na capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, nas políticas de pesquisa e extensão, e na avaliação institucional.

10.3. Demonstração da Sustentabilidade Financeira

Planejamento Econômico-Financeiro - Receitas					
Receitas					
Discriminação	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Anuidades	11.707.939,20	15.805.717,92	21.337.719,19	28.805.920,91	38.887.993,23
(-)Descontos /Beneficios praticados	-3.512.381,76	-4.741.715,38	-6.401.315,76	-8.641.776,27	-11.666.397,97
(-)Inadimplência	-936.635,14	-1.264.457,43	-1.707.017,54	-2.304.473,67	-3.111.039,46
(-) Recuperação da Inadimplência	187.327,03	201.376,55	216.479,80	232.715,78	250.169,46
(-) Evasão	-819.555,74	-1.106.400,25	-1.493.640,34	-2.016.414,46	-2.722.159,53
Taxas e Emolumentos	234.158,78	316.114,36	426.754,38	576.118,42	777.759,86
Outras Receitas	117.079,39	125.860,35	135.299,87	145.447,36	156.355,92
Total da Receita	**6.977.931,76**	**9.336.496,12**	**12.514.279,61**	**16.797.538,06**	**22.572.681,52**

Planejamento Econômico-Financeiro - Despesas					
Despesas					
1 - Despesas com Pessoal	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Corpo Docente	-1.046.689,76	-1.400.474,42	-1.877.141,94	-2.519.630,71	-3.385.902,23
Plano de Carreira e Capacitação Docente	-139.558,64	-290.281,96	-597.980,84	-1.231.840,53	-1.847.760,80
Pessoal Técnico Administrativo	-558.234,54	-602.893,30	-651.124,77	-703.214,75	-759.471,93
Plano de Cargos e Salários	-104.668,98	-217.711,47	-448.485,63	-923.880,40	-1.385.820,60
Qualificação de Pessoal Técnico-Administrativo	-69.779,32	-75.361,66	-81.390,60	-87.901,84	-94.933,99
Encargos Sociais	-593.821,99	-741.246,06	-935.458,68	-1.192.452,82	-1.533.788,44
Serviços de Terceiros	-348.896,59	-369.830,38	-392.020,21	-415.541,42	-440.473,90
Subtotal 1	**-2.861.649,82**	**-3.697.799,26**	**-4.983.602,67**	**-7.074.462,47**	**-9.448.151,89**

2 - Investimentos em Fundo de Apoio	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Biblioteca	-348.896,59	-366.341,42	-384.658,49	-403.891,41	-424.085,98
Laboratórios	-209.337,95	-219.804,85	-230.795,09	-242.334,85	-254.451,59
Pesquisa e Extensão	-118.624,84	-126.928,58	-135.813,58	-145.320,53	-155.492,97

Avaliação Institucional	-69.779,32	-73.268,28	-76.931,70	-80.778,28	-84.817,20
Subtotal 2	**-746.638,70**	**-786.343,13**	**-828.198,86**	**-872.325,07**	**-918.847,74**

3 - Despesas Acadêmicas	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Tutoria e Apoio ao Discente	-139.558,64	-146.536,57	-153.863,40	-161.556,57	-169.634,39
Material Pedagógico	-104.668,98	-130.836,22	-163.545,28	-204.431,59	-255.539,49
Outras Despesas	-69.779,32	-73.268,28	-76.931,70	-80.778,28	-84.817,20
Subtotal 3	**-314.006,93**	**-350.641,07**	**-394.340,37**	**-446.766,44**	**-509.991,08**

4 - Despesas Gerais e Administrativas	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Manutenção e Conservação	-279.117,27	-298.655,48	-319.561,36	-341.930,66	-365.865,80
Água/Luz/Telefone	-139.558,64	-149.327,74	-159.780,68	-170.965,33	-182.932,90
Aluguel	-60.000,00	-66.000,00	-73.920,00	-79.094,40	-86.212,90
Material de Expediente e Limpeza	-174.448,29	-186.659,67	-199.725,85	-213.706,66	-228.666,13
Bolsas de Estudo	-1.170.793,92	-1.580.571,79	-2.133.771,92	-2.880.592,09	-3.888.799,32
Outras Despesas	-139.558,64	-149.327,74	-159.780,68	-170.965,33	-182.932,90
Subtotal 4	**-1.963.476,76**	**-2.430.542,43**	**-3.046.540,50**	**-3.857.254,47**	**-4.935.409,96**

5 - Despesas de Capital	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Móveis e Utensílios	-139.558,64	-174.448,29	-218.060,37	-272.575,46	-340.719,32
Veículos e Transportes	-100.000,00	-110.000,00	-121.000,00	-133.100,00	-146.410,00
Obras/Reformas	-220.000,00	-330.000,00	-495.000,00	-742.500,00	-1.113.750,00
Outras Despesas	-100.000,00	-120.000,00	-144.000,00	-172.800,00	-207.360,00
Subtotal 5	**-559.558,64**	**-734.448,29**	**-978.060,37**	**-1.320.975,46**	**-1.808.239,32**

6 - Despesas Tributárias	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
COFINS	-3.512,38	-3.775,81	-4.059,00	-4.363,42	-4.690,68
PIS	-761,02	-818,09	-879,45	-945,41	-1.016,31
ISS	-209.337,95	-280.094,88	-375.428,39	-503.926,14	-677.180,45
Outras Despesas					
Subtotal 6	**-213.611,35**	**-284.688,79**	**-380.366,83**	**-509.234,97**	**-682.887,44**
Total das Despesas	**-6.658.942,19**	**-8.284.462,96**	**-10.611.109,59**	**-14.081.018,89**	**-18.303.527,42**

Quadro Resumo	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**
Previsão das Receitas	**6.977.931,76**	**9.336.496,12**	**12.514.279,61**	**16.797.538,06**	**22.572.681,52**
Previsão das Despesas	**-6.658.942,19**	**-8.284.462,96**	**-10.611.109,59**	**-14.081.018,89**	**-18.303.527,42**
Reinvestimentos (Resultado)	**318.989,58**	**1.052.033,15**	**1.903.170,02**	**2.716.519,18**	**4.269.154,10**
Gap acumulado	**318.989,58**	**1.371.022,73**	**3.274.192,74**	**5.990.711,92**	**10.259.866,02**
	5%	**11%**	**15%**	**16%**	**19%**

ANEXO 01 - Acessibilidade

Condições de Acessibilidade	
Categoria	**Descrição/Justificativa das condições e ações**
Atitudinal	É por meio da educação e do respeito que a convivência se torna possível em todos os ambientes da sociedade. Por acreditar nisto, o IPD exigirá de seus colaboradores e educandos uma relação pautada na empatia. É por essa empatia que a acessibilidade e inclusão tornar-se-ão concretas, pois acontecerão sem preconceitos, discriminação, estigmas e estereótipos. A Instituição promoverá ações e treinamentos a todos os colaboradores que se relacionam com o público interno e, principalmente, externo, fazendo com que todos se sintam acolhidos e respeitados.
Comunicacional	A acessibilidade comunicacional é uma barreira quando as informações não estão disponíveis para todos, seja porque não existem ou porque não são apresentadas de forma acessível. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes. A Instituição buscará capacitar os comunicadores para produzirem o seu conteúdo de modo acessível, para que as pessoas com deficiência possam compreendê-lo. Também será preocupação da Instituição ter um funcionário capacitado em Libras para atender seu público. Em todas as matrizes curriculares existe a disciplina de Libras na forma optativa.
Digital	A fim de facilitar o uso e manuseio dos arquivos o repositório do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem permite que qualquer formato ou composição de mídias possam ser disponibilizados a todos e de forma simples. Os softwares de leitura de telas, como o DOSVOX, JAW, NVDA, entre outros. Arquivos PDF (Portable Document Format) também serão lidos naturalmente pelos softwares, caso o aluno opte por utilizar esse formato.
Instrumental	Nossa plataforma de ensino AVA está desenvolvida de acordo com as internacionalmente reconhecidas diretrizes *Web Content Accessibility* (WCAG) e *Guidelines 2.0 Level AA.* As páginas da plataforma seguem uma estrutura comum, a fim de garantir familiaridade durante sua navegação pelo sistema. Uma combinação de cabeçalhos e referências *ARIA* é utilizada para definir a estrutura da página. Recursos como o menu de navegação global e os links rápidos podem ajudar com uma navegação mais rápida e mais eficiente. Os padrões do setor em termos de interações via teclado são usados em todo AVA e seguem modelos de navegação da Web amplamente utilizados, como a movimentação entre menus, abertura de menus e seleção de itens em um menu. Os padrões de navegação por teclado variam de acordo com o navegador (Internet Explorer, Firefox, Chrome), mas as interações dentro de cada navegador são comuns e consistentes. É possível habilitar estilos de alto-contraste na página e nas configurações de usuários. Isso garantirá a melhor experiência visual com base nas necessidades pessoais de cada aluno. Ainda é possível ajustar o tamanho de fontes da página, também acessíveis na página de configuração do usuário. A plataforma oferece suporte total a legendas em todos os tipos de mídia que possam ser carregados ou visualizados dentro do conteúdo do seu curso, bastando para isso estar com extensão do chrome da Unisepe ativada. Também conta com a ferramenta vlibras para transcrição em libras de todo site e AVA.
Pedagógica/Metodológica	Compreendemos que cada indivíduo aprende de maneira diferente e é preciso respeitar a condição de cada um. Diante de um educando com necessidade, seja física ou cognitiva, nos deparamos com a diversidade, e antes de preparar os materiais e o ambiente que o aluno frequentará, procuramos entender suas reais necessidades. A partir daí criaremos os recursos pedagógicos, as técnicas de ensino e as metodologias didáticas respeitando o limite de cada um. Toda a atenção será dada ao aluno desde seu ingresso, permanência e crescimento dentro da instituição de modo a garantir seu aproveitamento e desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Ao realizar a matrícula o educando já irá indicar sua deficiência e necessidades para que possamos melhor atendê-lo e integrá-lo ao ambiente universitário. Destacamos alguns recursos e técnicas pedagógicas utilizadas: - Atividade em alto relevo; - Prova de fonte ampliada; - Material de fonte ampliada; - Leitor de tela Jaws; - Auxílio ledor; - Descrição de fotos e imagens; - Atendimento Educacional Especializado feito pelo responsável do Apsi–Apoio Psicopegagócio do UNI São Lourenço.
Arquitetônica	As barreiras arquitetônicas são todo tipo de obstáculo que impede as pessoas terem autonomia para se locomoverem, desfrutarem e ocuparem o espaço físico. Elas são as mais fáceis de identificar e estão presentes tanto nas residências e estabelecimentos comerciais quanto no espaço público. A Instituição preza pela acessibilidade arquitetônica oportunizando a todos piso podotátil, placas em braile, atendimento diferenciado presencial e banheiros acessíveis, com sinalizador sonoro de emergência. Além disso, a IES possui elevador.

ANEXO 02

Objetivos e Metas	Ações	Cronograma
Graduação		
Acompanhar e Atuar continuamente nos atos regulatórios, segundo o calendário do MEC, para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos da IES	Acompanhar e Atuar continuamente nos atos regulatórios, segundo o calendário do MEC, para Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento dos cursos da IES.	2024-2028
Acompanhar a implantação de disciplinas EAD em alguns cursos de graduação	Acompanhar a implantação de disciplinas EAD em alguns cursos de graduação	2024-2028
Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: reuniões periódicas segundo o Regimento Geral, por curso, envolvendo os NDEs, Colegiados, coordenação de curso, Direção da Unidade e Mantenedora	Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: reuniões periódicas segundo o Regimento Geral, por curso, envolvendo os NDEs, Colegiados, coordenação de curso, Direção da Unidade e Mantenedora	2024-2028
Incrementar e Articular o ensino, as práticas de investigação e a extensão: atividade anual de apoio ao docente visando a implementação de metodologias que articulem o ensino, as práticas de investigação.	Incrementar e Articular o ensino, as práticas de investigação e a extensão: atividade anual de apoio ao docente visando a implementação de metodologias que articulem o ensino, as práticas de investigação.	2024-2028
Utilizar os resultados das Avaliações do MEC - ENADE como indicadores para a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: 1. Mapeamento e análise das questões das avaliações 2. Identificação do desempenho dos alunos 3. Análise dos Projetos Pedagógicos à luz dos resultados das avaliações Análise e contínua adaptação do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação discente à luz dos resultados das avaliações	Utilizar os resultados das Avaliações do MEC - ENADE como indicadores para a adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação: 1. Mapeamento e análise das questões das avaliações 2. Identificação do desempenho dos alunos 3. Análise dos Projetos Pedagógicos à luz dos resultados das avaliações Análise e contínua adaptação do processo de ensino e aprendizagem e da avaliação discente à luz dos resultados das avaliações	2024-2028
Credenciamento para Centro Universitário	Proceder junto ao e MEC o processo de Abertura para transformação em Centro Universitário	2023 em diante
Edital Mais Médicos	Participar do Edital Mais Médicos para abertura do Curso de Medicina na Instituição	2023 em diante
Pós-graduação e Pesquisa		
Oferecer cursos para atender às demandas nas áreas dos cursos ofertados	Criar cursos de pós-graduação “Lato Sensu”.	2024-2028
Aprimorar parcerias com Prefeituras e outras instituições regionais para o	Aprimorar parcerias com Prefeituras e outras instituições	2024-2028

desenvolvimento de programas de Cursos de Especialização	regionais para o desenvolvimento de programas de Cursos de Especialização	
Melhorar a formação científica dos alunos da graduação	Valorizar o Programa de Iniciação Científica.	Em andamento
Educação à Distância		
Oferecer Cursos de Graduação à Distância como Polo da Sede	Criar e Implantar Cursos de Graduação.	2024 em diante
Oferecer Cursos de Pós-Graduação à Distância	Criar e Implantar Curso de Pós Graduação nas áreas de conhecimento dos cursos da IES	2024 em diante
Autorização de CST em Recursos Humanos EaD vinculado ao Credenciamento EaD	Proceder a autorização de curso EaD	2023 em diante
Extensão		
Permitir o acesso da sociedade aos conhecimentos gerados na Instituição	Oferecer cursos e programas de extensão. Estabelecer o intercâmbio com instituições e empresas.	Em andamento
Proporcionar o desenvolvimento comunitário e cultural da região	Implantar a Política de Apoio às ações do Desenvolvimento Comunitário e a Política de Desenvolvimento Cultural.	Em andamento
Infraestrutura Física		
Aprimorar o planejamento para ampliação das instalações físicas	Executar as etapas planejadas. - Nova sala de Metodologias Ativas; - Clínica de Psicologia; - Cobertura da Quadra; - Novos gabinetes para coordenadores e docentes em Tempo Integral; - Avaliação contínua de nova demandas.	Dar continuidade ao planejado desde 2024.

Outras Metas Específicas	Cronograma
Graduação	
Incrementar o processo de elaboração, implementação, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação	Atividade contínua
Promover estímulos profissionais aos docentes: incremento de recursos para produção acadêmica, qualificação docente e participação em eventos científicos, artísticos e culturais.	Atividade contínua
Realizar atividades anuais de formação pedagógica: aperfeiçoamento pedagógico do corpo docente.	Atividade contínua
Incrementar a política de apoio às publicações docentes e à produção de material técnico, cultural e artístico: ampliação do investimento na produção científica	Atividade contínua
Implementar o funcionamento do NUPE - Núcleo de Apoio Didático Pedagógico aos Docentes	Atividade contínua
Implementar o programa de apoio para publicação de trabalhos do corpo discente.	Atividade contínua

Pós-graduação e Pesquisa	
Implantar os Cursos de Pós Graduação “Lato Sensu”	Atividade contínua
Incentivar a criação de núcleos de estudos e o desenvolvimento de programas de especialização.	Atividade contínua
Estabelecer linhas de pesquisas a serem desenvolvidas em programas de Iniciação Científica.	Atividade contínua
Implementar os Programas de Iniciação Científica	Atividade contínua
Extensão	
Divulgar as atividades de extensão: ➢ Aprimorar as Atividades de Extensão ➢ Elaborar o Relatório Anual das Atividades de Extensão ➢ Elaborar a Publicação Anual das Atividades de Extensão ➢ Divulgar mensalmente as atividades de extensão para a comunidade externa e interna	Atividade contínua
Desenvolver Cursos de Extensão: Levantar necessidades do setor empresarial e da comunidade e desenvolver cursos de curta duração	Atividade contínua
Promover Eventos, Feiras, Exposições, Workshops, Congressos e Seminários. Facilitar o contato e aproximação com os diversos segmentos para a promoção de novos projetos.	Atividade contínua
Promover atividades voltadas às questões sociais.	Atividade contínua
Programa de Ações Voltadas ao Meio Ambiente ➢ Realizar campanhas de divulgação e conscientização	Atividade contínua
Programa de Educação Continuada: ➢ Levantar necessidades do setor educacional e desenvolver cursos de curta duração ➢ Desenvolver convênios ➢ Desenvolver projetos voltados para atendimento de necessidades de mercado.	Atividade contínua
Programa de Integração ao Mercado de Trabalho: ➢ Promover visitas técnicas, palestras e eventos ➢ Promover convênios para estágio	Atividade contínua
Programa “Alunos Egressos”: ➢ Incentivar a criação de associação de ex-alunos ➢ Manter o acompanhamento do egresso	Atividade contínua
Programa de Reciclagem de Professores ➢ Criar e implantar cursos de reciclagem voltados para os professores dos ensinos fundamental e médio, da rede pública	Atividade contínua
Administração	
Cumprir o cronograma de ampliação das instalações físicas	Atividade contínua
Planejamento e Avaliação Institucional	
Aprimorar o sistema informatizado de avaliação institucional	Atividade contínua